

A ideologia da ordem
O aborto
O nascer de um novo dia
"Vocês leram no jornal?"
Fim-de-semana com jovens
Ser Igreja hoje
Confidências de Deus
Refletindo sobre a "espiritualidade dos
leigos"
O desafio da colegialidade
Ecologia e fé
A política e os cristãos
Serão naturais os "métodos naturais"?
O grande desafio
O lago e a onda
O pecado social
Maturidade na fé
O modelo de progresso que não
queremos
As urgentes e profundas reformas
Maturidade-personalidade
A busca de metodologias
Uma reunião de família.

fato

e razão



recado ao leitor

No seu Xº Encontro Nacional, o MFC se apresentou como lugar de formação de leigos. E sem dúvida ele o é e pretende continuar sendo.

Esta sua revista, caro leitor, é um dos instrumentos do MFC para essa desejada formação. Assim sendo, você é um destinatário especial de matérias que ajudam muitos cristãos a assumirem sua missão no mundo, sempre mais seguros e preparados para o diálogo com todos os que lutam pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna, com a mediação de diferentes ideologias e instrumentos de transformação das estruturas da iniquidade e opressão.

Neste número, estimado leitor, você encontrará algumas análises objetivas e bem fundamentadas dessa desordem social, em nível nacional e internacional, com dados gritantes que nos interpelam.

Abrimos um bom espaço, também para uma necessária provocação de debates sobre a questão demográfica e planificação familiar, assunto crivado de equívocos e manipulações que vale a pena desocultar.

Você certamente vai descobrir que ficaram bem mais claras, também, a questão da inserção política e o sentido mais profundo da espiritualidade dos cristãos, depois de lerem as matérias que selecionamos, por sua clareza e lucidez.

Esperamos que lhe agrade uma pequena história que compusemos para provocar uma reflexão, em grupo, sobre as diferentes situações da mulher na sociedade, tema da Campanha da Fraternidade de 1990.

Por fim, você encontrará, ainda, algumas matérias para apoiar a inserção dos jovens no MFC, eterna preocupação de seus membros, agora reafirmada com maior decisão no Encontro Nacional de Campo Grande.

Estamos certos de que será fecundo o tempo que você dedicar à leitura de sua revista, amigo leitor.

S. & H.A.



16

fato

e razão

Edição Movimento Familiar Cristão Conselho Diretor Nacional

Marco e Inês Gomes
Amauri e AnaLúcia Soares
Ivan e Ivone Rodrigues
Manoel Arcanjo e Graça Souza
Hélio e Selma Amorim
Manoel e Cidália Rocha
Adelino e Zurita Souza
Antonio Carlos e Ângela Aguiar

Equipe de Redação

José e Beatriz Reis
Hélio e Selma Amorim

Consultoria Técnica

Armando Amorim Publicidade

Composição e Impressão

Maio Gráfica Editora Ltda.
Rua Sete de Setembro 92 s/1 107
Tels.: (021) 221-8515
de Janeiro — RJ

Distribuição e Correspondência

José e Ione de Assis
Livraria MFC
Rua Espírito Santo 1059/1 109
Tel. (031) 222-5842
30160 Belo Horizonte — MG

SUMÁRIO

As urgentes e profundas reformas	2
O pecado social	8
Maturidade na fé	9
O lago e a onda	10
A ideologia da ordem e a democracia	12
O grande desafio	16
Serão naturais os "métodos naturais"?	21
A política e os cristãos	26
Somos todos irmãos?	35
Ecologia e fé	38
O desafio da colegialidade	40
Refletindo sobre a "espiritualidade do leigo"	43
Maturidade — personalidade	50
A busca de metodologias	56
Uma reunião de família	60
O nascer de um novo dia	68
"Vocês leram no jornal?"	72
Fim-de-semana com jovens	74
Ser Igreja hoje	77
Confidências de Deus	80
Fábula fiscal	81

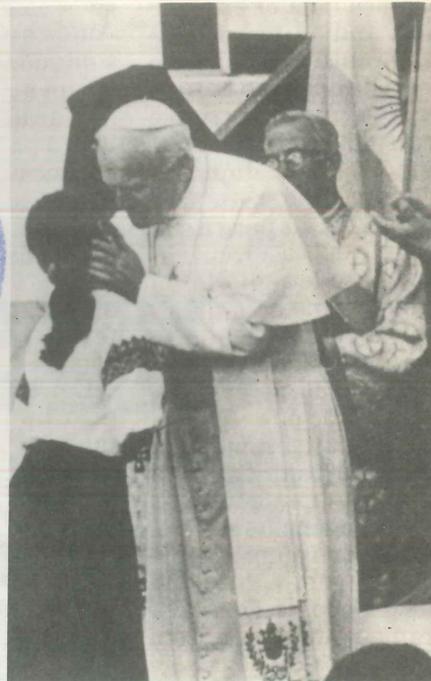
Em sua Encíclica "Sollicitudo Rei Socialis", o Papa João Paulo II aborda com profundidade as exigências de transformações radicais nas estruturas sócio-políticas e econômicas que emergem da doutrina social da Igreja.



As urgentes e profundas reformas

A doutrina social da Igreja não é uma "terceira via" entre capitalismo liberalista e coletivismo marxista, nem sequer uma possível opção entre outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma categoria. Não é tampouco uma ideologia, mas a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade principal é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrestre e ao mesmo tempo transcendente; visa, pois, orientar o comportamento cristão. Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral.

O ensino e a difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja. E, tratando-se de uma doutrina destinada a orientar o comportamento das pessoas, tem de le-



var cada uma delas, como conseqüência, ao "empenho pela justiça" segundo o papel, a vocação e as circunstâncias pessoais.

O exercício do ministério de evangelização em campo social, que é um aspecto do múnus profético da Igreja compreende também a denúncia dos males e das injustiças. Mas convém esclarecer que o anúncio é sempre mais importante do que a denúncia; e esta não pode prescindir daquele, pois é isso que lhe dá a verdadeira solidez e a força da motivação mais alta.

A doutrina social da Igreja hoje, mais do que no passado, tem o dever de se abrir para uma perspectiva internacional na linha do Concílio Vaticano II, das Encíclicas mais recentes e, em particular, da *Populorum Progressio*. Não será supérfluo, portanto, reexaminar e aprofundar sob essa luz os temas e as orientações características, que foram repetidamente ventilados pelo Magistério nestes últimos anos.

Desejo aqui recordar um deles: a

opção ou amor preferencial pelos pobres. Trata-se de uma opção, ou de uma forma especial de primado na prática da caridade cristã, testemunhada por toda a Tradição da Igreja. Ela concerne à vida de cada cristão, enquanto deve ser imitação da vida de Cristo; mas aplica-se igualmente às nossas responsabilidades sociais e, por isso, ao nosso viver e às decisões que temos de tomar coerentemente, acerca da propriedade e do uso dos bens.

Mais ainda: hoje, dada a dimensão mundial que a questão social assumiu, esse amor preferencial com as decisões que ele nos inspira, não pode deixar de abranger as imensas multidões de famintos, de mendigos, sem teto, sem assistência médica e sobretudo, sem esperança de um futuro melhor: não se pode deixar de levar em conta a existência dessa realidade. Ignorá-las significaria tornar-nos como o "rico epulão", que fingia não conhecer o pobre Lázaro, que jazia ao seu portão (Lc. 16.19-31).

A nossa vida quotidiana deve ser marcada por estas realidades, como também as nossas decisões em campo político e econômico. Os responsáveis pelas nações e pelos próprios organismos internacionais, igualmente, en-

quanto lhes incumbe a obrigação de terem sempre presente, como prioritária nos seus planos, a verdadeira dimensão humana, não devem esquecer-se de dar precedência ao fenômeno, em vez de diminuir, multiplicam-se, não só nos países menos desenvolvidos, mas, o que parece não menos escandaloso também nos que estão mais desenvolvidos.

É necessário recordar mais uma vez o princípio típico da doutrina social cristã: os bens deste mundo são originariamente destinados a todos. O direito à propriedade privada é válido e necessário, mas não anula o valor de tal princípio. Sobre a propriedade, de fato, pesa "uma hipoteca social", quer dizer, nela é reconhecida, como qualidade intrínseca, uma função social, fundada e justificada precisamente pelo princípio da destinação universal dos bens. Nem se há de descurar, neste empenho pelos pobres, aquela forma especial de pobreza que é a privação dos direitos fundamentais da pessoa, em particular do direito à liberdade religiosa e, ainda, do direito à iniciativa econômica.

A estimulante preocupação pelos pobres — os quais, segundo a fórmula significativa, são "os pobres do Se- ▶



nhor" — deve traduzir-se, a todos os níveis, em atos concretos até chegar decididamente a uma série de reformas necessárias. Depende de cada uma das situações locais individualizar as mais urgentes e os meios para as realizar. Mas não se hão de esquecer aquelas que são requeridas pela situação de equilíbrio internacional, acima descrita.

A este respeito, desejo recordar em particular: a reforma do sistema internacional de comércio, hipotecado pelo protecionismo e pelo bilateralismo crescente; a reforma do sistema monetário e financeiro mundial, hoje reconhecido insuficiente; a questão dos intercâmbios de tecnologias; e do seu uso apropriado; a necessidade de uma revisão da estrutura das organizações internacionais existentes, no quadro de uma ordem jurídica internacional.

O sistema internacional de comércio hoje discrimina freqüentemente os produtos das indústrias incipientes dos países em vias de desenvolvimento, ao mesmo tempo que desencoraja os produtores de matérias-primas. Existe, outrossim, uma espécie de divisão internacional do trabalho, por força da qual os produtos a baixo preço, de al-

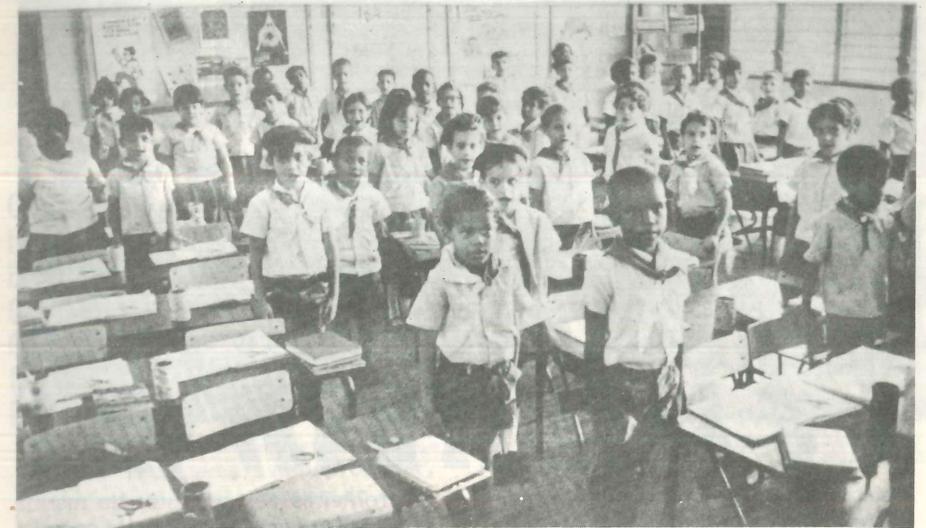


guns países que não dispõem de legislações eficazes sobre o trabalho ou demasiado fracas para aplicá-las, são vendidos em outras partes do mundo com lucros consideráveis para as empresas especializadas neste ramo de produção, que não conhece fronteiras.

O sistema monetário e financeiro mundial caracteriza-se pela excessiva flutuação dos métodos de câmbio e de taxas de juros, em detrimento da balança de pagamentos e da situação de endividamento dos países pobres.

As tecnologias e as suas transferências constituem hoje um dos principais problemas do intercâmbio internacional, com os graves prejuízos que daí resultam. Não são raros os casos de países em vias de desenvolvimento aos quais se negam as tecnologias necessárias ou se lhes enviam as inúteis.

As organizações internacionais, segundo a opinião de muitos, parecem encontrar-se num momento da sua existência em que os mecanismos de funcionamento, as despesas administrativas e a sua eficácia requerem um reexame atento e eventuais correções. Evidentemente, um processo tão delicado não poderia ser levado adiante sem a colaboração de todos. Ora, isso



pressupõe a superação das rivalidades políticas e a renúncia a toda pretensão de instrumentalizar as mesmas organizações, que têm como única razão de ser o bem comum.

As instituições e as organizações existentes têm trabalhado bem em favor dos povos. Contudo, a humanidade, ao enfrentar uma fase nova e mais difícil do seu desenvolvimento autêntico, hoje tem necessidade de um grau superior de ordenação em nível internacional, a serviço das sociedades, das economias e das culturas do mundo inteiro.

O desenvolvimento requer sobretudo espírito de iniciativa da parte dos próprios países que necessitam dele. Cada um deve agir segundo as próprias responsabilidades, sem estar à espera de tudo dos países mais favorecidos, e trabalhando em colaboração com os outros que se encontram na mesma situação. Cada um deve descobrir e aproveitar, o mais possível, o espaço da própria liberdade. Cada um deverá tornar-se capaz de iniciativas correspondentes às próprias exigências como sociedade. Cada um deverá também levar em conta as necessidades reais, assim como os direitos e os deveres que lhe são impostos para satisfazer essas necessidades. O desenvolvimento

dos povos começa e encontra a atuação mais indicada no esforço de cada povo pelo próprio desenvolvimento em colaboração com os demais.

Neste sentido, é importante que as próprias nações em vias de desenvolvimento favoreçam a auto-afirmação de cada cidadão, mediante o acesso a uma cultura maior e a uma livre circulação das informações. Tudo o que puder favorecer a alfabetização e a educação de base, que a aprofunde e complete, como propunha a Encíclica *Populorum Progressio* — objetivos ainda longe de serem realidade em muitas regiões do mundo —, é uma contribuição direta para o verdadeiro desenvolvimento.

Para enveredarem por este caminho, as mesmas nações deverão discernir as próprias prioridades e reconhecer bem as próprias necessidades, em função das condições peculiares da população, do ambiente geográfico e das tradições culturais.

Algumas nações deverão incrementar a produção alimentar, para terem sempre à disposição o necessário ao sustento e à vida. No mundo contemporâneo — onde a fome faz tantas vítimas, especialmente entre a infância — há exemplos de nações que, sem serem particularmente desenvolvidas, mesmo assim conseguiram alcançar o



objetivo da auto-suficiência alimentar, a ponto até de se tornarem exportadoras de gêneros alimentícios.

Outras nações precisam reformar algumas estruturas injustas e, em particular, as próprias instituições políticas, para substituir regimes corruptos, ditatoriais ou autoritários por regimes democráticos, que favoreçam a participação. É um processo que fazemos votos se amplie e se consolide, porque a "saúde" de uma comunidade política — enquanto expressa mediante a livre participação e responsabilidade de todos os cidadãos na coisa pública, a firmeza do direito e o respeito e a promoção dos direitos humanos — é condição necessária e garantia segura de desenvolvimento do "homem todo e de todos os homens".

Tudo isto que acaba de ser dito não poderá realizar-se sem a colaboração de todos, especialmente da comunidade internacional, no quadro de uma solidariedade que abranja todos, a começar pelos mais marginalizados. Mas as próprias nações em vias de desenvolvimento têm o dever de praticar a solidariedade entre si próprias e com os países mais marginalizados do mundo.

É para desejar, por exemplo, que as nações de uma mesma área geográfica: estabeleçam formas de colaboração que as tornem menos dependentes de produtores mais poderosos; abram

as fronteiras aos produtos da mesma zona; examinem as eventuais complementariedades das produções respectivas; se associem para se dotarem dos serviços que cada uma sozinha não está em condições de organizar; e ampliem a sua colaboração ao setor monetário e financeiro.

A interdependência é já uma realidade em muitos desses países. Reconhecê-la, de maneira a torná-la mais ativa, representa uma alternativa à excessiva dependência de países mais ricos e poderosos, na linha própria do desenvolvimento desejado, sem se contraporem a ninguém, mas descobrindo e valorizando ao máximo as próprias possibilidades. Os países em vias de desenvolvimento de uma mesma área geográfica, sobretudo aqueles que estão incluídos sob a designação "Sul", podem e devem constituir — como já se começa a fazer com resultados prometedores — novas organizações regionais, inspiradas em critérios de igualdade, liberdade e participação no concerto das nações.

A solidariedade universal requer, como condição indispensável, a autonomia e a livre disposição de si, também no âmbito interno de associações como as que acabam de ser indicadas. Mas ao mesmo tempo, requer disponibilidade para aceitar os sacrifícios necessários para o bem da comunidade mundial.

O MODELO DE PROGRESSO ECONÔMICO QUE NÃO DESEJAMOS PARA O BRASIL



Oito estudantes e um professor, abalados pela intensa pressão do sistema escolar japonês, se suicidaram no Japão, em incidentes separados, no início do ano letivo no país. "Vários destes estudantes eram alunos do curso intermediário entre o primário e o secundário, período em que a pressão se torna realmente intensa", comenta o estudante Takeshi Hayashi, de 20 anos, autor de dois livros contra os rigorosos regulamentos escolares japoneses.

Os alunos do curso intermediário começam a preparar-se em setembro para uma série de provas de admissão ao curso secundário, conhecidas como exames do inferno, que selecionam os alunos para as melhores escolas no Japão. Aqueles que freqüentam essas escolas conseguem ingressar com mais facilidade nas universidades japonesas mais famosas que preparam seus alunos para disputar os empregos mais bem remunerados no país.

"Não agüento mais", afirma a estudante Emi Nakazawa, de 14 anos, num bilhete escrito antes de saltar do quarto andar de uma loja de departamentos de Kiryu, no norte do Japão, informa o jornal Yomiuri. Emi, terceira classificada entre as 123 alunas de sua turma, fora advertida por sua professora, dois dias antes de se suicidar, de que precisava se esforçar muito mais se desejasse ingressar nas melho-

res escolas secundárias.

Segundo a diretora de uma escola privada, Keiko Okuchi, a morte significa a libertação de um sofrimento. "O atual sistema de ensino é muito útil à rápida expansão econômica japonesa, mas tem levado muitos estudantes ao desespero", explica.

A aluna Miyoko Seyama, de 12 anos, que pulou da varanda de seu apartamento no quinto andar, em Kitakyushu, no sul do Japão, se havia queixado de que estava atrasada nos deveres de casa, informou a agência Kyodo. A maioria das escolas japonesas obriga os alunos a fazer exercícios de recapitulação durante seis semanas de férias.

Em Toyota, no centro do Japão, um menino de 13 anos pulou de seu apartamento e outros dois estudantes, em Tóquio e Kitaura, também se suicidaram.

"Esses suicídios podem ser explicados pela pressão da competição excessiva e constante imposta aos estudantes, que estão sofrendo cada vez mais os efeitos do sistema econômico japonês", comenta Sadaaki Nakano, diretor da Federação Nacional de Professores do Japão.

Um professor também se suicidou: ele pulou do prédio de sua escola, em Nagoya, no centro do Japão. Em Sowamachi, norte do país, uma aluna de 13 anos se enforcou.



O pecado social

Leonardo Boff

"Mais do que outras realidades, a situação latino-americana deixa transparecer o caráter estrutural da graça-desgraça. A reflexão cristã padece de uma grave deficiência: a ausência da articulação dos problemas em seu aspecto estrutural. Fez, na tradição teológica, minuciosas análises sobre a dimensão pessoal, os meandros da vida consciente no processo de rejeição e de conversão. Mas pouco vertebrou as implicações institucionais e estruturais. Por isso, é ou ingênuo ou voluntarista quando aborda a problemática em termos de transformação social. Na América Latina, o drama humano se apresenta em sua densidade estrutural, in-

dependente da vontade concreta das pessoas. Pode haver pessoas boníssimas e bem intencionadas vivendo dentro de uma estrutura geradora de opressão. Intencionalmente são contra toda a sorte de privilégios; entretanto ocupam uma situação de classe que os situa dentro dos privilégios da sociedade discriminatória, favorecendo, inconscientemente e contra sua vontade, a injustiça estrutural. Por aí transparece como, uma vez mais, a condição presente do homem é simultaneamente de oprimido e de opressor, a um tempo de justo e de pecador.

Para a ótica da fé a situação de dependência e subdesenvolvimento do continente sul-americano não deixa de aparecer como um grande pecado social e estrutural. Os sintomas que conflagram a dependência são ineludíveis: fome, mortalidade infantil, doenças endêmicas, mão-de-obra barata, deterioração dos salários, deserção escolar porque os filhos têm de ajudar a família a sobreviver, ausência de participação e de liberdade na reivindicação dos direitos fundamentais, corrupção política, detenção de grande porção da riqueza nacional nas mãos de pequenas elites que controlam também o Estado, etc. Semelhante situação gera um modo inumano de vida; a marginalização não permite o homem ser mais homem. Tais sintomas que de per si são manifestação de pecado e estruturam o pecado no mundo, não são fatais e naturais. Resultam de um pecado ainda maior, uma opção fundamental que se orienta para o acúmulo de riqueza e poder nas mãos de minorias egoístas sem sentido social dos bens da terra e da cultura. O etos cultural que informa estruturalmente a mentalidade capitalista é profundamente anti-evangélico e inumano. Os sintomas referidos acima são corporificações de um modo-de-ser que, para a perspectiva da fé, não pode ser secundado, mas deve ser denunciado porque ofende os homens e nega a Deus, embora o tenha frequentemente nos lábios.

Este pecado estrutural assume forma ainda mais refinada quando é in-

trojetado no próprio oprimido que passa a hospedar o opressor dentro de si, aceitando inconscientemente os valores do sistema montado, a imagem de homem proposto pelos regimes imperiais e seus agentes. A ideologia da classe dominante passa a vigorar como um valor nacional, sendo ensinada na escola e difundida por todos os canais de comunicação. A inteligência, sem suficiente crítica, encampa seus ideais e, sem o saber conscientemente, faz o jogo da opressão. Pessoalmente as pessoas podem viver na maior das boas intenções; estruturalmente são herodianos do pecado do mundo. Onde situar a graça? No nível-pessoal ou estrutural? Como advertimos acima, o homem vive ambas as dimensões; por isso, concretamente, emerge como justo e pecador; é herdeiro de uma história de pecado que ele não criou mas que foi se gestando sob várias formas desde os primórdios da formação do continente latino-americano sob a dependência dos centros hegemônicos europeus e é herdeiro também da graça que se deu e se comunicou dentro de semelhante situação mediante o estilo do povo viver, dos valores que historicamente se cristalizaram dos anseios de libertação e promoção humana, etc.

Um cristão que se dá conta da vinculação do pessoal com o estrutural não poderá mais se contentar com uma santidade pessoal e com uma conversão apenas do coração. Perceberá que para ser pessoalmente agraciado deverá lutar para que a estrutura social se converta, se transforme em sua raiz, vale dizer, se abra à graça de Deus; enquanto isso não ocorrer sua bondade pessoal viverá uma terrível ambiguidade; é geradora de graça e de des-graça, até contra a sua própria vontade. Consequentemente, sentir-se-à necessitado de diuturno perdão e não poderá repousar, farisaicamente, sobre uma vivência cristã intimista e privatizante" ■

(BOFF, I., *A Graça libertadora no mundo*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1976, pgs. 108-110)

Maturidade na fé

Bruno e Zélia Fischer

Tema sempre atual é o do dualismo cristão. A tentativa ou o desejo de ser cristão em ocasiões especiais, de forte emoção, e, depois, "levar para o mundo os frutos daquelas reflexões."

Esta forma de ser cristão divide o homem e o põe em constante conflito. Gera angústia e falsos enfoques. Impede ou dificulta que ele seja cristão na história.

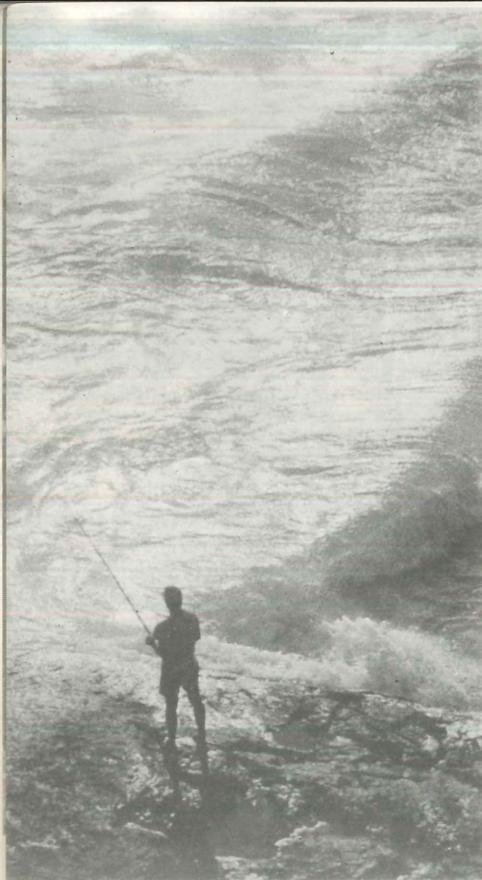
E o mundo desumano permanece desumano, apesar de nele viverem muitos cristãos. E as estruturas políticas, econômicas e sociais continuam a ser desumanizadoras, apesar de nelas estarem inseridos muitos cristãos, esforçados e bem intencionados.

Fica esquecido que a Encarnação, ou melhor, o sentido da Encarnação é o de acompanhar a história e de viver conosco a história. A gente não se dá conta de que o filho de Deus inseriu toda a religião na história, e que dentro desta história nós nos libertamos e nos tornamos pessoas.

É preciso termos a coragem de seguir este caminho, sem escapismos, até suas últimas conseqüências.

Teimamos nós (e até segmentos da hierarquia religiosa) em buscar Deus fora do mundo e da história, até com a intenção polêmica de nos separarmos do mundo, afastando-nos, ou omitindo nossa história: na fábrica, nas reuniões políticas, na lavanderia, nos escritórios, nas escolas, nos gabinetes, nas ruas, nas tramas econômicas, etc.

Entretanto, nossa maturidade cristã se comprova exatamente nestas situações, na história. Nela é que se deve viver a religião. Aqui é que se pode buscar e, um dia, alcançar a libertação.



O lago e a onda

Tristão de Athayde

Esta noite tive um sonho. Um sonho muito imprevisto. Sonhei que ia caminhando por uma estrada deserta. De um lado, uma grande floresta.

Do outro, o alto-mar. Ouvi vozes. Mas esperei em vão por aqueles que falavam. Tudo deserto. Como a voz que ouvia no momento provinha de dentro do mato, entrei nele. Pouco adiante vi um lago, cercado de pântanos. Ningüém. Mas a voz continuava a falar. Vinha do próprio lago. Atentei ao que dizia a um interlocutor secreto.

“Pois é. Outra coisa não desejo senão continuar exatamente como sou

e como estou. Nada perturba a minha superfície imaculada. Por todos os lados, como você vê (quem seria esse você?, pensei eu), essas árvores me protegem do sol e da chuva. Nada perturba a minha quietude. Tudo está nos seus lugares. Não dizem, por aí, que a ordem é o bem supremo e mesmo a base do progresso? Pois então, como posso querer mais do que tenho? Água fresca e cristalina. Margens verdes. Silêncio e paz. E se há pântanos em torno, até me protegem. A culpa não é minha. É deles mesmo, que não se defendem bastante dos apelos da floresta, com seus mistérios e suas tentações. Querem fugir da disciplina, que procuro manter sobre as minhas águas paradas, para que não se percam por esses caminhos sombrios da mata comum. É certo que, de vez em quando, lá do fundo da lagoa, onde procuro manter o lodo no posto que lhe compete, de preservador da cristalinidade das minhas águas imóveis, ouço por vezes protestos. Querem vir à tona respirar. E mesmo participar de minha autoridade de lago. Como se não respirassem tão bem lá no fundo. Querem uma coisa que eu não sei bem o que é. Já que têm tudo quanto podem querer, sossego, alimento, larvas e até vegetações, que se dão muito bem nessa sombra líquida. Falam de uma palavra que meus antepassados proscureveram de nosso dialeto lacustre: liberdade, inimiga ancestral da ordem dos lagos. Se essas minhas águas tiverem, algum dia, a faculdade de romper as margens em que minha autoridade inflexível e pessoal as contém, estaria selado o destino deste lago tranqüilo e acolhedor. Por mais de uma vez, é certo, esse lodo do meu fundo vem à tona e apela para meu grande inimigo, o vento. Foi sempre um desastre. Adeus ordem. Adeus disciplina. Adeus quietude. Foi um caos, uma anarquia. Com que trabalho consegui aplacar a fúria do inimigo e reprimir a audácia dessas águas rebeldes. Felizmente, apesar de aquática, minha mão forte conseguiu vencer a insubordinação do lodo, unido ao vento e tudo voltou à obediência, que é o apa-

nágio do reino dos lagos. É da minha própria experiência lacustre que a liberdade é uma palavra perigosa, para a longevidade e a permanência das águas mortas dos lagos. Que posso então desejar, mesmo que os rios e as chuvas tragam novas águas ao nosso remanso, senão que tudo continue como está, nesta santa apatia, que recebi como herança dos deuses silvestres meus antepassados. O que está no fundo, no fundo continue. O que está à tona, continue à tona. Eis o segredo da sabedoria lacustre.”

Quando cessou esse discurso empolado, que me vinha do lago na floresta comecei a ouvir outra voz, do lado do mar.

“Pois eu, também, estou satisfeita com a minha condição de onda marinha. Mas por motivos exatamente opostos aos seus. É no movimento e não na apatia que sinto vibrar minha natureza e posso cumprir minha tarefa. Em vez de me voltar para o passado, como você, a missão que recebi foi, precisamente, de preparar o futuro, ondulando pelas margens de todos os continentes e a todos levando a mensagem do ar livre e do sal puro, que os oceanos contém. A liberdade, portanto, longe de ser para mim, como para você, uma palavra estranha e perigosa, é a minha própria mensagem cotidiana às praias que costumo banhar.

O vento, em vez de ser meu inimigo, como é para você, percorre incessantemente, salvo raras exceções, minha superfície. Dele mesmo é que nasce a minha condição ondulante e variada. Sou sempre a mesma e sempre outra. Minha mensagem “democrática”, como ouvi um letrado dizer, vem dos horizontes abertos e das fontes sempre rejuvenescidas dos céus que me renovam e dos rios que me dessedentam. Enquanto você se satisfaz com a conformidade contínua de sua segurança disciplinada, é nesse eterno vaivém de onda livre, que encontro a minha função vivificante. Enquanto a sua superfície imóvel é, quando muito, um espelho da vida, minhas águas sempre agitadas representam a própria vida. Não

nego a beleza e o repouso dos lagos uniformes, mas na multiformidade é que está o poder da minha unidade. Nessa desordem aparente é que está a minha ordem latente. Pois eu, também, como você, prezo muito a virtude da ordem, mas considero a imobilidade hierática do seu autoritarismo lacustre uma inversão do sentido verdadeiro da ordem. Sua paz se assemelha à paz dos cemitérios, ao passo que a minha provém das fontes renovadoras da vida, pelo movimento perene. Bem sei que o meu amigo vento por vezes encrespa demais para esta minha condição de ondina, mas as tempestades passam e só as ondas ficam. E o lodo do fundo dessas massas oceânicas nunca chega a macular as crinas de minhas vagas. Por minha superfície, de margens indefinidas e universais, navegam os homens de todas as raças e condições sociais. E é na inspiração dos meus horizontes sem fim que conseguem vencer a tentação da uniformidade servil. No dia em que os mares parassem e as ondas deixassem de umedecer as praias, a própria vida, que, aliás nasceu do mar, estancaria. E os rios da terra, formadores dos lagos como você, não encontrariam mais o seu destino próprio, que é de correrem ao nosso encontro. Os lagos se converteriam em pântanos e as terras se tornariam inabitáveis para nossos companheiros humanos, amigos dos lagos e das ondas. Sou onda e no meu eterno vaivém, quero ser o modelo do caminho mais certo para que esses nossos irmãos racionais, como pelo menos se julgam, realizem os seus ideais de vida “e de vida em mais abundância”, como disse o nosso comum Criador, em sua passagem pela condição humana”.

A essa altura do meu sonho extravagante, escutei uma voz diferente. Não era, porém, uma voz humana. Era apenas o som metálico do meu despertador das 6, que me avisava: “Acorda, preguiçoso, que são horas da missa.”

Acordei, dizendo comigo mesmo — não estamos na era das ondas nem dos lagos, mas dos pântanos.

A ideologia da ordem e a democracia

Herbert de Souza

A ideologia da ordem inspira o autoritarismo à esquerda e à direita. O autoritarismo se manifesta num código de conduta sectário, numa concepção de sociedade verticalizada, burocratizada, numa prática partidária fundada na disciplina considerada como um valor em si mesma.

As relações sociais se dão de uma determinada forma, definem uma ordem. O problema não está tanto em verificar que uma ordem social existe, mas em considerar que a ordem da relação é mais importante que a própria relação. A ideologia da ordem, neste sentido, é reacionária mesmo quando discursa sobre a revolução. Afirmar o primado da ordem sobre o movimento é apostar no *status quo*.

Os dois princípios fundamentais da democracia, igualdade e participação, são incompatíveis com a ideologia da ordem. A igualdade se constrói de diferenças, a participação muda a ordem sem interrupção. Logo, pasteurizar as diferenças e domesticar a participação leva água ao moinho da desigualdade estabelecida, da ordem fundada sobre relações que se pretende congelar.

Não é só a direita que idolatra o Estado como expressão suprema da ordem. Muitos teóricos e militantes de esquerda têm uma concepção coisificada do poder e do Estado. Ambas as concepções são totalizadoras e totalitárias com sinais diferentes. Como o Estado e o Poder não são uma coisa, a direita erra em proveito próprio enquanto a esquerda comete um erro suicida.

A expressão "tomar o poder" revela uma concepção voluntarista da política e "materialista vulgar" de poder. Como

tomar uma relação social?

O pensamento autoritário pensa tudo acabado no tempo e no espaço. Pensa curto, pensa pequeno. Troca a dúvida, que abre os olhos, pela certeza cega.

A concepção do poder como uma coisa, ou uma concepção quantitativa do poder, é de fundo autoritário. Ao reificar-se uma relação social, elimina-se o outro como sujeito da relação. O outro passa a ser objeto de meu poder, ou do poder que se pretende ter (posse). O poder reificado, poder-coisa, é também indivisível, dado que não contém a dimensão da relação e da reciprocidade. A justificativa da concepção totalitária do poder é sempre o argumento do inimigo. Superado o inimigo, o perigo se transfere mas nunca acaba, porque tudo que é externo ao núcleo do poder autoritário é uma ameaça ao poder que se possui.

O individualismo é uma espécie de autoritarismo às avessas, a ditadura do indivíduo frente a todos os demais.

A metamorfose do conceito privatista da propriedade em concepção autoritária do Estado-coisa é uma das mágicas do pensamento burguês.

É mais fácil pensar sobre as coisas que sobre as pessoas e suas relações; sobre as coisas personificadas e as pessoas coisificadas que sobre a relação e o movimento. Pensar parado é um primeiro sintoma de adesão à ideologia da ordem. Negar o movimento é negar a liberdade.

O militar tradicional é a ordem personificada, somatizada. É a pessoa ordenada dos passos às idéias. A ordem dos gestos, do pensamento, das palavras e da ação. No mundo militar tradi-

cional a ordem é uma espécie de natureza das coisas. Fora da ordem as coisas e as pessoas estão fora de lugar, estão erradas. O fuzil é mais um instrumento da ordem que da guerra. No fundo, o militar aceita a guerra como um mal inevitável. Seu condicionamento básico não é para a guerra mas para a ordem e a prática da ordem é a disciplina.

Unidade da ordem, transformada em instituição armada, para a defesa da ordem. A hierarquia começa nas idéias, passa pelas pessoas, termina nas armas.

"Tudo tem uma ordem", a afirmação pode ser discutível. Porém não é aí que

está o problema, mas em pensar a "ordem" sem movimento, contradição e transformação permanente. O problema está na ideologia da ordem que é exatamente esta forma de negar o movimento e aderir à imobilidade como se ela fosse a essência do que existe.

A ideologia da ordem é o culto da aparência, por isso o discurso da ordem é retórico e vazio de sentido, já que o sentido das coisas está no movimento, no mundo de vir a ser. No fundo, a ideologia da ordem é um pensamento, defensivo, medroso, um escudo da insegurança, uma arma de defesa dos que têm algo a perder com a mudança.





Como é impossível parar o que se move, dissolver na unidade formal o que é contraditório, a ideologia da ordem se refugia na cristalização do pensamento, no congelamento das idéias, na repressão ao real, na circularidade do argumento e no uso da autoridade e da força. Ela tem sua eficácia, mas seu vôo é curto.

A mudança pode ser feita em ordem. O problema é a ideologia da ordem, onde não existe lugar para a mudança.

Ordem unida, ordem na casa, ordem nas coisas, na moral e nos costumes. A ordem natural das coisas. Ordem nas idéias. Nascemos com uma proposta de programa fundado na ideologia da ordem. A vida no entanto só se desenvolve plenamente superando os limites da ideologia da ordem, recriando e desenvolvendo novas formas.

Os verbos universais do pensamento autoritário e da ideologia da ordem: conservar, preservar, garantir, proteger. No pensamento libertário os seus contrários são promover, estimular, desenvolver, arriscar.

O dogmático é mais capaz de relacionar-se com outro dogmático para negá-lo, do que a qualquer outro interlocutor para escutá-lo. A ordem do pen-

sar dogmático é circular. O círculo só é feito quando se fecha, por isso o círculo do pensar dogmático é surdo.

Uma ordem estatal democrática significa negar a ideologia da ordem estatal "eficiente" que sacrifica a democracia. Ser forte, sendo democrático, significa que o forte está no caráter democrático do Estado e não no caráter estatal da democracia. O Estado só será forte, de forma estável e eficaz, se for democrático.

A ideologia da ordem abomina o espontâneo. Para a felicidade da história o espontâneo ignora a ideologia da ordem.

Para muitos a solução é domesticar o espontâneo em nome da ordem, sacrificando seu conteúdo, sua energia e sua capacidade transformadora.

A revolução pode também produzir uma "ideologia da ordem" revolucionária que se desloca do processo e se fixa no mito.

Ao produzir esta ideologia, produz seus intelectuais sem capacidade de pensar. Produz catequistas fixados no passado e incompetentes no presente. Desta forma, Mao pode produzir maoístas que o negam e Fidel, fidelistas que não pensam. Para estes "filhos" da revolução o pensar é repetir, o falar é catequese e ser intelectual é ser filho da ideologia da ordem. Com isso não se quer dizer que a revolução só produz a ideologia de sua ordem, mas que também a produz e que superar a ideologia da ordem revolucionária, que cristaliza a ordem e não acompanha a revolução, é uma questão revolucionária, teórica e prática.

O que Marx fez foi acrescentar novas dimensões para o conhecimento de sua e de nossa época. Ser marxista deveria ser portanto dizer algo mais que Marx. Construir ou reconstruir uma ordem do pensamento de Marx é a expressão teórica da ideologia da ordem no marxismo, por mais didática ou so-

fisticada que seja. Um Marx simplesmente repetido é um Marx morto.

Ninguém pode delegar a outro o direito e o dever de pensar. A demissão do pensamento é um ato de covardia que só o ser humano pode praticar.

A existência e afirmação da autoridade não é o mesmo que autoritarismo. O autoritarismo é a negação da democracia. A democracia não nega a autoridade, mas a legitima.

A articulação de uma ordem democrática se faz através da desarticulação da ordem burguesa. Como a democracia é um processo de negação (separação) da ordem, muitos a confundem apenas com o culto do espontâneo. Ora, o espontâneo é um momento necessário no processo de desorganização da ordem burguesa.

É verdade que a vida tem uma ordem, mas também é verdade que a ordem mata.

O regime liberal tem como base a manutenção de uma das ordens mais autoritárias da sociedade contemporânea: a fábrica. Nas fábricas os homens vivem 8 horas (legais) em estado de sítio.

Se a arma é a forma extremada da força, a força da democracia pode eliminar a necessidade do uso da arma como força. Isso não significa dizer que o processo democrático deva ser indiferente à força das armas.

A ordem da razão não produz a inteligência. A inteligência é que produz diferentes ordens de diferentes razões. A razão em si só existe como mito. Neste sentido a ordem da razão é a morte da inteligência. Reivindicar a inteligência é discutir toda ordem em legítima defesa.

Provérbio mineiro: o último que andou sempre na linha o trem pegou.

Herbert de Souza é sociólogo
(Transcrito do Jornal do Brasil)

SAMUEL LAVELBERG



"O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala nem participa dos acontecimentos políticos. O analfabeto político é tão tolo que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Ele não sabe que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, o assaltante e o pior de todos os bandidos, o político vigarista, o pilantra, o corrupto." (Bertold Brecht).

O grande desafio

Pedro e July Roumié

Se os cientistas e os governos conseguirem superar as questões básicas da chamada "crise populacional", fazendo com que seja possível um desenvolvimento harmônico de todos os habitantes do planeta Terra, sem que haja povos explorando povos, nações explorando nações, homens eliminando homens, então teremos dado o primeiro e único passo necessário para que, quiçá, o grande desafio populacional sequer seja preocupante.

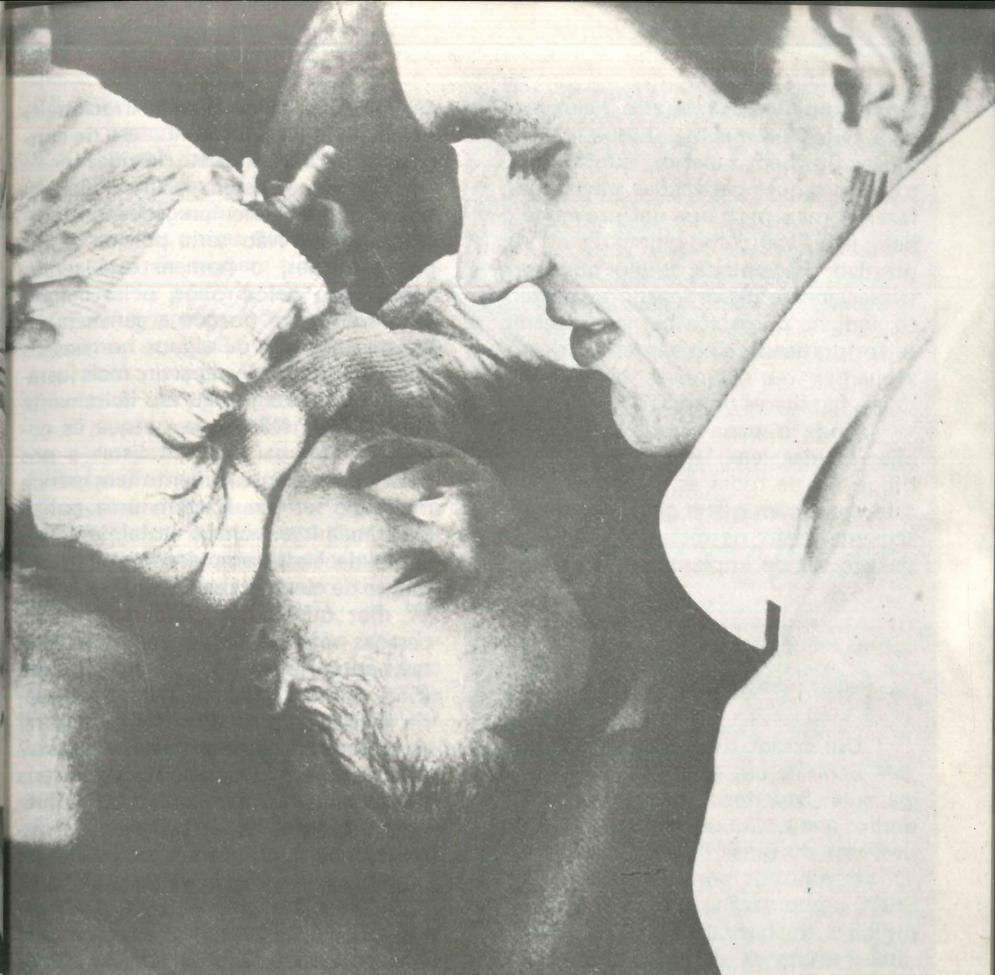
Não será transferindo-se às famílias a total responsabilidade de um mundo mais feliz e mais farto, obtido pelo controle populacional, que o teremos de fato. O mundo em que vivemos só será melhor para todos os seus habitantes, quando cada um dos homens chamar a si a grande responsabilidade de repartir igualmente, segundo os apelos do amor e da justiça, com os que, na Terra, têm menos.

A ciência continuará o seu caminho valioso de procurar novos meios e novas técnicas que sirvam aos homens, aliviem suas dores, possibilitem melhores dias, convencida de que, apesar de todos os avanços, há uma força maior, criadora e invencível, que tem um plano próprio a ser respeitado.

Entre os grandes desafios da humanidade, hoje, temos sem a menor sombra de dúvida, o desafio populacional. Entretanto, não podemos afirmar que o crescimento populacional seja a causa dos outros grandes desafios que os homens enfrentam nos dias de hoje. Ao contrário, a "explosão demográfica" é efeito de uma política capitalista, injusta, egoísta, desumana, incapaz de repartir os lucros e os bens da mãe Terra, espoliadora dos pobres, causadora da fome e da pobreza, responsável pelos bolsões de miséria absoluta existentes no mundo.



É o ex-chanceler Helmut Schmidt, da Alemanha Ocidental, quem reconhece que "a rápida urbanização pode ter consequências terríveis. Não apenas para a infra-estrutura urbana, mas também para a própria estabilidade política e social das nações". Sabemos que o ex-chanceler Helmut Schmidt é a favor do controle populacional, porém não temos por que não concordar com ele, quando faz tal afirmativa. A solução torna-se mais difícil porque ameaça os "privilégios" de pessoas e de grupos, que construíram e constroem suas riquezas, embasados na miséria e no empobrecimento de muitos. A solução está em os políticos planejarem e executarem uma política fundiária, que propicie os homens viverem felizes,



também nas zonas rurais, e assim fixarem-se às terras que lhes serviram de berço.

Há quem diga que a humanidade caminha a passos largos para a autodestruição, caso não exerça o controle da natalidade. Penso que, ao contrário, se o controle populacional for exercitado da maneira como vem sendo feito e/ou planejado, aí sim é que teremos, de fato, uma autodestruição da raça humana.

Dizer que a Igreja deveria fazer uma distinção moral entre a prevenção da gravidez não desejada e o recurso ao aborto provocado é, no mínimo, um menosprezo às inteligências que servem à Igreja. É claro que a Igreja distingue o que é gravidez não deseja-

da e aborto provocado. Sabe, sem dúvida, que a prevenção de uma gravidez não desejada é responsabilidade primeira dos cônjuges, segundo suas consciências e o bem-comum. Neste sentido, o papa Paulo VI já afirmara que: "o gravíssimo dever de transmitir a vida humana" faz dos esposos os "livres e responsáveis colaboradores de Deus Criador. "Sabe, igualmente, a Igreja que grande parte dos métodos anticoncepcionais disponíveis e enfatizados por grupos e organizações internacionais, muitas vezes motivados por interesses escusos, abalam os conceitos morais, trazem prejuízos aos seus usuários e às nações onde são aplicados.

A Igreja considera que "se é lí-

cito algumas vezes tolerar o mal menor para evitar um mal maior, ou para promover um bem superior, nunca é lícito, nem sequer por razões gravíssimas, fazer o mal, para que daí provenha o bem; isto é, ter como objeto de um ato positivo da vontade aquilo que é intrinsecamente desordenado e, portanto, indigno da pessoa humana, mesmo se for praticado com a intenção de salvaguardar ou promover bens individuais, familiares ou sociais”.

Ainda o papa Paulo VI, nas Nações Unidas, em 1965, convocava os dirigentes de todas as nações da Terra a fazerem com que o pão seja suficientemente farto na mesa da humanidade, em vez de implantarem programas

AS NOVAS PROJEÇÕES POPULACIONAIS

Um estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPEA), ligado à Secretaria de Planejamento, indica que a taxa de crescimento populacional do Brasil está em queda livre. O trabalho demonstra que no ano 2000 a população do País será de 170 milhões de pessoas, cerca de 30 milhões a menos do que as projeções feitas na década passada. Para a economista e demógrafa Ana Amélia Camarano, do Ipea, “a esperada explosão demográfica para o ano 2000 não vai acontecer”.

Esse mesmo trabalho revela que o perfil da população brasileira no início do próximo século será significativamente diferente do atual. Os estudos mostram, por exemplo, que enquanto diminui o contingente jovem da população, cresce a expectativa de vida dos mais velhos, alterando o desenho da pirâmide populacional do País. Para Camarano, o estudo indica a necessidade de adoção de medidas a médio e longo prazos em quase todos os setores da sociedade. “Tanto o Estado quanto a iniciativa privada têm de começar a trabalhar sobre a nova realidade demográfica do Brasil”. (GM).

de controle da natalidade irracionais, em vista de diminuir o número de convidados para o banquete da vida.

Por que existem 420 milhões de trabalhadores desempregados ou subempregados? Não seria porque, entre outras razões, o homem está sendo substituído pelos robôs, pelas máquinas? Não seria porque a ganância de lucro exagerado de alguns homens os fazem esquecer de repartir, mais justamente, o lucro já não tão licitamente conseguido? Não seria porque os governos, nos países capitalistas e nos países em desenvolvimento (em grande maioria), sempre fizeram uma política trabalhista voltada totalmente ao apoio da classe empresarial em detrimento da classe trabalhadora?

Por que existem 800 milhões de pessoas maiores de 15 anos analfabetas, entre as quais mais da metade (550 milhões) são mulheres? Não seria esse fato uma decorrência natural de discriminação machista e racista? Não seria isso fruto de errônea política internacional armamentista que sobrepõe a política educativa? Não seria isso fruto e consequência de influentes opiniões de grupos financeiros que, por longos anos e ainda hoje, estiveram e estão interessados na ignorância dos povos do Terceiro Mundo? Por que só agora se grita e se denunciam fatos como este, após a humanidade ter atingido tão assustadora cifra de analfabetos?

Por que 20% das pessoas pertencentes às classes sociais mais altas de têm cerca de 65% das rendas nacionais, nos países em desenvolvimento? Por que os 20% das classes sociais menos favorecidas recebem apenas 5% das rendas nacionais? A quem competir a zelar pela repartição justa das riquezas? Onde entra o capital estrangeiro para beneficiar (se é que entra) as classes mais desfavorecidas?

Afinal, poderíamos multiplicar os questionamentos e chegaríamos, sem dúvida alguma, à conclusão de que se agora os ricos se deram conta de que o número de miseráveis aumenta assu-

tadoramente e que, numa contenda entre os poderosos e os famintos, pelo menos numericamente os últimos serão os primeiros. E isso, na ótica dos países ricos é muito perigoso.

Talvez os países ricos e desenvolvidos ainda não tenham tido a coragem de responder a esse desafio, que é grande, com a generosidade de quem realmente se predispõe a ajudar, mesmo que ponha em perigo o número de calorías de sua alimentação diária.

Talvez agora poderemos entender Helmut Schmidt, quando maliciosamente afirmou que “se os países em desenvolvimento puderem reduzir o ímpeto de seu crescimento populacional, certamente acumularão poupanças e saldos que poderão ser utilizados para gerar desenvolvimento, em vez de cobrir necessidades criadas pelo desenvolvimento demográfico, como acontece presentemente”. Em outras palavras, Helmut Schmidt poderia ter dito: — Não dá para ajudar muita gente. Tem gente demais. Onde vamos parar, nós dos países do primeiro mundo, se formos ajudar a satisfazer as necessidades primárias e secundárias de todos os empobrecidos? Onde colocaremos as máquinas que criamos para substituir os homens? Ora, cada país que cuide de si e trate de diminuir o número de comensais, porque nós do primeiro mundo não estamos dispostos a ajudar de outro jeito

Numa coisa, entretanto, o ex-chanceler Helmut Schmidt estava certo, quando afirmou: “que a normalidade econômica é um pré-requisito para uma política populacional realmente eficaz”.

Não resta dúvida que grandes desafios esperam soluções da humanidade, e um dos grandes desafios é o planejamento familiar livre do controle populacional.

No Brasil, ao invés do controle populacional, o grande desafio é ocupar os 176.787.000 hectares de terras disponíveis, considerando-se a área aproveitável total dos minifúndios mais a área aproveitável não utilizada pelos latifúndios. O número da disponibili-

BRASIL TEM MAIS ABORTOS DO QUE NASCIMENTOS

O número de abortos no Brasil é maior do que o de nascimentos. Os números são da Organização Mundial de Saúde (OMS) e apontam cerca de 3 milhões de interrupções de gravidez anuais no país contra apenas 2,779 milhões de registros de nascimentos, em 1986. A estimativa da OMS, apresentada no ano passado na Suíça, põe o Brasil como o primeiro do mundo em matéria de aborto, contribuindo com 10% do total mundial de interrupções de gravidez. Dados da OMS revelam, ainda, que o Brasil é também o país onde é feito o maior número de cesarianas no planeta.

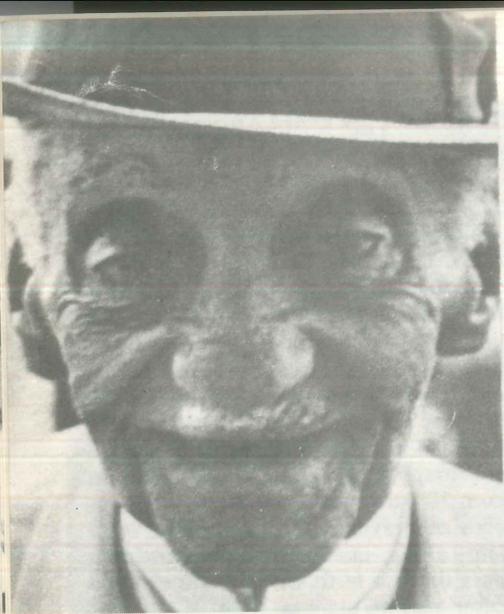
Embora não existam números precisos, pois o aborto é uma prática ilegal no Brasil, os números da OMS preocupam.

dade de terras sobe no Brasil, a 312.197.000 hectares, considerando-se a área aproveitável dos minifúndios mais a área aproveitável total dos latifúndios, segundo dados do INCRA.

Ainda no Brasil, segundo a mesma fonte, há 6.817.480 chefes de famílias sem terra, dos quais 804.168 em S. Paulo e 109.140 no Estado do Pará, na Amazônia. Verdadeiro absurdo de injustiça que clama aos céus e que brada aos homens.

Esses desafios aqui apontados são grandes, porém, não são insuperáveis, basta que cada homem e cada mulher, adquirindo o senso crítico do problema populacional, não o enfoque apenas pela ótica da natalidade em si, mas, abrindo o leque da visão, constate que o desafio maior está em fazer os homens valorizarem a vida humana, a sua própria vida, num mundo e num século em que a humanidade é ameaçada com a auto-destruição.

Este é o maior desafio que interpela a todos os homens de boa vontade, independentemente de suas crenças religiosas ou suas opções políticas e ideológicas.



O impacto da velhice

(The Economist)

“O rápido envelhecimento das populações de todos os países industrializados no decorrer dos próximos quarenta anos provocará uma transformação econômica e social de magnitude imensamente maior do que o choque do petróleo nos anos 70 ou a recessão dos anos 80.” Assim começa uma coleção de textos a ser publicada pelo Centro de Pesquisas de Política Econômica (CEPR) em Londres, ainda este mês. Os economistas preocupavam-se com os efeitos do lento crescimento populacional nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial, quando a depressão ajudou a reduzir o índice de natalidade. Nos anos depois da Guerra – conhecidos como “baby boom” – o lento crescimento populacional já não era mais um problema. Mas agora essa questão está retornando às agendas.

Duas grandes mudanças estão acontecendo. As pessoas velhas estão vivendo mais tempo e as pessoas jovens estão formando famílias menores. A mudança na estrutura etária da população está ocorrendo em velocidades diferentes nos diferentes países. Na Inglaterra e na Alemanha Ocidental, por exemplo a proporção das pessoas de 65

ou mais anos de idade, em comparação com as de 15 a 64 anos, já é mais elevada do que será no Japão na virada do século ou nos Estados Unidos em 2010. No entanto, a não ser que os índices de natalidade se modifiquem dramaticamente, essa “proporção de dependência da idade avançada” irá aproximadamente duplicar-se na OCDE até o ano 2040. (OCDE – Organização para Cooperação Desenvolvimento Econômico – da qual são membros os 24 países avançados do Ocidente.)

Duas questões principais estão em jogo. O que o envelhecimento fará com o crescimento econômico? E como isso irá modificar os resultados desse crescimento, compartilhados por todos?

A primeira questão é bem mais difícil de responder do que a segunda. O crescimento econômico, numa população de lenta expansão, provavelmente irá ocorrer principalmente através de mudanças técnicas que permitam que cada trabalhador faça uso mais eficiente de uma maior parcela do capital. Mas alguns economistas acham que o progresso tecnológico é ajudado pelo rápido crescimento populacional (como prova parcial eles mencionam a explosão simultânea dos índices de natalidade e da criatividade nos tempos vitorianos). Outros argumentam que uma sociedade em envelhecimento tem uma força de trabalho também em envelhecimento e que os trabalhadores mais idosos podem ser menos móveis e mais lentos no aprendizado de novas habilidades.

Se a força de trabalho não crescer e o ritmo das mudanças tecnológicas não aumenta para compensar isso, o que acontece? Dois economistas britânicos, John Ermisch e Heather Joshi, chamaram a atenção para a experiência francesa feita entre 1890 e 1911. A força de trabalho francesa manteve-se relativamente estática e a produção per capita não cresceu mais rapidamente do que na Inglaterra ou na Alemanha vizinhas, onde o tamanho do contingente de mão-de-obra continuou crescendo.



Serão naturais os “métodos naturais”?

Hélio e Selma Amorim

Corre-se o risco de conceder-se ao método Billings, ainda que não intencionalmente, o “status” de método da Igreja para o exercício da paternidade responsável.

Isto aconteceu com o método Ogi-no-Knaus, que as observações de Billings de fato tornaram menos falho.

Que estas informações sejam divulgadas pelos organismos leigos interessados, nada temos contra, é claro.

Mas à associação, ainda que não oficial, da Igreja a esta divulgação, que logo é entendida como recomendação do método, fazemos restrições. Suspeitamos de que essa não seja uma boa recomendação.

Mais, ainda, temos o receio de que a polarização do interesse de tantos agentes de pastoral, da Igreja, por

esse assunto, leve à redução da pastoral familiar ao problema da planificação familiar, como aconteceu, lamentavelmente, em alguns países da América Latina. Nesses países, muitos se referem, pejorativamente, à “pastoral de las entrañas”, que tomou lugar da autêntica pastoral familiar, mais abrangente, mobilizando os poucos recursos humanos disponíveis para o mesmo jogo internacional do controle demográfico dos países subdesenvolvidos.

É o que estaria fazendo a Igreja, inadvertidamente, nesses países. Com diferença quanto aos métodos recomendados e, logicamente, à motivação.

Desde meados dos anos 70, tomamos conhecimento e estudamos o chamado método Billings e procuramos, ▶

de início com certo otimismo e interesse, divulgá-lo, especialmente nas atividades de preparação ao casamento. Cremos que isto poderia continuar sendo feito, desde que não se associe esse método à Igreja e se lealmente expostos os seus inconvenientes — sem, portanto, o tom triunfalista com que é geralmente apresentado por seus apaixonados promotores. Às vezes, o entusiasmo exagerado de alguns se aproxima perigosamente de um fanatismo fechado ao diálogo e à crítica.

O que é certo é que, infelizmente, ainda não surgiu um método que satisfaça plenamente às expectativas da grande maioria dos casais.

Ao longo desses anos, temos recebido vasta literatura sobre o método Billings, através de múltiplas publicações editadas por vários organismos dedicados à sua difusão. São textos repetitivos, já que a apresentação do método se esgota em poucos parágrafos. Multiplicam-se gráficos e ábacos, para facilitar a sua compreensão: trata-se de variações gráficas em torno de um sistema bastante simples. A variada procedência dessas publicações têm um ponto em comum: são geralmente organismos de Igreja ou a ela intimamente associados.

Observamos um curioso tom panfletário e apaixonado em muitos artigos que “defendem” o método, sempre com violentas acusações aos que o “atacam” ou criticam. Isto porque, não obstante tantos anos de intensa difusão, não tem o método merecido a acolhida irrestrita esperada, no meio médico e científico.

Atribui-se tal fato, em geral, ao interesse das multinacionais que fabricam os anovulatórios ou preservativos, e à má vontade de muitos médicos em relação a um método que quase prescinde de sua assistência profissional, com prováveis repercussões negativas nos rendimentos dos seus consultórios.

Entretanto, muitos médicos de cuja honestidade não se pode duvidar, que atuam na Previdência Social ou em postos de Saúde Pública, sem in-

teresse nos lucros das multinacionais, e que não se dedicam ao atendimento particular, não têm demonstrado, geralmente, um duradouro interesse pelo método Billings.

Em um debate de especialistas que assistimos recentemente na TV, em nenhum momento se fizeram referências a esse método, embora os entrevistados chamassem a atenção para os riscos que podem estar associados ao uso imprudente de anovulatórios e dispositivos intra-uterinos.

O que ouvimos, nesse debate, é que ainda se espera a descoberta de um método ideal, que poderia ser um método “artificial”, simples e econômico, reversível sem efeitos colaterais prejudiciais à saúde, e não dependente da voracidade dos laboratórios multinacionais. E não abortivo, acrescentaríamos. Parece-nos ser esta a colocação mais correta.

Neste caso, seria necessário reabrir-se, na Igreja, o debate teológico sobre a questão da “lei natural” aplicada ao assunto, e que permanece francamente controversa.

Procuraremos expor alguns aspectos insatisfatórios dos chamados métodos “naturais”, em geral, e do método Billings, em particular, fruto de nossas observações pessoais, em contato com noivos e casais, ao longo desses últimos anos.

• A primeira restrição que fazemos ao chamados métodos “naturais” refere-se ao fato de subordinarem uma bela expressão do amor conjugal ao determinismo do ritmo da fertilidade biológica. O ato sexual é uma magnífica e construtiva celebração do amor do casal, e sua *lei natural* é a da espontaneidade — não a do calendário.

É claro que não é esta a única expressão da afetividade conjugal. Mas é, indiscutivelmente, uma expressão arrebatadora e eficaz, que alimenta e renova o próprio amor que exprime. Tem, portanto, estreita relação com a própria sacramentalidade do matrimônio. Sua dimensão de linguagem, de comunicação interpessoal incomparável, a



constitui num forte incentivo ao crescimento do elán, do entusiasmo pela vida conjugal e familiar, com reflexos positivos sobre as relações familiares e o equilíbrio psíquico da relação conjugal.

A minoria privilegiada de casais — na qual nos incluímos — que dispõe de condições favoráveis de moradia, ritmo de trabalho, saúde, tempo de convivência íntima, privacidade e outros benefícios da civilização, ainda poderia sujeitar-se à continência determinada pelo calendário. Com efeito, a convivência diária regular e prolongada abre possibilidade de expressões alternativas do amor conjugal, e os dias de não-fertilidade biológica podem então ser intensamente aproveitados para essa privilegiada expressão sexual que celebra o amor do casal. Mesmo assim, não é este o quadro ideal para o relacionamento do casal, na medida em que limita a espontaneidade dessa rica expressão de amor.

Apenas admitimos que é possível conviver com o método, nessas circunstâncias favoráveis de vida, sem prejuízos graves sobre a relação afetiva do casal.

• O mesmo não ocorre com a vastíssima maioria dos casais. Condenados à luta desumana pela sobrevivência biológica, fisicamente extenuados por um regime brutal de trabalho, vivendo em precárias moradias, em favelas ou subúrbios distantes, forçados a pernoitar, por largos períodos, nos afastados locais de trabalho, tendo reduzidos tempos de convivência conjugal, esse enorme contingente de casais dispõe de escassos momentos favoráveis, com um mínimo de condições físicas e psíquicas para a realização do ato sexual.

Se esses momentos coincidirem, seguidamente, com os dias férteis da mulher, e a gravidez é lícitamente indesejável, alongam-se os períodos de abstinência, forçada, o que se transforma em tensão nas relações conju-

gais, irritação e impaciência, desperdício de oportunidades de alimentar o amor conjugal com a sua bela expressão sexual tão eficaz — e não raro favorecendo, naqueles que ainda vivem uma forma imatura de amor, a infidelidade conjugal, com triste repercussão na vida do casal. Ou, então, nesses momentos, o método é posto de lado, resultando numa gravidez indesejada que talvez termine em aborto provocado.

Não se trata de casuismo. É a situação mais generalizada que observamos nas grandes cidades.

• Em ambos os casos — dos casais privilegiados e destes que enfrentam grandes dificuldades para viver uma vida digna e humana — observa-se, frequentemente, uma certa imprecisão de dados da observação que produz dúvida e insegurança para o casal que não deve procriar. Além de serem frequentes as dúvidas quanto às características físicas do mucus cervical (viscosidade, cor, etc.), não é raro que dias não férteis apresentem uma suspeita umidade. Ainda que vários indicadores apontem para a não-fertilidade, a dúvida que se instala na mulher leva-a a recusar o ato sexual, ou a realizá-lo com receios que a bloqueiam psicologicamente, impedindo ou dificultando o prazer sexual, frustrando, assim, a integridade e riqueza da relação.

Por outro lado, em muitas mulheres, não se verificam os "dias secos" imediatamente após a menstruação, o que recomenda a abstinência até a fase posterior aos dias comprovadamente férteis, já no final do ciclo. Isto reduz demasiadamente o período para as relações sexuais sem risco de gravidez.

Os casais que dispõem de raros e esparsos momentos de convivência favorável a essa expressão de amor, terão a sua vida sexual reduzida e subordinada a ocasionais coincidências entre momento favorável e "sinal verde". Agravam-se, neste caso, os inconvenientes antes comentados.

• Outro aspecto mais sério e decisivo a considerar, é o que o Dr. Billings

Contrariar a "lei natural" da biologia ou desrespeitar a lei natural da vida afetiva do casal? O ideal poderia ser um método "artificial", simples e econômico, sem efeitos colaterais prejudiciais à saúde, reversível e não abortivo, que não interfira na espontaneidade da celebração sexual do amor do casal.

lings explica em seus escritos: *É justamente nos dias férteis que a mulher sente maior predisposição para o ato sexual.* Não apenas predisposição biológica, mas psicológica. Toda a biologia age sobre o psiquismo da mulher, exacerba a sua sensibilidade e estimula a afetividade, criando condições ideais e privilegiadas para a celebração do amor conjugal — celebração que é sinal eficaz desse amor, pois o alimenta e renova. Ora, é justamente nesses dias favoráveis a uma realização mais perfeita e arrebatadora do ato sexual que o método Billings acende o "sinal vermelho".

Perguntamo-nos o que será realmente condenável: contrariar a "lei natural" da biologia ou desrespeitar a lei natural da vida afetiva do casal, que quer exercer a paternidade responsável segundo critérios justos, sem prejuízo das mais privilegiadas expressões que alimentam o seu amor.

• Mais poderia ser comentado, inclusive quanto à adoção do método frente às condições precárias de habitação e higiene em que vive a maioria das famílias, e a repugnância que muitas mulheres dizem sentir na manipulação do mucus cervical, para o exame de sua viscosidade, cor, etc. — o que, realmente, não compõe um quadro atraente, convenhamos.

Se pensarmos, ainda, nas muitas mulheres de condição humilde, cujos maridos são honestos trabalhadores, em rudes profissões, mas desprepara-

dos para aceitar uma continência condicionada pelos calendários, obrigadas a justificar sua recusa ao ato sexual "por estar num dia úmido" — que ele se recusa a acreditar. Quantos constrangimentos!

Como se vê, o assunto não é tão simples como o querem considerar os apaixonados defensores do método Billings.

Assim, julgamos que não se deveria associar a Igreja ao método, nem polarizar para este campo os limitados recursos humanos que poderiam estar a serviço de uma verdadeira e abrangente pastoral familiar que corre o risco de reduzir-se a uma pastoral da planificação familiar.

Não se pode deixar de destacar um fato nem sempre percebido com clareza: *na medida em que o povo vai percebendo a Igreja mobilizada da divulgação de algum método de controle — seja qual for — passa a entender como bom o controle em si mesmo.* O que desconfiávamos não ser verdadeiro: a redução da expansão demográfica pode não ser um bem para o Brasil. Os argumentos economicistas que defendem esse controle têm inspiração externa suspeita ou respondem a uma capitulação de muitos frente à iniquidade do sistema, que não permite aos pobres criar dignamente seus filhos, para o bem do país.

Cremos, portanto, que os recursos humanos e materiais que a Igreja, seus movimentos e organismos especializados estão canalizando para esse campo deveriam ser orientados para a busca de condições mais justas de distribuição de bens do progresso e da civilização, de modo que todas as famílias possam criar os filhos que desejarem e formar, neles, autênticas pessoas humanas.

Isto implica na denúncia que a Igreja tem feito dos mecanismos da iniquidade social e na exigência firme de uma saudável política social familiar, tão saudável que desgoste os países ricos, pródigos em ajuda financeira aos programas anti-natalistas no Terceiro Mundo. ■

CRESCE A ESTERILIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL

Essa prática já toma conta de Brasília

De cada cem mulheres que entram em um hospital público de Brasília querendo saber como evitar filhos, 63 recebem — e acatam — orientação para submeter-se à laqueadura de trompas, cirurgia que as torna estéreis. De acordo com pesquisa que a Secretaria de Saúde do Distrito Federal divulgará oficialmente a esterilização cirúrgica é o método anticoncepcional usado por 49,5% das brasilienses. O estudo revela ainda outro dado preocupante: 13,9% das mulheres que optaram pela laqueadura — que é praticamente irreversível — estão arrependidas.

A pesquisa, realizada pelo Departamento de Saúde Pública do Distrito Federal, com apoio do Ministério da Saúde e da Organização Panamericana de Saúde (OPS), ouviu 3.880 mulheres em idade fértil (de 14 a 49 anos) residentes no Plano Piloto e cidades satélites. 39,3% garantiram não ter atividade sexual. Das restantes, que declararam ter vida sexual ativa, 77% utilizam algum método para evitar gravidez.

Quase metade (49,5%) das mulheres que declararam evitar filhos optaram pela esterilização. A pílula anticoncepcional vem em segundo lugar, com 38,9% de preferência. Os outros métodos perdem de longe: 5% das mulheres de Brasília seguem tabelinha; 1,9% preferem que seus companheiros usem camisinha; 0,66% adotam o dispositivo intra-uterino (DIU); 0,55% optam pelo coito interrompido; 0,17%, pelo diafragma; e 0,11% pelo método natural Billings (que indica o período de ovulação através da observação de secreção vaginal).

O estudo mostra também como as mulheres são orientadas por médicos, hospitais e farmácias. Ao entrar numa farmácia à busca de informações sobre como evitar filhos, 76,5% das mulheres foram aconselhadas a tomar a pílula à venda nos próprios estabelecimentos. Das que optaram por informar-se com médicos particulares, 50,6% receberam orientação, de submeterem-se à esterilização cirúrgica, e 63,6% das que procuraram um hospital público ouviram o mesmo conselho. José Rezende Junior

A política e os cristãos

Luiz Alberto Gomez de Souza

1. UMA AMPLIAÇÃO E UMA DISTINÇÃO

Gostaria de propor uma ampliação de perspectivas e uma distinção entre dois problemas diferentes. Em primeiro lugar, a idéia de política — e de participação política — não se deveria reduzir ao político-partidário, um dos instrumentos de ação nesse setor, mas poderia retomar a conotação original de intervenção na sociedade (*pólis*), tanto para transformá-la quanto para mantê-la em sua atual situação, de acordo com os diferentes projetos ideológicos. A participação num partido é apenas uma das maneiras — e num certo sentido a mais eficaz — de fazer política, mas não a única. Confesso que também tenho algumas dificuldades com a palavra militância, não apenas pela sua origem castrense, mas por considerá-la responsável por um certo estilo de ação que tende a reduzir as dimensões múltiplas da vida a apenas um de seus aspectos (os jovens são hoje cada vez mais rebeldes diante dessa unidimensionalidade empobrecedora). Um certo militantismo leva também a reproduzir enquadramentos e disciplinas reforçadores de hábitos autoritários que terão de ser afastados se quisermos realmente desenvolver práticas participativas e democráticas. Nesse sentido, a velha idéia de compromisso, ou engajamento, pode ser menos simplificadora (ou menos castradora), ainda que mais importante do que discutir as palavras é descobrir o que freqüentemente se oculta debaixo delas.

O outro ponto, muito mais relevante, é a necessidade de separar claramente dois problemas que devem ser abordados de ângulos distintos: o acompanhamento pastoral dos cristãos comprometidos politicamente e a escolha de uma opção política. O primeiro é eminentemente eclesial e faz um

apelo à responsabilidade da comunidade de fé. O segundo deve ser visto a partir dos elementos concretos da sociedade e os cristãos não têm uma posição particular, pois tratá-se de um problema comum a qualquer cidadão membro da comunidade política e que exige uma análise com as ferramentas próprias das ciências sociais. Vê-lo numa perspectiva eclesiocêntrica leva a analisá-lo com uma visão distorcida e redutiva. Se não fazemos essa distinção de início, poderemos tratar de resolver duas dificuldades bem diferentes com uma solução híbrida, que pode instrumentalizar politicamente o acompanhamento pastoral ou enfrentar o problema político a partir dos muros estreitos de uma confissão religiosa. Correríamos o risco de fazer uma pastoral aprisionada ideologicamente e uma política aberta ou veladamente de cristandade. Não podemos esquecer que, na história das religiões, o cristianismo foi responsável pela introdução de uma separação a partir da qual a construção do Reino de Deus não se pode mais identificar nem com um povo, nem com um projeto histórico particular. E, em contrapartida, reconheceu de uma vez por todas aos diferentes projetos históricos suas lógicas e suas leis específicas. Deus e César não se confundem, como nas teocracias tradicionais (ainda que o próprio cristianismo, na história, permanentemente sucumbisse à tentação teocrática). Num momento em que secularização encontra seus limites, deixa entretanto esse legado que nasceu nas próprias terras cristãs: a inoportunidade dos projetos históricos cristãos.¹

Temos, às vezes, uma certa dificuldade em separar estes dois temas, devido a pelo menos duas razões. Em primeiro lugar, os agentes de pastoral (clérigos, religiosos, religiosas ou leigos, não importa), trabalhando dentro dos muros da instituição religiosa, ten-

dem a olhar a sociedade a partir do *lugar eclesial* e a pensá-la fundamentalmente desse ângulo. Isso pode levar a uma distorção de perspectivas. Todos sabemos que o lugar de onde olhamos condiciona nossa própria visão das coisas.

Em segundo lugar, a própria biografia de muitos dos cristãos que chegam a um compromisso político reforça a tendência para confundir os dois elementos. Com efeito, eles foram descobrindo muitas vezes a importância da atividade social a partir de uma reflexão religiosa, no interior de uma organização eclesial. Aí iam sendo convocados a "sair" da Igreja e ir "para fora", até o mundo. O curioso desse itinerário é o fato de ele ser mais mental do que real. Os cristãos não podem sair para a sociedade, pela simples razão de que lá sempre estiveram — antes mesmo de fazer parte de um grupo religioso — pelas suas raízes biológicas, familiares e culturais.² Mas a sensibilidade e os hábitos persistem e os que ocupam funções dentro das institui-

ções religiosas podem ter inclusive uma postura freqüentemente contraditória: insistem num compromisso social fora da instituição e, ao mesmo tempo, temem que os que o fazem não "voltem" para o redil. Aliás, o não voltar pode indicar duas coisas totalmente diversas: o abandono definitivo da prática religiosa ou apenas não continuar a realizar atividades estritamente pastorais, o que de modo algum poderia ser caracterizado como abandono da Igreja. Pertencer à Igreja não se identifica de modo algum com a realização de tarefas intra-eclesiais; pensá-lo assim seria o oposto de uma vocação missionária. "A Igreja foi feita para o mundo e não o mundo para a Igreja", já disse, faz muitos anos, Pio XI.

2. A HISTÓRIA PODE AJUDAR

Abordar juntos os dois problemas, insisto, é confundir coisas diferentes e, inclusive, fazer regredir a discussão, que não é nova entre nós e que pode ter tido no passado um tratamento tal-



vez bem mais rigoroso. Em consequência, recordar fatos históricos para esclarecê-los melhor não é procurar soluções arquivadas pelo tempo em situações bastante diversas, mas fazer o esforço para não repetir erros já cometidos e, talvez, descobrir inesperadamente pistas mais fecundas do que se pensa. Ouvindo o debate atual, desce a estranha sensação de uma história já vivida duas décadas atrás e vêm juntos o cansaço da volta de velhos argumentos e o receio de que, por falta de memória, novamente incidamos em antigos equívocos, sem aproveitar alguns avanços significativos, obtidos lenta e penosamente. Com o risco de irritar os que acreditam que a história é permanentemente inédita, os que não viveram certos momentos de nosso passado, ou os que gostariam de esquecer-los, permito-me recordar alguns fatos que, ousado considerar, têm mais pontos em comum do que se pensa com os problemas que estamos vivendo agora. Trata-se da trajetória dos estudantes cristãos entre 1960 a 1964, na Juventude Universitária Católica, e da criação do movimento político Ação Popular.

Naquele tempo, em função de um amadurecimento numa atividade eclesial (dizia-se então apostólica), os cristãos eram chamados a um compromisso político em seu sentido amplo. Num primeiro momento, falou-se na possível criação de uma esquerda cristã, a partir do desenho de um "ideal histórico". O pensamento de Jacques Maritain, que animou as experiências democrata-cristãs e sua proposta de nova cristandade, era um instrumental teórico disponível e foi inclusive testado pela JUC em 1959 e 1960. Empurrava-se a opção política um pouco mais para a esquerda, mas as ferramentas de análise eram praticamente iguais e com a mesma finalidade: com os cristãos poderíamos descobrir juntos uma opção política. As dificuldades não vieram apenas, como se poderia pensar, do fato de que isso se dava dentro de uma instituição oficial da Igreja, a Ação Católica. Esta recordemos, recebia um mandato, isto é, ficava no grau de "colaboração no apostolado hierár-

quico da Igreja".³ Entretanto, o problema principal que se colocou não foi institucional, mas basicamente teórico. Logo foi ficando mais ou menos claro que não se tratava de descobrir uma política dos cristãos, mas que os cristãos teriam de buscar sua inserção política num terreno diferente, no trabalho em comum com outros cidadãos, a partir de uma análise da realidade que se situaria no nível de toda uma "consciência histórica" da época e não no horizonte estreito das idéias de companheiros de uma crença religiosa. Para isso ajudou bastante a reflexão do personalismo de Emmanuel Mounier, que indicara que "não se pode ser socialista porque cristão, assim como não se pode ser monarquista porque cristão".⁴

Essa geração foi chegando ao socialismo, mas não ao socialismo cristão, nem tampouco ao socialismo derivado do cristianismo. Ainda que a discussão tivesse começado no âmbito de movimentos cristãos da Ação Católica, logo passou a ser uma caminhada em comum com pessoas de diferentes origens, analisando o processo histórico das lutas populares e os contornos de um futuro projeto político. Daí o surgimento da Ação Popular, imprópria-mente considerada por muitos analistas como um movimento de esquerda cristã, mas que pretendia ser, desde o início, um movimento pluralista, embora não se possa negar que a biografia da maioria de seus criadores estivesse condicionada por suas origens cristãs. Havia, porém, tarefa nem sempre fácil e nem sempre exitosa, o esforço para romper as barreiras da história pessoal com a dupla ampliação das bases do movimento (sociais, saindo do mundo estreito de estudantes e profissionais para o campo popular, e na convivência de membros de diferentes origens religiosas e outras sem nenhuma fé). Tanto na elaboração do "esboço ideológico" de 1962, quanto no "documento de base" de 1963, dois eixos foram sendo traçados: a) uma visão histórica que não aceitava que a consciência fosse o reflexo do mundo (crítica a um determinismo dos condicio-

amentos materiais); b) uma opção por um socialismo democrático (crítica às experiências autoritárias do que depois se chamaria o socialismo real). É verdade, que esses dois eixos, como foi notado em estudos críticos, não se articulavam com clareza e tinham uma formulação ainda hesitante. O movimento teve apenas dois anos, até o golpe de Estado, para dar os primeiros passos.⁵ Mas aí estava em germe a idéia de um espaço político novo, não-confessional, nem também reduzido aos cristãos ou deduzido de sua reflexão, ao mesmo tempo que a compatibilidade dessa opção com uma fé enraizada na história fluía naturalmente. Deve-se lembrar que, nesse período, a AP não era um partido, mas um movimento, e seus membros podiam inscrever-se em vários partidos (PTB, PSB e PDC em alguns estados).

Por outro lado, os movimentos de Ação Católica mantinham e reforçavam sua validade como espaços de fé, onde se realizava a "revisão de vida". Gustavo Gutiérrez vê as primeiras origens da teologia da libertação na JUC do Brasil desses anos. Cotejando os textos do movimento, pode descobrir uma fértil reflexão teológica, mais atual do que se pensa e as bases de uma "espiritualidade do engajamento". Com todas as imprecisões inevitáveis, discutia-se então a idéia da "dupla militância" (há que reconhecer que essa palavrinha, por menos simpatias que possa merecer de alguns de nós hoje, é de longa duração): como políticos, num movimento pluralista, como cristãos, num espaço eclesial, para um permanente trabalho de discernimento, da vivência e de crescimento da fé.⁶

Fique claro que, no começo, esses dois espaços não apareciam assim tão claros, e a JUC, até 1961, foi também espaço de política estudantil. Mas, aos poucos, a separação se foi dando, não apenas, insisto, por tática ou por dificuldades institucionais, mas por convicções que foram afirmando. À diferença de outros países, onde a democracia cristã era forte (Chile, Venezuela) e essas posições foram alcançadas

com dificuldade ou nunca se chegou a elas (pensamos nas esquerdas cristãs latino-americanas ou nos Cristãos para o Socialismo), aqui no Brasil a superação de uma política cristã (ou de cristãos) se deu mais naturalmente. Logo depois o corte autoritário, interrompendo a prática política (e uma prática partidária autônoma do aparelho de estado), voltou a privilegiar o espaço eclesial como lugar de contestação política. Com a abertura, entretanto, foram-se desbloqueando os outros espaços (associativos, sindicais, partidários), e os cristãos, de fato, foram voltando a viver suas experiências sociais em muitas instituições e em vários partidos. O problema hoje não é o de criar espaços comuns para que os cristãos possam ir fazendo sua opção política (o que poderia ser inclusive um retrocesso nas práticas políticas e eclesiais), mas de fortalecer os espaços sociais e políticos ao nível de toda a sociedade civil e solidificar o espaço eclesial de vivência de fé para os cristãos politicamente comprometidos.

3. OS CAMINHOS DE UMA OPÇÃO POLÍTICA

A opção política em geral — e a partidária em particular — não se deduz de princípios gerais, nem de uma ética ou de uma doutrina social,⁷ mas se constrói na articulação de vários elementos. Enumero de maneira simplificada alguns que pareceriam estar na base de um compromisso que trate de aliar radicalidade na transformação social com vocação democrática e realismo histórico.

A primeira série de elementos são as mediações necessárias, com suas lógicas próprias. Uma delas é a mediação das práticas criadoras, que germinam na sociedade. A política não parte do zero, mas deveria enraizar-se, e ao mesmo tempo expressar reivindicações que se formulam, experiências de organização e de luta já em curso, às vezes pequenas e concretas, mas que potencialmente abrem novas pistas de ação e de consciência. A partir do crescimento dessas práticas, vão se explicitando as

mediações ideológicas, considerando ideologia não no sentido negativo de falsa consciência, mas numa definição positiva: um conjunto de idéias-força que animam a ação política. Uma série de valores de justiça social, igualdade, liberdade, participação e outros forma uma constelação ideológica que, ao mesmo tempo, brota das práticas e as fecunda. Entretanto, para que não fiquemos ao nível ainda geral das idéias, as práticas devem ser testadas e referidas a instrumentos de análise, às *mediações teóricas*, que as situem num processo histórico e lhes dêem inteligibilidade dentro de uma realidade muito complexa. Se as práticas devem ser permanentemente revisadas e as ideologias depuradas, também a teoria não pode cair no dogmatismo das receitas dos manuais, nem dos reducionismos que empobrecem o real, fechando-o em apenas uma dimensão (econômica, psicológica, cultural ou religiosa). Há na história do último século, no bojo das lutas populares, uma acumulação teórica a levar em conta nas opções políticas que se proclamam revolucionárias e algumas vertentes do marxismo são referenciais importantes. Porém, ao mesmo tempo, uma esquerda tradicional dá sinais de cansaço e de repetição. Nesse sentido, vivemos uma crise teórica (que é parte de uma crise mais geral da civilização atual e de seus paradigmas científicos). Crise não tem apenas uma conotação negativa, mas pode ser fecunda e estar na origem de criatividade inovadora e de novas pistas de ação e de análise. Se por um lado, ela introduz incertezas com as quais somos obrigados a conviver, também, positivamente, deixa abertas as portas para a recriação permanente de um pensamento não-sectário, nem fechado às mais inesperadas contribuições. Aqueles que gostam de navegar nos rios tranquilos das verdades adquiridas terão dificuldade para descobrir práticas novas e provavelmente não serão capazes de pensar livremente situações inéditas. Há toda uma reformulação permanente da teoria, que nem sempre agrada aos que vêm do mundo seguro balizado pelos dogmas religio-

30
sos e que gostariam de encontrar nas teorias sociais um fideísmo secular ancorado em "posições corretas". Uma postura teórica aberta desperta também objeções em nome da eficácia. Assim, ouve-se dizer que o movimento popular, no seu processo de lutas, necessitaria de ferramentas claras e simples, deixando-se as dúvidas teóricas para o lazer de intelectuais enredados em elucubrações abstratas. Porém, seria uma grave falta de respeito ao movimento popular — considerando-o em minoridade e relativamente incapaz — querer trazer-lhe um arcabouço de certezas simplificadas que, sob o pretexto de tranquilizá-lo, o aprisionam num marco teórico rígido, ultrapassado e enganador. A articulação dinâmica prática-ideologia-teoria-prática coloca uma série de desafios nessas mediações, indispensáveis para conhecer e transformar a realidade.

A segunda série de elementos se refere à busca dos *sujeitos históricos* capazes de levar adiante as práticas, desenvolver as idéias-força e repensar as teorias. No passado, muitas vezes se buscou um sujeito único messiânico que, redutor, pôde levar a uma visão simplificadora e mesmo totalitária (uma nação, uma raça, uma classe ou um credo religioso). As formações sociais são complexas e, de dentro de suas tramas de múltiplas dominações, emergem vários sujeitos capazes de consciência e de organização para elaborar alternativas. Já se vem trabalhando a noção mais aberta e plural de *classes populares*, variadas, fragmentadas e ao mesmo tempo articulando-se dentro da mobilidade social do país. Provavelmente haveria de ampliar ainda mais o espectro dos sujeitos históricos, já que, além das dominações ao nível das forças produtivas, deveriam incluir-se outras relativas ao sexo, à raça, às relações com a natureza etc. Aqui as classes populares encontram os *movimentos alternativos*, da mulher, do negro, do índio, da ecologia, da paz etc. Valeria o esforço para tratar de romper uma visão provinciana nos dois sentidos, que situa os movimentos populares nos países do sul do globo e os al-

ternativos no norte, descobrindo, ao contrário, sua existência e sua complementaridade ao nível de todas as sociedades, onde há sempre pobres e explorados e o surgimento permanente de novas formas de lutas e de reivindicações.

Um terceiro elemento para uma opção política, que está ligado à complexidade real e à multiplicidade de práticas e de sujeitos, é a separação do *maniqueísmo*, que divide a sociedade em bons e em maus e faz do ato político um derivado de uma ética bipolar e de um dever ser categórico e a-histórico. O político está ligado ao possível, inscreve-se num processo histórico e faz apelo a estratégias de médio prazo e a táticas imediatas, às vezes em relação de contradição dialética com as estratégias, sem fugir também ao problema difícil das alianças inevitáveis. Do contrário, cair-se-ia com facilidade no purismo infecundo dos pequenos grupos que se contentam em querer ter razão e que são postos de lado por movimentos sociais mais complexos. A grupusculização das esquerdas e sua marginalização política são bem conhecidas, para que seja necessário insistir nelas. O paradoxal é que, em nome de uma eficiência imediata que nada concede, se cai freqüentemente na ineficiência histórica de grupos políticos raquíticos que rapidamente se estancam em baixos índices de adesões e se esgotam então como propostas alternativas.

Outra série de pontos a levar em conta para uma opção política renovada tem a ver com a *construção da democracia*. Num país de longa tradição autoritária e em meio de tantas experiências de esquerdas também autoritárias, a idéia-força de participação aponta noutra direção. Para muitos, a democracia está contaminada pelas suas origens liberais, no bojo das revoluções burguesas. As lições de uma dialética histórica pareceriam indicar, entretanto, que os avanços de um período deveriam ser assumidos e recuperados no seguinte. Ficam como ajuda, entre nós, as reflexões de Marilena Chauí, Francisco Weffort e Carlos Nel-

son Coutinho, sobre o valor universal da democracia.⁸ E isso é tanto mais importante, quanto essa idéia vem sendo reapropriada por neoliberais que colaboraram em diferentes momentos com o regime autoritário e que agora se fantasiam de vestais de uma liberdade que negaram e pisotearam na prática (quando não o seguem fazendo ainda agora, mais veladamente).

Essa caminhada para uma opção política realmente inovadora passaria, finalmente, por uma crítica severa ao problema do *poder*, em suas várias dimensões, e talvez não pudesse deixar de resgatar raízes libertárias que se encontram nas origens de tantas rebeldias populares e dos dissensos que se insurgem com as burocracias e os autoritarismos das mais diferentes orientações. Também o tema do *partido* exigiria uma crítica severa, em suas diferentes vertentes liberais, populistas ou revolucionárias.⁹

Não há espaço para desenvolver estas e outras linhas de preocupações que teriam de ser aprofundadas, matizadas ou corrigidas no processo comum da formulação e reformulação de uma opção política. Este trabalho não poderia ser uma tarefa individual, mas o desafio que se põe diante de todos os que querem inscrever-se num movimento político de ambições históricas de transformação profunda. A simples enumeração desses pontos parece indicar que não há uma especificidade cristã nesses elementos, mas que eles podem e devem ser assumidos por pessoas de diferentes horizontes religiosos ou arreligiosos.

Mas então, o que significa ser cristão e o que os cristãos têm a oferecer a uma tarefa política? Uma vez feita a distinção é possível articular fé e política.

4. O LUGAR ECLESIAL NA SUSTENTAÇÃO DO COMPROMISSO POLÍTICO

O problema político levanta sérias questões na comunidade eclesial. No 6º Encontro Intereclesial de Trindade, voltou o tema nas reflexões em peque-

nos grupos e nos plenários: a Igreja incentiva o compromisso político e depois abandona o cristão que o assume. Ela cumpriria nesse caso apenas uma função de catecumenato político, iniciando seus membros nesse campo e, depois, se retiraria em nome de um apoliticismo de instituição. Não haveria, entretanto, uma função *permanente* nesse nível? Por outro lado, se o compromisso político pode substituir sem dificuldades uma adesão de fé, que seriam ambos, senão duas opções ideológicas (ou de motivação emocional), que apenas servem para animar (e justificar) uma atividade e dar sentido a um esforço? Uns trocam religião por compromisso político, carregando para o mundo da política uma visão religiosa tradicional (quanto dogmatismo político não nasce daí!) Para outros, sua crença religiosa não resiste a um novo entusiasmo em outra ordem de convicções. Isso nos encaminha ao ponto central: perguntar o que realmente constitui a fé, sua irredutibilidade e sua fecundidade. Para não alongar mais este texto, contento-me com indicar pistas e referir-me a trabalhos que precisam melhor o tema.

É significativo que a reflexão de Jon Sobrino, em El Salvador, partindo do sofrimento e da luta de libertação concreta e cotidiana de seu povo e os dois últimos livros de Gustavo Gutiérrez tenham como eixos centrais a espiritualidade e os caminhos da contemplação.¹⁰ As meditações de Thomas Merton em seu mosteiro trapense alimentaram a caminhada comprometida posterior de Ernesto Cardenal, na Nicarágua. O compromisso com a justiça e a opção pelos pobres, que irromperam na Igreja latino-americana, não foram deduções analíticas que fluíram naturalmente de uma análise da realidade, com o que dificilmente ocultariam um caráter ideológico (uma ideologia cristã progressista), mas encontram raízes reais nas exigências inevitáveis do seguimento de Jesus e nos preceitos inexoráveis da caridade.

Se o processo de secularização fez descobrir a consistência própria dos processos históricos e com isso ajudou

a afastar a tentação de ver o religioso como a base ideológica do político, agora, num tempo de profunda crise de civilização, a *potencialidade transformadora do sagrado* indica os limites dessa mesma secularização do mundo moderno e a imprescindibilidade do mistério e, no caso dos cristãos, da fé em Jesus Cristo. Visto de outro ângulo, um processo de depuração e de autonomia do histórico, em lugar de esvaziar o sagrado, pelo contrário, o reforça em sua posição radical.¹¹

Freqüentemente, o religioso foi usado como instrumento motivador de outras atividades (e começamos a ficar cansados de instrumentalização). A razão instrumental cria facilmente seus fetiches. Marx estudou um deles ao nível do modo de produção, o da mercadoria, mas podem ser muitos outros (a nação, a religião, a classe, o partido) em diferentes dimensões da realidade. Na medida em que esses ídolos forem sendo negados, a produção de bens, as relações sociais, a organização da sociedade, os horizontes utópicos que dão sentido à história readquirem suas virtualidades humanas libertadoras. E um dos espaços para desocultar os ídolos é o sagrado (que, não esqueçam, também pode tornar-se um ídolo a mais no cenário das alienações), desde que colocado no plano último onde tempo e eternidade se encontram, na tensão e na geração mesma da vida.

Frei Betto insistia na necessidade da formação teológica (não de cultura teológica, ao nível da ilustração). A fé rasga os horizontes da história, a esperança ilumina seus caminhos, e a caridade a torna fecunda

A Igreja tem de abrir um espaço para o acompanhamento pastoral de seus membros comprometidos nos mais diferentes engajamentos, não para indicar-lhes receitas, que a própria dinâmica do engajamento político terá de discutir, mas para iluminá-los em suas próprias bases existenciais. A partir da fé, qualquer atividade ao mesmo tempo, é relativizada e adquire a maior relevância. Dito talvez de maneira mais rigorosa, adquire importância porque relativizada. Tem de ser realmente le-

vada a sério, porque não é mais um fetiche enganador e redutor. E aqui poderíamos desenvolver todo o tema da gratuidade, que liberada do utilitário imediato, adquire uma fecundidade quase sem limites.

E aí está o espaço da celebração eucarística, da oração, da leitura da Bíblia, da contemplação, da vivência da comunidade de fé. Esse é o desafio para um cristão comprometido no político: não tem de procurar que a Igreja complemente ou ponha remendos em sua formação política. Isso pode ser satisfeito bem melhor numa organização política realmente criadora. Entretanto, ele deve encontrar *razão de ser*, força e iluminação nessa dimensão do sagrado que relativiza e reforça toda a sua ação. Abre-se um desafio enorme para a teologia pastoral (e aí nossa teologia da libertação), a liturgia e a espiritualidade. No político, o cristão é igual aos outros homens. A *Carta a Diogneto*, do século IV, indicava claramente: "Os cristãos não se distinguem dos outros homens". Mas mais adiante trazia uma idéia misteriosa: "O que a alma é para o corpo, os cristãos o são para o mundo".¹²

Retornando ao início, para o compromisso social, não é preciso vestir a camiseta de um credo religioso. Repito

1. Pe. Henrique C. de Lima Vaz analisa a contribuição do cristianismo na dissociação entre o sacral e o político em seu editorial "Fim de milênio" in *Síntese*, nº 37, vol. XIV, maio-agosto de 1986. Em antigo trabalho de 1966, "Os cristãos e as instituições sociais", insistiu sobre a importância de separar Deus e César, o que já era basicamente essencial, na Idade Média, para o poeta-teólogo Dante, mas visto com desconfiança por Rousseau. Para os antigos, a identificação era fruto da sabedoria. Assim escreveu Cícero: "Nunca nossos antepassados foram mais sábios nem mais bem inspirados do que quando decidiram que as mesmas pessoas presidiriam a religião e governariam a República". O cristianismo subverteu e negou essa identidade (ver L. A. Gómez de Souza, *Classes populares e igreja nos caminhos da história*, Vozes, Petrópolis, 1982).

uma citação de Ernesto Balducci, num livro que me tem ajudado muito a pensar esses temas: "Essa é minha profissão de fé, debaixo da forma da esperança. Quem ainda se declara ateu, ou marxista, ou leigo e necessita de um cristão para completar a série de representantes no palco da cultura (ou na galeria das opções políticas, poderia acrescentar à frase do autor) não me procure. Sou apenas um homem".¹³

Mas por outro lado, na frieza do mundo moderno e diante de um grande terremoto social que sacode todas as certezas e abre os caminhos para o surgimento de coisas novas e inéditas, a dimensão do sagrado em geral e da fé em particular pareceriam ser bússola fundamental, a apontar na direção última da vida que vence a morte e que torna tudo o que fazemos, do menor às transformações mais ambiciosas da sociedade, consistente e carregado de energia criadora. Saberá a comunidade eclesial responder a tal exigência? O cristão imerso nas atividades políticas deveria receber da comunidade eclesial apoio radical indispensável, tanto mais exigente, quanto maior é seu compromisso em transformar a terra. E esse compromisso, sem confundir-se, seria sinal e se ligaria, no testemunho desses cristãos, à antecipação do Reino de Deus.

2. Acontece algo semelhante ao que se passou com aquele piloto da *Ortodoxia* de Chesterton, que saiu a descobrir novos mundos e arribou numa terra aparentemente desconhecida, que logo percebeu que era o velho solo onde nascera e de onde nunca precisaria ter saído. Tratei dessa relação num pequeno trabalho, *O cristão e o mundo*, Vozes, Petrópolis, 1966.

3. Pio XI, ao criar a Ação Católica, falava em *participação* dos leigos no apostolado hierárquico. A idéia mais cuidadosa de colaboração se imporia com Pio XII, pois assustava menos aqueles que temiam a intromissão dos não-clérigos na esfera fechada do poder episcopal. Ampliar a participação no poder, ou diluí-lo, é sempre uma dificuldade em qualquer instituição. A Igreja, fortemente hierarquizada, não é exceção. Ao redigir o atual Código de Direito Canônico, na parte referente aos leigos (Cân. 129), a palavra

participação, da proposta inicial, foi também substituída por outra menos ameaçadora: cooperação.

4. Ver E. Mounier, *Feu la chrétienté*, livro de 1950, publicado depois do vol. III das *Obras completas*, Seuil, Paris. Como se vai descobrindo, o pensamento de Mounier é ainda bastante atual para repensar esses temas. Isso ficou claro em recente encontro internacional, *A Caminhada da América Latina rumo à democracia e à libertação (contribuição do pensamento e do testemunho de T. de Chardin, E. Mounier e L.J. Lebre)*, São Paulo, 14-16 de agosto de 1986. No começo dos anos sessenta, para a geração da JUC, os textos e as palestras de Pe. Henrique C. de Lima Vaz foram decisivos para a reflexão sobre o tema em questão. Ver do autor, *Cristianismo e consciência histórica*, s.e., São Paulo, 1963. Do mesmo autor, o artigo "Jovens cristãos em luta por uma história sem servidões", publicado no jornal "O Metropolitano", da União Metropolitana de Estudos do Rio e transcrito em Herbert J. de Souza e L. A. Gómez de Souza (eds.), *Cristianismo hoje*, Edição Universitária, Rio, 1963.

5. A evolução posterior do movimento, até transformar-se num rígido partido marxista-leninista sem originalidade, mereceria um estudo cuidadoso, indicando os condicionamentos externos impostos pela clandestinidade, assim como outros, de ordem interna, com as influências de Althusser e do maoísmo. Valeria fazer um dia o estudo da AP, que seria um pouco "uma patologia do político", ou em linguagem mais irreverente, "de como um movimento político endoideou". Muita coisa nessa narrativa teria uma surpreendente atualidade para ferrenhos militantes de hoje. Mas isso é outra história...

6. Ver L. A. Gómez de Souza, *A JUC: os estudantes católicos e a política*, Vozes, Petrópolis, 1984.

7. Esse dedutivismo é claro no pensamento democrata-cristão, que pretende derivar sua ideologia da chamada doutrina social da Igreja e acaba instrumentalizando a fé a serviço de uma política determinada. Em trabalho recente (ver nota 11) citei um artigo de Pe. Roger Vekemans, na revista chilena *Mensaje*, em 1962, que da fé desce à ética, daí à doutrina, à ideologia e à política, para deixar implícita a adesão à candidatura de Eduardo Frei para a presidência do país. Outros textos, de maneira mais sofisticada, recaem na mesma simplificação. A *Evangelii nutiandi*, de Paulo VI (1975) traz as pistas para romper essa lógica linear e buscar as respostas aos problemas da presença da Igreja nas especificidades de cada situação, sem perder a dimensão de universalidade.

8. Ver Marilena Chauí, *Cultura e de-*

mocracia, Ed. Moderna, São Paulo, 1980; Carlos N. Coutinho, *A democracia como valor universal*, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1980; Francisco Weffort, *Por que democracia?*, Brasiliense, São Paulo, 1984.

9. Tratei parcialmente do tema em "Partido e classe social: o debate Lênin-Rosa Luxemburgo", cap. V. in *Classes populares e Igreja...*, op. cit. Ver a contribuição polêmica e bem-documentada de Oscar del Barco, *Esbozo de una crítica a la teoría y práctica feministas*, Univ. Autónoma de Puebla, México, 1980.

10. Ver de Gustavo Gutiérrez, *Beber no próprio poço*, Vozes, Petrópolis, 1984; G. Gutiérrez, *Hablar de Dios desde el sufrimiento del inocente (una reflexión sobre el libro de Job)*, CEP, Lima, 1986. Os estudos bíblicos de Carlos Mesters, tão difundidos nas CEBs de todo o Brasil, são um material extraordinário para alimentar uma reflexão e uma vivência da palavra de Deus.

11. Desenvolvo várias destas idéias em "Secularização em declínio e potencialidade transformadora do Sagrado (religião e movimento sociais na emergência do homem planetário)", comunicação ao XVI Congresso Latino-americano de Sociologia, Rio de Janeiro, 2-7 de março de 1986, transcrito na *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 46, fasc. 182, julho de 1986 e na revista *Síntese*, nº 37, vol. XIV, maio-agosto de 1986. Para o tema da secularização, ver Paul Valadier, "La sécularisation en question", in *Etudes*, Paris, novembro de 1983 (359/5). O penetrante livro de Marcel Gauchet, *Le désenchantement du monde (une histoire politique de la religion)*, Gallimard, Paris, 1985, desafia e faz pensar, ainda que possamos discordar de seus pensamentos centrais. A contrário do que disse Max Weber, o mundo parece seguir "encantado" e imerso nas suas "brumas de Avalon". Alias, valeria pesquisar as várias razões do sucesso do extenso livro de Marlon Z. Bradley sobre este último tema, *As brumas de Avalon*, Imago Editora, São Paulo, 1985, 4 vols.

12. Ver *O cristão e o mundo*, op. cit.

13. Ernesto Balducci, *L'uomo planetario*, Camunia, Brescia, Itália, 1985, parágrafo final. Esse livro mereceria uma tradução ao português, como fecundo antídoto ao neo-integrismo que brota por aí em movimentos como *Opus Dei* ou Comunhão e Libertação.

Luiz Alberto Gómez de Souza — Rio de Janeiro, RJ. Professor da UFRJ, pesquisador do Centro João XXIII — IBRADES. Artigo anteriormente publicado no encarte de *Tempo e Presença*, nº 213 do CEDI, outubro de 1986.

SOMOS TODOS? IRMÃOS!



Quase metade da população brasileira — 49,2%, mais precisamente — vive à margem das políticas econômicas e sociais do país. Por mais esforço que faça, o governo federal não conseguirá chegar a essas pessoas através do esquema tradicional de desenvolvimento. Elas estão abaixo da "linha da pobreza", definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como a linha que separa, nos quadros estatísticos e na vida, as pessoas que conseguem se alimentar e têm atendidas as suas necessidades básicas de transpor-

tes, educação, saúde e habitação, e aquelas que não possuem isso.

A conclusão é do chefe do mestra do em Economia da Universidade Federal de Pernambuco, professor Maurício Romão, que, a pedido da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual é consultor, acaba de medir a dívida social do país, com base no percentual da população que está à margem do desenvolvimento. Além da renda per capita, o professor chegou à linha de pobreza a partir de dados so-



% das Famílias Abaixo da Linha de	Brasil	Nordeste	Sudeste	Sul
Pobreza	49,2	72,1	36,6	34,7
Indigência	32,0	56,3	16,6	19,4
Nº de Famílias Pobres (em milhões)	16,1	6,2	5,7	1,9
Nº de Pessoas Pobres (em milhões)	62,0	27,1	19,8	6,5
Nº de Famílias Indigentes (em milhões)	10,5	4,8	2,6	1,0
Nº de Pessoas Indigentes (em milhões)	38,3	20,2	8,1	1,8

Fonte: PNAD, 1986.

A tabela, baseada na linha de pobreza e de indigência estabelecida pela FAO-OMS, refere-se neste caso, apenas às três regiões mais populosas do Brasil.

bre ingestão diária de calorias do brasileiro, usando os parâmetros estabelecidos pela OMS, e até sobre o salário mínimo: chegou à conclusão, por exemplo, de que no Brasil estão abaixo da linha de pobreza as pessoas que recebem até 0,88% do salário mínimo.

Há uma linha ainda mais baixa criada pelo professor e que ele chamou de "linha de indigência". Ela é formada pelas pessoas que ganham 0,53% do salário mínimo e que não apenas estão sem habitação, saúde, educação e transporte, como sequer conseguem matar a fome. São, em geral, os favelados das grandes cidades e os bóias-frias do campo. "No Brasil, é preciso medir o volume da pobreza, mas também a sua intensidade", diz o professor. Segundo ele, dos 62 milhões de habitantes que vivem abaixo da linha de pobreza, 38,3 milhões estão abaixo da linha de indigência. Se os primeiros conseguem pelo menos se alimentar, os demais nem isso fazem direito.

O valor da dívida social

Quem primeiro falou em dívida social no Brasil foi o então candi-

dato a presidente, Tancredo Neves, em 1984. Mas, sem informações precisas, Tancredo costumava dizer que esta dívida a nação havia contraído junto a 30 milhões de habitantes, que chamava de "deserdados". O professor Maurício Romão, o primeiro a chegar a números precisos, diz que o volume de credores é maior do que imaginava o falecido presidente: "Pelo menos 62 milhões de brasileiros estão abaixo da linha de pobreza".

Ele afirma que, para reabilitar estas pessoas, o país vai levar décadas, assim como um número inimaginável de recursos. Mas diz que não se deve negligenciar: "Ou se leva a sério essa situação ou o Brasil vai viver uma época de muitas convulsões sociais de Norte a Sul".

Embora considere inimaginável o volume de recursos necessários para dar melhores condições de vida aos "deserdados" de que falava Tancredo, Maurício Romão calculou em US\$ 20 bilhões "a dívida social de curto prazo do país". O que significa isso? Segundo o professor, significa o que o governo precisará conseguir fazer com que esses 62 milhões de brasileiros

atinjam o mesmo padrão de vida que possuíam em 1980.

De lá para cá, Romão afirma que os problemas sociais se agravaram a tal ponto que a "dívida social" cresceu e precisa ser compensada. Em 1980, segundo ele 9,2% dos brasileiros controlavam 40% da renda nacional e 46,75% tinham de se virar com apenas 10%. Em 1986, a pesquisa por amostragem de domicílios do IBGE concluiu que caiu para 9,01% a percentagem dos que detinham 40% da renda nacional e subiu para 47,27% os que recebiam apenas 10% da renda.

Dívida externa

Só a dívida social de curto prazo calculada por Romão representa o dobro do que o país remete por ano para o exterior como pagamento da dívida externa. O professor reconhece que será difícil conseguir esses recursos — US\$ 20 bilhões, para aplicação em cinco anos, na base de US\$ 4 bilhões ao ano. Mas ele acha que não será impossível ao próximo presidente estabelecer uma negociação com os credores internacionais, na qual o Brasil se comprometeria a dar à sua população o nível de vida dos anos 80, em troca da redução de 40% dos pagamentos anuais de juros.

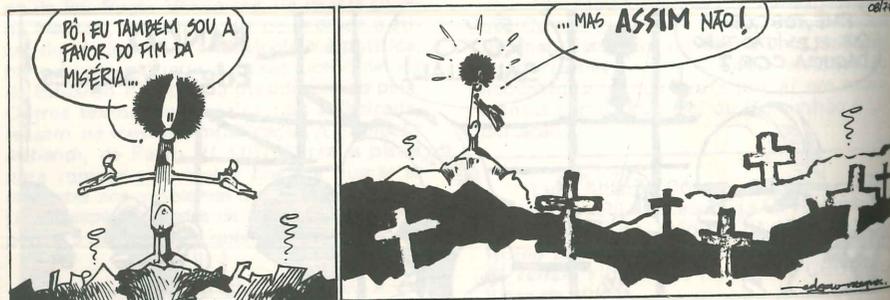
Cinco pontos

Embora tenha que, inicialmente, conseguir um volume de recursos considerável — US\$ 20 bilhões em cinco anos, para resgatar a dívida social de

curto prazo do Brasil, o governo precisará de um grande esforço administrativo para atingir a população que está abaixo da "linha de pobreza". O professor Maurício Romão diz que um programa que objetive chegar até estes brasileiros precisa atacar cinco pontos definidos.

Em primeiro lugar, criar uma política assistencial e emergencial que possa socorrer os que estão precisando receber alimentos imediatamente. O professor Romão diz que ela deve ter duração certa, "para evitar o assistencialismo permanente." Em segundo lugar, ele defende a manutenção do crescimento econômico em um nível não inferior a 5% ao ano. Em terceiro lugar, sugere uma política de emprego voltada sobretudo para o fortalecimento das micros e pequenas empresas urbanas (diz que 50% da mão-de-obra urbana no Brasil é subutilizada). Em quarto lugar, defende o incentivo imediato à produção de alimentos, para que os preços da comida caiam e mais pessoas sejam empregadas no campo.

Sob o argumento de que a política habitacional brasileira acabou só chegando à classe média. O professor Maurício Romão diz que o quinto ponto a ser atacado para se chegar aos pobres será através do aumento da dotação de recursos para políticas sociais específicas atingindo os setores de habitação, saúde, educação e transporte: "O pobre não pode pagar o mesmo que o rico no setor de transportes coletivos. Além do mais, o setor habitacional deve se voltar sobretudo para a área popular".



Ecologia e fé

Os santos que inovaram conceitos e abalaram estruturas dominadoras foram audazes, não-conformistas, criativos. Sabiam que a paz mais se assemelha à espada do que à servidão. Alguns deles, como João Batista e o próprio Cristo, tiveram a sorte dos profetas: Foram mortos por afrontarem o sistema dominante. Outros, como João da Cruz, pensaram na prisão a coragem de divergir.

Os biógrafos de Francisco de Assis invariavelmente ressaltam, como características suas, o amor pelos pobres, o despojamento dos bens terrenos e a fidelidade ao Evangelho. Tais predicados, no entanto, não esgotam, nem de longe, a dimensão espiritual e humanista do "Poverello". Nas entrelinhas que a "maquiagem" dos hagiógrafos não penetrou lêem-se alguns traços surpreendentes de sua personalidade. Uma delas foi a recusa "diplomática", porém peremptória, de pregar a guerra santa contra o Islam expansionista, em que se esmerou São Domingos, seu contemporâneo. Outro foi a primazia horizontal por ele dada à caridade fraterna sobre o verticalismo no culto a Deus. Inequivocamente horizontalista foi o seu gesto de determinar a entrega, a uma pobre faminta, do único livro utilizado pela comunidade para cantar a glória do Senhor. Ainda outro foi a ordem que deu de se retirarem toalhas do altar de Nossa Senhora, a fim de com elas se costurarem ceroulas para os frades.

Feição realmente inovadora do filho de Pedro Bernardone foi a dimensão cósmica do seu amor. Exigia respeito a toda criatura, em especial à vida em todo os seus desdobramentos. Exemplo disso foi o ter proibido ao irmão lenhador cortar árvores, aos frades magoar flores silvestres e a si mesmo pisar em cima de vermes indefesos.

Por esta última condição, Francisco é considerado o padroeiro dos ecologistas. Incontestavelmente, foi um dos pre-

cursores dos que se sabem integrados, no plano biológico, na cadeia da vida.

No Cântico das Criaturas exalta a natureza. Mas o faz de olhos erguidos para o alto. Seria desconhecer sua lídima estatura de santo voltado por inteiro à Fonte de todo o bem limitarmos a enaltecer-lhe o amor pelo barro, pela água, pelo fogo, pela irmã morte...! Paradoxalmente, Francisco, o homem medieval no mais autêntico sentido da expressão, é convocado e invocado para um encontro, que esperamos aconteça neste quase alvorecer do Terceiro Milênio, entre teólogos e ecólogos da era pós-industrial.

Uns e outros muito têm a dar. Os ecólogos, talvez inconscientemente, já venham despertando alguns teólogos do embalo do seu teocentrismo, recordando-lhes que uma reorientação biocêntrica do pensamento não ofende o Criador. Os teólogos talvez possam lembrar aos ecólogos que a vida, em todas as suas manifestações, é obra do Criador e preservá-la, em seu todo, mandamento seu. Aos filósofos pós-socráticos uns e outros poderiam mostrar que o homem, criado à imagem e semelhança de Deus, se situa *no* cosmos e não *frente ao* cosmos. E que o antropomorfismo, ou a clausura do homem num microcosmos, em nada ajuda a compreensão do próprio homem.

Os ecologistas com doçura e energia desvendam-nos o verdadeiro alcance da Lei de Lavoisier: Nada se perde...!

Na biosfera, de que somos a parte consciente, circula o sangue redentor que, na expressão de Léon Blois, nasceu de Abraão e fluiu pelas cinco chagas de Cristo. Desde a encarnação do Verbo, vestígios de Deus humanado fizeram-se definitivamente presentes neste planeta. Circulam na cadeia da vida. Integrantes que somos da biosfera, dos biomas e ecossistemas, aos quais nosso corpo pertence por inteiro até o momento da re-

Ziraldo



surreição da carne, substancialmente comungamos da seiva divina, que *redimiu a matéria*.

Construir o Reino pressupõe construir uma terra habitável. Opor-se diariamente à perversa proliferação da energia nuclear não disciplinada é apenas a outra face de uma mesma luta. A população atmosférica, hídrica e terrestre, o dano ecológico, é agressão à criatura. Assim sendo, é ofensa ao Criador. Profana a santa humanidade de Jesus Cristo, que a biosfera acolheu, no sangue vertido na cruz.

Depois que o solo, as águas e o ar

se impregnaram do suor, das lágrimas e do sangue de Jesus Cristo, a matéria vem participando da sinfonia da *nova criação*, em que tudo, absolutamente tudo, é recapitulado n'Ele: Uma flor, um líquen, uma criança, uma borboleta, uma gota de orvalho acontecem numa terra para sempre santificada pelo "Verbo que se fez carne e habitou entre nós".

Não dizem bem os ecólogos quando dizem que "tudo está ligado a tudo?"

"Bendito sejas, meu Senhor, pela irmã Terra!"

A. Allgayer foi Presidente Regional do MFC

Aqueles que apoiam a Igreja progressista, que pretendem seguir as orientações do Vaticano II, de Medellín, de Puebla que criticam as atitudes autoritárias da hierarquia eclesial dizem:

- "O Vaticano não consulta os Bispos.. "
- "O Vaticano não escuta as bases para nomeação dos Bispos"
- "Os Leigos não são consultados pelos Bispos e pelos Padres"
- "A Colegialidade, consagrada pelo Vaticano II, está longe de se tornar realidade";

O desafio da colegialidade

P. Paulo M. Tonucci

Deixemo-nos questionar pela palavra de Deus:

Relendo os evangelhos, percebemos que Jesus rejeita decididamente para a comunidade dos discípulos o domínio e as estruturas de domínio, como são comuns na sociedade. Numa comunidade de *irmãos*, não pode haver mais domínio de *pais*. Soberania de Deus quer dizer não-soberania do homem.

A igreja primitiva reconheceu com clareza a vontade de Jesus de reconstruir o Israel verdadeiro não mais sobre o domínio do homem.

Vamos reler um texto decisivo: Marcos 10, 35-45.

Fala-se aqui do poder da Igreja. Autoridade e poder existem, e devem existir, dentro da Igreja. Mas esta autoridade não pode ser domínio, como é exercido na sociedade que está por aí. Aí o domínio procura, muitas vezes, os interesses de quem domina. A autoridade no povo de Deus, ao contrário, deve nascer do serviço. Na Igreja, só se pode tornar autoridade aquele que renuncia a si mesmo e a seus interesses e vive sua existência em favor dos outros.

A autoridade, de que se fala aqui, não pode impor pela força aquilo que é legítimo e correto. Só pode testemu-

nhá-lo. Não é por acaso que no fim do texto se fala da entrega da vida de Jesus em favor de muitos (Mc 10,45).

Jesus não usou meios de poder para impor sua mensagem. Nem sequer organizou o movimento que tinha iniciado em Israel. Ele foi apenas testemunha, e fez dos seus discípulos testemunhas, quando, por causa de sua mensagem, estavam para eliminá-lo pela força, ele preferiu deixar-se matar a responder a seus adversários pela força. Esta é a autoridade de Jesus. Ela é até ao extremo, uma autoridade paradoxal, que em sua desproteção e vulnerabilidade inverte todas as espécies atuais de soberania. A mesma visão, utopia, está presente em Paulo.

A forma das cartas em si mostra que Paulo não quer dominar a fé da comunidade. São as cartas mais extensas e pessoais que temos dos tempos antigos. Isto porque Paulo não pretende decretar, mas argumentar com um profundo engajamento teológico. Ele quer convencer suas comunidades, ele luta pela sua compreensão, para que, pelo conhecimento alcançado, possam decidir juntos. Paulo leva a sério a liberdade e a responsabilidade própria de suas comunidades.

Mais eloquente do que a forma em que Paulo escreve, é a maneira como

trata os seus colaboradores e que se torna conhecida, constantemente, pelas cartas. Já a palavra "colaboradores" é significativa. Não só é usada muitas vezes por Paulo, mas também recebeu dele um significado especial. Com esta palavra, Paulo designa os homens e as mulheres que trabalham juntamente com ele na obra comum da missão.

Em vista do grande número de seus colaboradores, Paulo não fez de sua pessoa o centro que garantia a união, o que garante a união é a obra, o Reino de Deus. Ele mesmo é colaborador nesta obra (1 Cor 3,9) e trata os demais colaboradores não como ajudantes, mas como parceiros maiores e autônomos.

Uma das mais trágicas ilusões da Igreja é o fato de ela querer assegurar sua autoridade (que é necessária e legítima) mediante o poder. Na realidade, deste modo, ela destrói sua autoridade e prejudica gravissimamente o Evangelho. A verdadeira autoridade só pode brilhar na impotência da renúncia do poder. É a autoridade do crucificado. Paulo sabia disso como nenhum outro, e por isso relacionou sempre de novo o paradoxo de sua autoridade apostólica com o paradoxo do crucificado e ressuscitado. É surpreendente com que intensidade o conteúdo de Mc 10,42-45 é reencontrado em Paulo.

RESPOSTA AO DESAFIO

Para responder a esse desafio, para realizar a utopia proposta por Jesus e vivida pela Igreja primitiva, o Concílio Vaticano II definiu a colegialidade episcopal.

Com isso o Vaticano II abriu novas perspectivas para a espiritualidade da Igreja, povo de Deus, organicamente ligado aos seus pastores. Pois falar de colegialidade episcopal significa que também a nível de todo tipo de governo pastoral deve transparecer o mistério íntimo da Igreja que é mistério de comunhão.

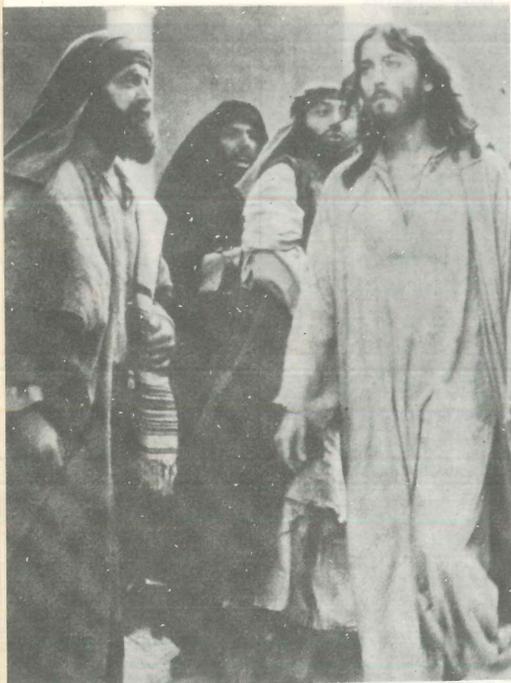
Formas de governo, inspiradas nos modelos da sociedade civil não podem ser vividos na Igreja. Pois a Igreja não



é uma monarquia absoluta nem uma democracia. Juridicamente o governo da Igreja (o colégio dos bispos com o papa) é um monstro. Teologicamente e espiritualmente é um mistério de comunhão e de caridade.

A colegialidade não é algo que diga respeito só aos bispos, em seu relacionamento entre si e com o Papa. Ela deve ser estendida a toda forma de governo pastoral, por ex. entre os leigos e o vigário, entre os bispos e os padres e também dos leigos entre si.

Tudo isso não deve ser entendido como uma concessão ao democratismo, e sim como uma expressão da participação de todos os fiéis, na medida de seus carismas, para resolver os problemas pastorais de toda a Igreja. Não é só questão de eficiência (aquilo que é decidido com a corresponsabilidade de todos, com o apoio de todos, será melhor realizado por todos), é uma questão de espiritualidade: participar do sofrimento do serviço da autoridade estimula a caridade pastoral e o amor para com a Igreja.



E NÓS?

Depois dessas considerações, deveríamos nos perguntar: nós que nos consideramos da Igreja progressista, nós que criticamos o centralismo do Vaticano, os bispos, os padres, praticamos a colegialidade?

A colegialidade deveria ser vivida no nosso relacionamento de casal, de família, de trabalho, de vizinhança, de paróquia. E no movimento, nas equipes base, vivemos a colegialidade, essa forma diferente de se relacionar na Igreja?

Sem dúvida, é mais fácil dizer o que não é colegialidade, do que defini-la, mas algumas pistas podem nos ajudar.

Colegialidade significa ter mais confiança no Espírito Santo que distribui a todos seus dons, é ter mais confiança nos irmãos, na capacidade deles, do que na capacidade dos "monstros sagrados", nos mestres.

Colegialidade significa antes de tudo escutar os outros não por tática, mas com espírito de fé, na convicção

profunda de que o irmão pode ser instrumento da vontade de Deus, transmitir para mim a vontade de Deus.

Colegialidade significa que não devemos ter receio dos conflitos que podem surgir. O importante é que os conflitos possam aflorar e ser solucionados por todos (cfr Atos 15, G1 6,1).

Colegialidade significa que os "cargos" não devem ser vitalícios, deve haver alternância e assumidos por aqueles que estão dispostos a pôr-se a serviço. Quem assume um cargo não deveria fazê-lo porque ele o deseja, mas porque a comunidade o escolheu. (cfr. Atos 1, 15-26; 13,1-3).

Colegialidade significa que todos deveriam ter "cargos", tarefas na comunidade pois todos somos responsáveis.

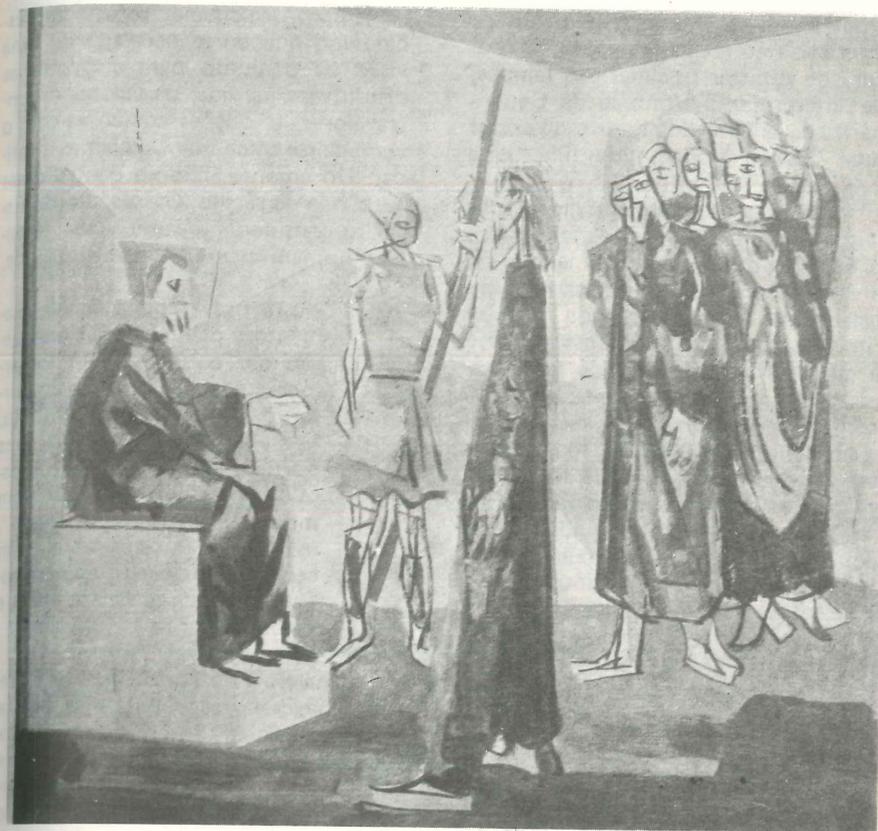
Para receber um cargo há que possuir qualidades, porém as qualidades exigidas na comunidade eclesial são diferentes das exigidas na sociedade civil: o importante não é ser brilhante, nem sábio, nem ter a capacidade de mandar, pois Deus escolhe os humildes para realizar grandes coisas (Lc 1,46-55). Talvez para ter um cargo na Igreja, o mais importante seja a capacidade de valorizar os outros, respeitar os outros, fazer aflorar a riqueza dos outros, permitir a praxis da reciprocidade.

Sem dúvida o exercício da colegialidade pode criar problemas, pois não estamos acostumados a esse tipo de relacionamento.

Imediatamente o exercício da colegialidade pode parecer não ser tão eficiente como uma direção firme de uma única pessoa, "capacitada", mas sempre deveríamos perguntar: que sociedade queremos construir, a sociedade idealizada por Cristo ou uma sociedade copiada nos modelos da eficiência humana.

A sociedade que pretendemos construir é uma sociedade em contraste com a sociedade civil, pois os cristãos sempre serão "estrangeiros da dispensação" (1Pd 1,1).

Pe. Paulo M. Tonucci é Assistente do MF



Refletindo sobre a "espiritualidade dos leigos"

A palavra "espiritualidade" soa hoje estranha para muitos cristãos engajados, talvez porque tenha sido associada a experiências místicas consideradas românticas ou individualistas.¹ Mas isso não significa que esses mesmos cristãos, empenhados no trabalho pastoral e na construção do Reino, possam dispensar em sua vida cotidiana os momentos de reflexão, de leitura e meditação da Bíblia, de celebração litúrgica e oração particular. É que a própria realidade de vida e a prática do

Tereza Maria P. Cavalcanti
Teóloga

amor levam-nos a esse movimento de interiorização e exteriorização, na procura de decifrar os sinais dos tempos, de interpretar a Vontade de Deus a partir da análise dos fatos e de entrar num diálogo franco, "de filho para Pai", com o Senhor da vida.

Falar sobre a "espiritualidade dos leigos" significa, portanto, falar sobre o Espírito que anima e alimenta a fé, a esperança e o amor dos cristãos engajados no mundo. A "Vida no Espírito", de que fala o Novo Testamento,² e que está por trás de todo texto inspirado, parece concretizar-se hoje também, cada vez que os cristãos conseguem unir sua prática de vida aos conteúdos mais profundos da mensagem evangélica. Fazendo assim, eles estão se colocando em continuidade com aqueles que no passado deixaram o seu testemunho de fé, de tal modo que o mesmo testemunho revive hoje, porque "o Espírito é o mesmo" (1Cor 12,4).

Dentro dessa perspectiva, o presente artigo se desenvolverá em dois pontos:

- A) o aprofundamento da vida que leva à escuta do Espírito;
- B) o aprofundamento da Bíblia que permite reconhecer a voz do Espírito.

A. O APROFUNDAMENTO DA VIDA QUE LEVA À ESCUTA DO ESPÍRITO

Uma das portas de entrada para a comunicação com o Espírito Santo é o olhar de admiração diante da natureza e do espetáculo da vida. Olhar que, na sociedade urbana e industrializada em que vivemos, se faz cada vez mais difícil, pois somos sempre mais solicitados pelas condições de trabalho, condução, habitação, consumo e até lazer. De fato, o corre-corre e as inúmeras pressões de todo tipo (econômicas, sociais, culturais, políticas) invadem incessantemente o nosso interior, deixando pouco espaço para uma abertura ao belo, ao profundo das coisas e das pessoas. Pouco espaço e pou-

co tempo para aquele "recuo" imprescindível, quando se necessita de uma visão de conjunto para distinguir as prioridades da vida, os valores e contravalores, as opções coerentes com o verdadeiro amor que desejamos praticar. No entanto, mesmo dentro desse turbilhão do século XX, o sopro do Espírito continua a se fazer sentir, lá onde o homem guarda a sua sensibilidade,

Nesta nossa época de planejamento e planos, de racionalização das coisas, se não tomarmos cuidado, podemos empurrar o Espírito num cantinho. Mas ele encontra sempre uma portinha dos fundos aberta, para, em seguida, explodir com mais veemência na "margem", margem que nós mesmos assim criamos por amor demasiadamente grande às coisas idéias e planos.³

Quando Frei Carlos Mesters escreveu essas palavras, referia-se à renovação da vivência de Igreja entre os pobres e marginalizados. Voltaremos mais adiante a este assunto, mas antes queremos fazer notar alguns sinais do Espírito, que parecem emergir em certos sábios e poetas, também eles representantes da "margem" da nossa sociedade.

Aquele que "enche a vastidão da terra" (Sb 1,7).

Cabe aos cristãos, leigos em particular, identificar as vocações proféticas do nosso tempo. Não são raros os homens de ciência que hoje procuram novas dimensões para além da matéria no Universo. De fato, aqueles que mantêm contato com o grande mistério da natureza, ainda que não se identifiquem como cristãos, sentem a atração do Espírito que "enche a vastidão da terra" (cf. Sb. 1,7). Já na primeira metade do nosso século, o fisiologista e prêmio Nobel Alexis Carrel, fazia estas reflexões:

Sabemos que não estamos inteiramente confinados, que nos



estendemos em outras dimensões além do continuum físico (...) O espírito do homem se estende, além do espaço e do tempo, em um outro mundo. E deste mundo, que é ele mesmo, ele pode, se tiver vontade, percorrer os ciclos infinitos. O ciclo da Beleza, que contemplam os sábios, os artistas e os poetas. O ciclo do Amor, inspirador do sacrifício, do heroísmo e da renúncia. O ciclo da Graça, suprema recompensa daqueles que buscaram com paixão o princípio de todas as coisas (...)⁴

Diante dessa expressão do homem que se abre honestamente ao desconhecido e tenta captar o dinamismo mais profundo do universo, talvez o Cristo repetisse o que falou a um dou-

tor da Lei, com quem dialogava: "Você não está longe do Reino de Deus" (Mc 12,34).

"O Vento sopra onde quer" (Jo 3,8)

Não só quem está em contato com a natureza se aproxima dessa "respiração do Universo", que é o sopro do Espírito. Também os que se debruçam sobre o ser humano, naquilo que ele tem de mais precioso, na sua capacidade criadora e amorosa, também estes se deixam deslumbrar pelo divino que se esconde e se releva através da pessoa humana. Foi essa consciência que levou Tristão de Athayde, de saudosa memória, a identificar a atividade de pensar com o "exercício da alegria".

A descoberta do valor da vida humana aflora em profusão na nossa

música popular, em nossa literatura e artes plásticas. Assim, o poeta João Cabral de Melo Neto cantava em versos, numa inesquecível peça de teatro, a vida nordestina que, mesmo frágil e "severina", é bela porque "tem peso de homem":

*É difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva;
e não há melhor resposta
que o espetáculo da vida (...)*⁵

As palavras do poeta parecem ecoar na exclamação daquela mulher pobre que, após ajudar no parto de uma amiga, tomou o bebê nos braços e disse: "Esta é a nossa riqueza! Nossa única riqueza! Não tem preço! A gente não vende nem por um milhão!"⁶

Num outro nível, o estribilho de uma conhecida canção de Gonzaguinha se torna quase um ato de fé

*Viver e não ter a vergonha de ser
feliz.
Cantar e cantar e cantar
a alegria de ser um eterno aprendiz,
ai, meu Deus.
eu sei que a vida devia ser bem
melhor, e será,
mas isto não impede que eu repita:
é bonita, é bonita e é bonita.*

Por outro lado, Wagner Tiso e Milton Nascimento descobrem o "coração de estudante" e cantam juventude, fé, paixão e comunhão.

Essas rápidas referências, tiradas aqui e ali por entre ditos e escritos de gente do povo, sábios e cantadores, têm por finalidade lembrar que, assim como o vento, o Espírito sopra onde quer. Nós é que nem sempre estamos atentos para ouvir a sua voz.

E, no entanto, é real a dificuldade para se enxergar "o rosto de Deus" numa sociedade que parece ter dado as

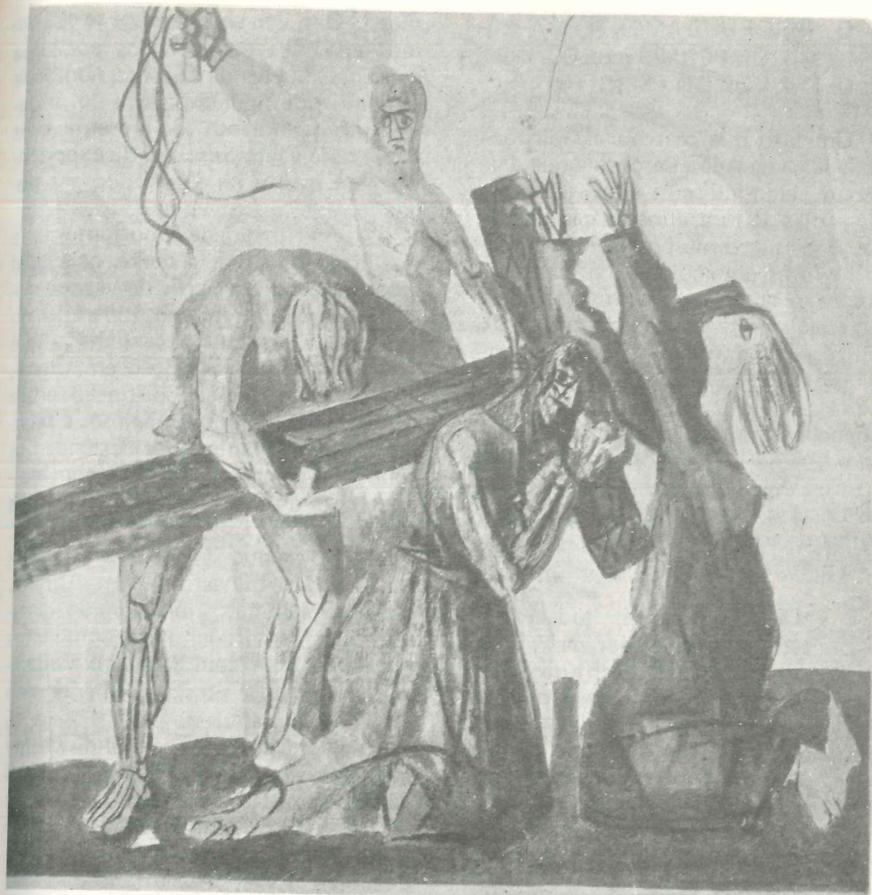
costas e fechado a mão para os pobres e humildes, exatamente aqueles em quem o Deus de Jesus Cristo quer ser reconhecido.

Aquele que "renova a face da terra"
(SI 104,30)

Apesar de todas as maravilhas do universo e de toda a exuberância da vida humana, a experiência cotidiana da história dos homens é dura, desconcertante, trágica e ameaçadora. Contradições aparentemente insuperáveis se chocam nos caminhos dos povos, trazendo pesadas conseqüências de opressão, miséria, guerras e injustiças. Quem observa a realidade a partir do lugar dos marginalizados, desnutridos e explorados, como pode adquirir aquele olhar de admiração e louvor a Deus?

Dentro do contexto latino-americano, podemos nos perguntar: como agradecer a Deus o dom da vida dentro de uma realidade de morte prematura e injusta? Como exprimir a alegria de se saber amado pelo Pai a partir do sofrimento dos irmãos e irmãs? Como cantar quando a dor de um povo parece sufocar a voz dentro do peito?⁷

A pergunta sobre a espiritualidade do cristão recoloca-se aqui de outra maneira. E parece que nenhuma resposta seria satisfatória se não partisse da experiência que vem do próprio povo oprimido e sofredor. Um povo que está cada vez mais consciente de que seu sofrimento é causado, não pela vontade de Deus, mas pelo pecado dos homens. Um povo que luta por sua libertação integral e por isso resiste às tentativas dos poderosos de convencê-lo com migalhas ou promessas. São mulheres e homens que praticam a solidariedade na forma de partilha de bens e de privações. Vivem a esperança na forma de lutas sindicais, resistência pacífica ou simples mutirões. Celebram a vida com alegria jovial e não perdem a fé diante da mor-



te e da injustiça. Dedicam longas horas de seu tempo a orações, novenas, romarias e sacramentos, pois eles não perderam a dimensão da gratuidade. Enfim, eles estão redescobrando a vida em comunidade e aprendendo a ler a Bíblia como um livro que a eles pertence, porque a eles foi dirigido⁸ e os faz crescer.

Muitos bispos e teólogos estão vendo, no itinerário desses cristãos pobres e injustiçados da América Latina, uma renovação do verdadeiro seguimento a Cristo:

O compromisso com os pobres e oprimidos e o surgimento das comunidades de base ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, en-

quanto estes a interpelam constantemente, chamando-a à conversão, e porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus (Puebla 1147).

Essa Igreja renovada que surge do povo torna-se um apelo a todos os cristãos, para não abafar a voz do Espírito (1Ts 5,19). Ao contrário, "todos nós somos chamados a ressuscitar com o povo, em matéria de espiritualidade".⁹

Mas isto só será possível na medida em que mantivermos, ao lado da união com o povo, o contato diário com a Palavra de Deus, expressa de modo essencial na Sagrada Escritura. ▶

B. O APROFUNDAMENTO DA BÍBLIA QUE PERMITE RECONHECER A VOZ DO ESPÍRITO

Um fato que marcou a espiritualidade leiga da Ação Católica e que deixou um saldo indiscutivelmente positivo — foi a leitura e meditação da Bíblia. É o que torna possível discernir, em meio às ambigüidades e contradições da existência, os fatos pelos quais Deus fala e se revela ao ser humano. A Escritura nos fornece, ao mesmo tempo, uma linguagem para exprimir a fé e uma história, variada e rica, da experiência de um povo crente, fiel e pecador, como todos nós. Por isso, ela se torna como que uma interlocutora dos cristãos, referencial permanente e insubstituível para uma articulação da fé na prática da Igreja.

Não esqueçamos, todavia, o caráter interpelador da Palavra de Deus. As Escrituras não constituem um arsenal passivo de respostas para as nossas questões. Tanto assim é que, se lemos a Bíblia, podemos também dizer que ela “nos lê”. Veremos, muitas vezes, nossas próprias interrogações reformuladas.¹⁰

Deixar-nos ler pela Sagrada Escritura: permitir que ela questione nossos atos e ilumine nossas opções. Eis aí um programa de espiritualidade. Os grandes mestres da vida espiritual assim procederam, percorrendo a partir dessa base comum seus diferentes itinerários. Hoje, estamos diante de fatos novos, no que toca a uma leitura fecunda dos textos bíblicos. De um lado, a moderna exegese perscruta as finas “malhas” de cada texto, procurando identificar o seu conteúdo histórico-literário. De outro, o povo simples se reconhece nas diversas narrativas e tenta encontrar nelas um sentido que alimente a sua fé. Reunindo aquilo que essas duas abordagens podem oferecer, é preciso buscar o que o Espírito está sugerindo hoje para os cris-

tãos.¹¹ Ora, isto só é possível se estivermos apoiados e envolvidos por uma comunidade viva de fé. A comunidade é o ambiente onde a palavra do passado se torna “falante” no presente, pois o que hoje é letra resultou da experiência do Espírito feita por todo um povo.

A espiritualidade é, portanto, uma qualidade do homem de fé, pela qual ele vai fazendo, a partir de sempre novas situações, o mesmo itinerário do povo de Deus, numa caminhada que desemboca na ressurreição em Cristo. Neste ponto, não há distinção entre leigos e clérigos, entre religiosos e seculares. O importante é que pertencemos todos a um mesmo povo, em continuidade com o povo bíblico, e “bebemos todos de um só Espírito” (1 Cor 12,13). Tanto assim que qualquer um de nós pode se identificar ora com Abraão, ora com Jeremias, hoje com Jó, amanhã com Maria, quem sabe com Pedro ou Isaias, aqui com Paulo ou Madalena, ali com João ou simplesmente com um anônimo salmista.

Seja qual for o caminho, chegamos a Cristo. Como cristãos, surgimos da proclamação da morte salvífica e da ressurreição gloriosa do Filho de Deus. Dele recebemos a Graça e a Verdade (Jo 1,17), mas é pelo Espírito Santo que podemos confessar Jesus como o Senhor (cf. 1 Cor 12,3).

CONCLUSÃO

“Quem se alimenta de Deus não pode não saber o que fazer” — dizia dom Hélder, numa homilia de comemoração dos seus 50 anos de sacerdócio. A verdadeira espiritualidade, ao mesmo tempo, alimenta e nasce da vida dos cristãos. A experiência das comunidades de base parece ter afastado uma velha dicotomia entre oração e ação.

Quanto mais se pratica a solidariedade, quanto mais se luta pela justiça, tanto mais se procura o Evangelho e se acelera a fé. E vice-versa. Pois João não disse: “Quem permanece em Deus perma-



nece no amor”, mas sim: “Quem permanece no amor permanece em Deus, e Deus permanece nele” (1 Jo 4,16).¹²

1. Cf. G. Gutiérrez, *Beber no próprio poço*, Vozes, Petrópolis, 1984, pp. 23-30.
2. Rm 8,1-7.
3. C. Mesters, “O futuro do nosso passado” in SEDOC, vol. 7, n. 81, maio de 1975, p. 1161.
4. Cf. in Jean Charon, *O Espírito, este desconhecido*, 3ª ed. Melhoramentos, São Paulo, 1981, p. 5.
5. Cf. João Cabral de Melo Neto, *Morte e vida Severina e outros poemas em vol alta*, 6ª ed., José Olympio, Rio de Janeiro, 1974, p. 115

6. C. Mesters, *Maria, a Mãe de Jesus*, Vozes, Petrópolis, 1977, p. 92.
7. G. Gutiérrez, op. cit., p. 19
8. Cf. C. Mesters, *Flor sem defesa*, Vozes, Petrópolis, 1983, p. 104.
9. G. Gutiérrez, op. cit., p. 45.
10. Idem, *ibidem*, p. 48.
11. Esse assunto é longamente estudado por C. Mesters, por exemplo, in *Flor sem defesa*, op. cit., pp. 112-113, 192.
12. Essa observação foi feita por C. Mesters, no artigo *A experiência de Deus nos Patriarcas, nos Sábios, nos Profetas e no Apóstolo S. João*, cf. *Experimentar Deus Hoje*, Vários Autores, Vozes, Petrópolis, 1974, pp. 80ss.

Tereza Maria P. Cavalcanti é teóloga, professora da PUC do Rio de Janeiro, assessora do CEBI e do ISER.
Publicado em Grande Sinal n.º 7/84

Maturidade-personalidade

Luisa Couto Soares

É difícil dizer o que é a maturidade, o que é ter uma personalidade madura.

Se o perguntamos a alguns psicólogos, dirão que é "ser para si mesmos, sem a preocupação de agradar aos outros".

Ou ter a liberdade de ser a própria pessoa, sendo responsável na direção de si mesmo.

E depois poderão enumerar-nos toda uma sintomatologia da maturidade: sinais que apontam para uma personalidade madura, são, capazes de viver uma vida "plena". Todos estes sinais são pistas que contribuem para o esboço de que será uma pessoa madura. No entanto temos que salvaguardar a reserva para aquilo que cada pessoa tem de imprevisível, de único — por vezes até paradoxal —, e que não é captável em simples esquemas psicológicos. Feita esta reserva, e tendo em conta que a maturidade não é um estado fixo, estável, que se pode classificar e descrever, podemos passar a apontar alguns desses traços que nos podem ajudar a detectar a maturidade:

1 — Aceitação de si mesmo — Uma pessoa madura aceita-se como é. Não tem medo nem foge no conhecimento próprio. É capaz de um grau elevado de abertura de si mesma, de penetrar na sua própria intimidade.

2 — Aceitação dos outros — Intimamente ligada à abertura de si mesma está a abertura aos outros. Quando se é íntimo consigo mesmo, há uma facilidade para abrir-se também aos outros. É fácil aceitarmos os outros quando nos aceitamos a nós próprios. Pelo contrário a não aceitação da própria intimidade leva a atitudes de não compreensão, de não aceitação para com os outros.

3 — Aceitação da realidade — Atitude de realismo, de fácil adaptação à

realidade — não se sentir ameaçado, nem medo ao desconhecido.

4 — Espontaneidade — Uma capacidade de apreciar a arte, as alegrias da vida. Ter o gosto da vida "livremente vivida", sem "arrastar o lastro de convencionalismo". Espontaneidade significa não viver intimamente espartilhados em esquemas rígidos, não se esconder detrás de fachadas estereotipadas.

5 — Concentração nos problemas — Capacidade de dedicação a uma tarefa, à resolução dum problema, sem divagações, sem evasões. Ser capaz de canalizar toda a energia interior, todas as capacidades para um determinado objetivo.

6 — Independência nas relações pessoais — Manter relações com os outros não de tipo possessivo. Ser capaz de passar sem "o apoio, a clack, dos outros". Ter uma certa capacidade de isolamento, de libertar-se da opinião e do assessoramento dos outros. Para as decisões próprias, para a atuação livre e responsável. Ter esta independência significa também não sentir-se lesado quando os outros não correspondem a essa necessidade de apoio, quando não se deixam "possuir". A susceptibilidade, por exemplo, pode ser motivada por um grau máximo de desejo de posse dos outros; quando não satisfeito — e nunca se pode estar satisfeito — leva a reações de uma vulnerabilidade extrema.

7 — Independência em relação à cultura e ao meio — Ser capaz de individualizar-se, de manter uma originalidade genuína. Resistir às solicitações constantes dos mitos que fabrica a propaganda, a publicidade, a própria cultura. Não pensar com a monstruosa "cabeça coletiva" dos slogans, dos lugares comuns, das ideologias em voga. Manter em relação a toda a atmosfera cultural que nos envolve, uma certa

margem de distanciamento crítico e criador. Fuja no entanto desse desmedido afã de originalidade, que procura manifestações ridículas como meio de chamar a atenção e de afirmação pessoal.

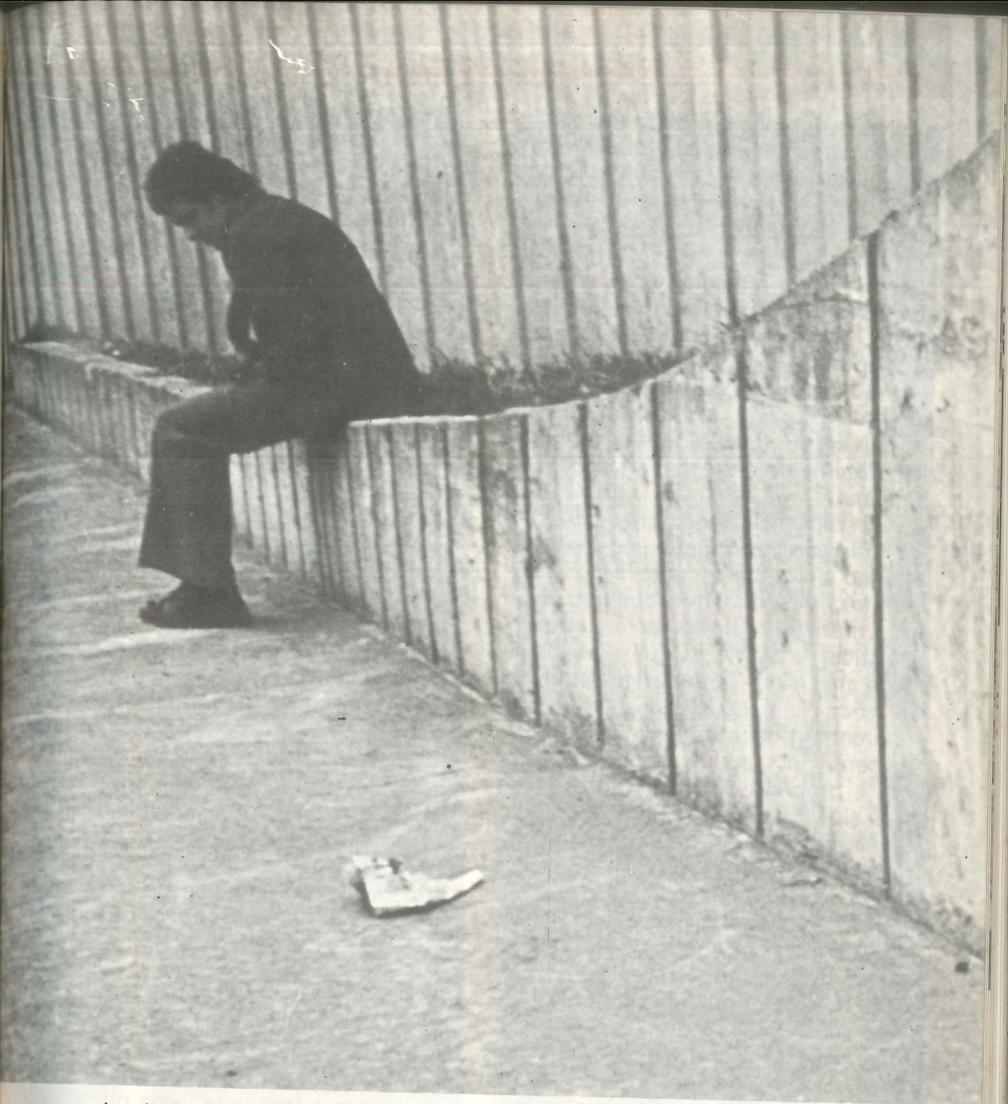
8 — Apreciação livre, não rígida da realidade — Da arte da natureza, das próprias situações da vida.

Uma apreciação espontânea, não espartilhada por preconceitos, por desejos de agradar, de coincidir com determinados esquemas. Ter a liberdade interior suficiente para exprimir de um modo pessoal e genuíno, uma emoção, um sentimento, um juízo crítico, ou

de valor, etc.

9 — Ter horizontes ilimitados — Não confinados aos resultados da ciência, da técnica, dum saber especializado, ou da rotineira problemática do bem-estar material, social, etc. Ter interesse pela natureza última da realidade, olhar para lá do imediato, do mais fácil. Sentir atração pelo difícil, pelo transcendente.

10 — Na relação com os outros é um sinal de maturidade ter um sentimento básico de identificação, de simpatia e afeto — sentimento que resulta dessa abertura aos outros, aceitando-os como são. Atitude de simpatia e com- ▶



preensão que não é a de procurar "intencionalmente" agradar aos outros, conquistar adeptos para admiração do próprio eu; ou procurar nos outros esse apoio cômodo, a clack para os êxitos pessoais. A compreensão e simpatia têm na base uma abnegação generosa, renúncia, entrega, esquecimento de si para ocupar-se desinteressadamente dos outros.

11 — Nesta atitude de generosidade e de doação é que nascem relações sociais em profundidade — de amizade, de fraternidade, de solidariedade, etc. Profundas mas seletivas. Uma personalidade superficial pode criar múltiplas relações com o próximo, pode cultivar mesmo um bom número de conhecimentos, de contactos por variadíssimos motivos — profissionais, culturais, artísticos, etc.; mas só uma personalidade madura aprofunda algumas dessas relações de modo a chegar até à própria entrega da intimidade; a maturidade torna-nos capazes de encontrar em nós a própria intimidade dos outros e tece elos interpessoais profundos, bem enraizados, que resistem a acontecimentos marginais ou transformações de periferia.

12 — Esta seletividade nas relações não significa um modo de ser "aristocrata" no sentido de aceção de pessoas, de distanciamentos por classificações superficiais, e por vezes injustas. Uma pessoa madura tem para com todo o ser humano um profundo sentimento de respeito, pelo simples fato de ser humano. Não exclui ninguém: nem por classe social, por posição na sociedade, nem por ideologias, ou por opções, nacionalidade, atuação política, etc.

13 — Esta abertura a todos é no entanto compatível com outra característica de personalidade madura: certeza ética.

Isto é ter convicções profundas, sólidas, que moldam um estilo de vida próprio, coerente (mas não rígido). É sinal de maturidade essa unidade profunda entre compreensão com todos — com todos os pontos de vista, situações, ideologias, etc. com todos os ca-

racteres, modos de ser — e certeza nos critérios de verdade e de bem.

14 — Capacidade de humor que engloba a própria pessoa. Ser capaz de se rir de si mesmo, de encarar com sentido de realismo e de identificação os próprios fracassos, limitações. E ter sentido de humor perante a realidade, os outros, sem agressividade, que é uma arma manejada por quem quer encobrir timidez, insegurança, orgulho ferido. Ter sentido de humor é obter um sentimento de superioridade bom perante os acontecimentos — inclusivamente, e sobretudo perante os fracassos próprios. Ter sentido de humor é sobreviver às escolhas de malícia, de mesquinhez de ideais horizontalistas.

Este humor que indica maturidade, não tem nada de cinismo, de superficialidade, para não cair na realidade. Não é humor-evasão, humor-gargalhada. É um humor espontâneo, não planejado, simples, não malicioso, direto, não cheio de falsas intencionalidades.

15 — Por último, é sintoma de maturidade o ter um estilo de vida que revele criatividade, individualidade que dê sabor, caráter a tudo o que se faz, ao modo de atuar, de se comportar, de relacionar-se com os outros.

ooo

Até aqui traçamos um esboço, um perfil do que se poderia considerar uma personalidade amadurecida. De pessoa que leva uma "vida plena" que se manifesta acabada, sem rupturas profundas. Estes traços gerais que nos assinala a psicologia apontam essa complexidade que é sempre toda e qualquer pessoa humana. Alguns podem à primeira vista parecer até contraditórios, por exemplo: independência em relação aos outros e abertura, compreensão, simpatia, etc.

No entanto não é a psicologia que nos pode dar a última palavra sobre a pessoa. Nem os traços que apresentamos, podem ser considerados como uma espécie de receita a seguir para conseguir a maturidade. É bem mais complexo e ao mesmo tempo



mais simples, o problema humano.

Mais complexo: porque as pessoas não se podem classificar, rotular, prever, planejar. Os fatores de maturidade coexistem em cada personalidade numa combinatória única irrepitível. E têm que coexistir numa forma equilibrada, compensando-se entre si. Por isso poderíamos continuar a descrever traços duma personalidade madura: "tolerância às frustrações"; adaptabilidade, equilíbrio emocional e afetivo, etc.

Mas para além de tudo isto, o que é que verdadeiramente "acaba" (com o acabamento duma obra de arte) a pes-

soa?

A pessoa humana está feita para sair de si mesma; quando se encerra em si não frutifica, não amadurece; esse "fechamento" mata-lhe as potencialidades que tem, fá-la vegetar e a sua realização fica truncada. Por isso quem "vive para si" — numa procura egoísta de satisfação pessoal a sós — não encontra o gosto da vida, o sabor das coisas que a rodeiam; transformados em meios para si, em degraus de subida na própria vida, acabam por ser vistos como inimigos ou obstáculos para a própria felicidade.

Um primeiro fator de plena reali- ▶

zação pessoal é portanto um sentido de abnegação — pode parecer logicamente paradoxal, mas só no sair de si é que a pessoa se encontra. A incomunicabilidade, o isolamento inexpressivo é causa e consequência duma vida inutilizada, truncada nas suas realizações; a arte, a ciência, a literatura, o trabalho, etc. são formas todas elas duma saída de si, e portanto “acabamentos” necessários para a verdadeira maturidade. Ninguém “é sozinho”; ninguém “acaba” em si mesmo.

Para se realizar, cada pessoa precisa de ter um sentido unificador para as diferentes “saídas” e realizações; um propósito principal na vida, uma direção definida; nas pessoas maduras esta direção é bem marcada, e envolve todas as suas ações, atitudes, etc.

O seu comportamento encontra-se assim unificado por uma meta, um ideal a atingir, que está presente e norteia toda a vida. A dispersão, a indefinição não leva à maturidade; é característica típica da fase inicial de vida — da abertura às diferentes potencialidades a realizar no campo profissional, vocacional, etc. É uma situação transitória que se prolonga indefinidamente, vai queimando oportunidades. Por isso a maturidade revela-se numa liberdade comprometida, na capacidade de criar vínculos e na qualidade desses vínculos; liberdade e responsabilidade para optar e ser consequente com as suas próprias opções.

O que leva a uma “vida plena” é, em última análise esse sentido último — sentido esse, que não depende das circunstâncias externas de ambiente, da sociedade, condições de vida, etc. Depende essencialmente duma livre decisão interior. Como diz V. Frankl no seu livro: “Um psicólogo no campo de concentração”, é preciso aprender que o importante não é o que podemos esperar ou não da vida, mas sim o que a vida espera de nós (crf. pág 93).

Pode-se ter uma “vida plena” no meio de dificuldades, de falta de meios materiais, de incompreensões, de “fracassos”; poderia até considerar-se como medida de maturidade humana aquilo

que os psicólogos chamam “tolerância à frustração”, que é uma capacidade de assimilação pessoal e de interiorização dos próprios fracassos.

Do mesmo modo, o sofrimento, a dor, exige do homem, em cada situação concreta uma resposta de liberdade, de integração na sua interioridade: “... E se o destino concreto — continuando com V. Frankl — impuser ao homem um sofrimento, este tem de ver na dor uma tarefa, única no seu gênero. Uma tarefa que ninguém mais pode desempenhar, em todo o mundo. O modo como ele a aceita e realiza dá-lhe automaticamente a oportunidade de realizar uma obra única”.

Esta capacidade de sofrimento — tão ligada à capacidade de amar — é no fundo uma faceta desse grau elevado de adaptabilidade que tem a pessoa amadurecida: adaptação de si mesma, à realidade em que vive, às outras pessoas. Adaptação e aceitação; maleabilidade interior, flexibilidade, que são manifestações em profundidade de liberdade. Por outro lado nesta aceitação profunda da vida e da própria pessoa é que se encontra a única solução para não se evadir, para não fugir a encarar-se consigo mesmo, com a realidade; formas de evasão são-nos oferecidas muitas: desde a droga, ao trabalho, a qualquer amor centrado em si, etc. A maturidade faz frente a essas solicitações que a própria sociedade tão prodigamente oferece a baixo preço; são no fundo evasões de decisões que têm de se tomar, de dificuldades a encarar e solucionar. Um dos sintomas de maturidade é a capacidade de levar a própria vontade a decidir; a comprometer-se. O descompromisso como atitude de fundo perante a vida é uma adolescência da vontade que se prolonga, e que acaba por anquilosar a própria capacidade de decisão e de querer. É uma fuga a assumir responsabilidades, esperando que alguém — ou o destino — as tomem por nós. Deixar correr as coisas, até que se resolvam por si — ou não se resolvam nunca, e fiquem indefinidas, num semi-claro-escuro: medo à verdade ou à dificuldade,

medo à dor? Frankl fala também de estado de “evasão ou decisões”, quando o prisioneiro, no campo de concentração se vê na alternativa de arriscar ou não uma fuga do campo de concentração. Vem então a terrível tentação de apatia, de entregar-se nas mãos do destino.

Por isso é tão importante, ao pensar na formação integral da pessoa dedicar-se à educação da vontade: sem vontade o homem não pode ser bom — por muito inteligente, sábio que seja. A formação da vontade, deveria ser um marco importante a ter em conta em todos os planos educativos, e infelizmente, descarta-se bastante este aspecto, contando sobretudo com a educação da inteligência, das capacidades intelectuais e criativas.

Ao pensar em maturidade, muitas vezes se idealiza como situação estável, um ponto de chegada em que o equilíbrio não é perturbado por nada, total ausência de conflitos, de problemas; ora isto é uma noção falsa que deforma a própria visão da pessoa: não é possível encontrar uma situação destas — a não ser em pseudo-instalações na vida — criação de um ambiente artificial com todos os problemas resolvidos por um desvio para soluções mais fáceis. Esta é a situação que nos propõe por vezes a sociedade chamada de consumo — com os seus produtos para todos os males. Mas a pessoa amolece, a vontade enfraquece, e o que parece um equilíbrio de conforto, de bem-estar, não é mais do que um retejar de tensões que se vão acumulando, até rebenotar com os esquemas feitos.

Não é possível esquivar-se aos problemas e dificuldades que a vida apresenta sempre, a não ser por caminhos de evasão ou de falsificações da realidade ou da pessoa; por isso mesmo, a verdadeira maturidade é sempre um caminhar, um progresso feito de “fazer e refazer”. Pode ser mesmo perigoso querer apresentar como ideal para a pessoa humana uma certa medida de “adaptação” que consiste na ausência de conflitos; são necessários, para a própria realização pessoal alguns con-

“O que destrói a pessoa e a sua liberdade não são os conflitos e as inaptações, mas a recusa a aceitar e assimilar esses conflitos”.

flitos; nem sempre o indivíduo se pode “adaptar” ao meio, à sociedade; às condições que lhe criam os outros. Pode ser, por vezes, sinal de maturidade a recusa a adaptar-se — se essa “adaptação” implicar uma distorção interior que seja já uma cedência profunda.

Neste caso a adaptação ao exterior — sociedade, moda, preconceitos, etc. — equivaleria a uma inaptação ao próprio eu. O que destrói a pessoa e a sua liberdade não são os conflitos ou a inaptação, mas a recusa a aceitar e assimilar esses conflitos. E um conflito — seja ele com qualquer fator exterior, seja um fracasso íntimo — bem aceito e interiorizado pode ser de grande fecundidade para o amadurecimento e enriquecimento pessoal.

Viver em plenitude não tem o sentido vulgar de “vencer na vida” de “subir” por méritos próprios. Trata-se duma plenitude bem mais profunda, feita muitas vezes de fracassos e derrotas. Por isso mesmo podemos afirmar com toda a segurança que não são as circunstâncias, os fatores externos que fazem a pessoa, mas é a pessoa que até certo ponto determina essas mesmas circunstâncias, dá-lhe um valor e um sentido. E esse sentido vem da consciência da própria liberdade, pessoalmente aceita e assumida, e realizada em contínuas opções responsáveis, nas quais a pessoa se compromete dum modo total. Ao concluir poderíamos dizer que a maturidade se exprime na realização plena da liberdade humana. ■

A busca de metodologias

Oscar Jara

No processo de busca dos meios para melhorar nossas práticas de trabalho popular, a busca metodológica tem ocupado um papel importante. Muitos grupos, instituições e pessoas dizem nos ter bem claro o que temos que fazer, mas necessitam precisar mais o *como* vamos fazê-lo. Atrás dessa inquietação generalizada, está o desejo de sermos realmente eficazes em nosso trabalho.

A) A procura de novas técnicas.

Um problema muito comum é o de pensar que a questão metodológica refere-se fundamentalmente às *técnicas* que se utilizam. Por exemplo: no trabalho de base, constata-se a ineficácia do uso de técnicas expositivas ou acadêmicas. Daí nasce toda uma preocupação por encontrar e colocar em prática técnicas novas de comunicação e análise, mais ativas e participativas.

B) A procura de novos métodos

Por outro lado costuma-se pensar a questão metodológica como fundamentalmente ligada a *métodos de trabalho*. Vemos que os planejamentos e tarefas de pesquisa, educação ou avaliação, requerem um conjunto de passos ordenados que devem ser seguidos com certo rigor para que os objetivos sejam alcançados.

Por isso é que surge a inquietação por encontrar definições, experiências sistematizadas e manuais que nos expliquem os passos de uma planificação, os passos para a análise de um tema, os passos de pesquisa, etc. Enfim, circulem em nossos países uma série de métodos de trabalho que se tenta copiar e reproduzir, muitas vezes sem questionamento nem adaptação às condições concretas em que vão ser aplicados.

C) A procura de uma concepção metodológica

Pensamos que estas inquietações são muito válidas, mas que nesse caminho realmente não está a resposta que queremos encontrar. Acreditamos que a questão metodológica vai além do uso de determinadas técnicas e da aplicação de determinados métodos.

O problema metodológico de fundo, (na pesquisa participante e na educação popular), está em como desenvolver todo um processo de conhecimento que nos permita apropriar-nos, criticamente, da realidade para transformá-la. A resposta metodológica que procuramos não está apenas nos passos que são necessários dar, nem nos meios ou ferramentas que se precisa utilizar, mas *na estratégia global que orienta e permeia nosso trabalho, dando-lhe coerência interna, sentido e perspectiva*. A questão metodológica principal está em como conseguir uma articulação de conjunto entre os objetivos que nos colocamos e a situação da qual partimos, num processo, passando pelas diferentes mediações necessárias para implementá-la.

Por esta razão, preferimos não falar de "metodologia", porque é um termo que se utiliza muito ambigualmente, mas sim de uma *concepção metodológica*, uma concepção global da lógica interna que deve atravessar todo o processo de conhecimento e transformação da realidade.

Esta concepção será, então, a base para a formulação e aplicação de métodos bastante diversificados e técnicas específicas em função das condições concretas com que nos defrontamos, utilizando-as sempre criativa e criticamente, nos diferentes aspectos do processo de pesquisa, educação e organização.

D) A concepção metodológica dialética

Pois bem, empreender um processo educativo, implementando uma concepção metodológica global, significa colocar em prática uma determinada teoria do conhecimento. Toda ação educativa é um processo de descobrimento, criação e recriação de conhecimentos.

Baseamos nossa concepção metodológica na teoria dialética do conhecimento.

Esta concepção metodológica nos coloca os seguintes desafios:

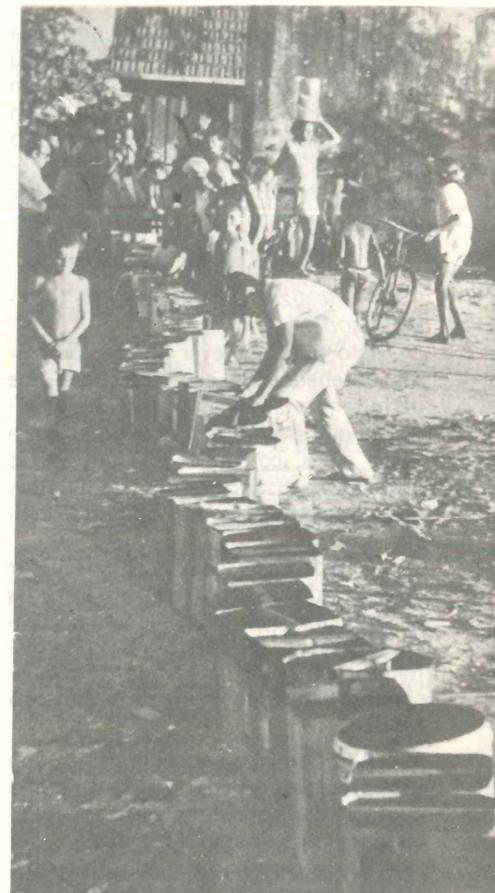
- *Ter a prática social como ponto de partida.*

Isso significa que nossos programas de pesquisa e educação devem partir da problemática concreta que um determinado grupo ou setor da sociedade vive, de suas necessidades específicas, do conhecimento que eles já possuem sobre um determinado tema, do nível de consciência particular do grupo, etc.

Partir da prática social, supõe basear-se nos *elementos objetivos* que surgem na vida cotidiana de um grupo ou segmento da sociedade: os elementos provenientes de sua prática produtiva concreta, de sua prática organizativa, do contexto econômico-social em que se desenvolve sua atividade.

Além disso, supõe partir também dos *elementos subjetivos*: os conhecimentos e interpretações que este setor social já adquiriu em sua experiência. Isto implica considerar suas formas de expressão, sua linguagem, suas manifestações culturais e artísticas, seus valores.

A prática social de um determinado grupo popular com o qual se trabalha não é, portanto, uma realidade homogênea, nem estática. Está atravessada por contradições objetivas e subjetivas; contradições de classe, mecanismos de exploração e opressão, relações sociais e técnicas de produção; influência ideológica das classes dominantes, conhecimentos empíricos parcelados e



não sistematizados, elementos alienantes, produtos da dominação cultural, etc.

Partir da prática social de um grupo significa, pois, *partir de uma realidade contraditória tanto em termos objetivos como subjetivos*, onde se superpõem as ações do presente com as heranças do passado e onde se articula a particularidade de suas condições com a totalidade social da qual faz parte.

Assim, o objeto de nosso conhecimento e, portanto, nosso objeto de transformação, não será uma "realidade" exterior e independente a nós, mas *nossa própria prática – objetiva e subjetiva – localizada no contexto social e histórico concreto em que se desenvolve*.

Tendo isto como base, em cada processo particular de pesquisa ou educação, teremos de escolher um *ponto de entrada* particular, isto é, um aspecto desta prática social, como o núcleo inicial mais adequado para começar a desenvolver um caminho de aprofundamento com esse grupo específico de participantes.

● *Realizar um processo de teorização sobre a prática.*

Isto significa levar adiante processos ordenados de abstração, que nos permitam analisar as situações concretas de que partimos. Fazer deduções a partir deles, confrontá-las com outras práticas, analisar as causas dos fenômenos, conceituar, emitir opiniões críticas.

A teorização deve nos permitir ir descobrindo as contradições internas da prática social, indo além da aparência dos fatos, até penetrar em seus elementos essenciais, passando do conhecimento empírico a um conhecimento teórico.

A teoria não será, portanto, uma interpretação já dada, que se superpõe como verdade absoluta a nossos conhecimentos profundos da realidade.

Um processo ordenado e sistemático de teorização, deverá nos permitir ir-nos introduzindo na estrutura social, nas relações entre as classes sociais, no sentido do movimento histórico.

Assim, poderemos situar as manifestações particulares de nossa vida cotidiana dentro do conjunto da totalidade social, num momento histórico determinado.

Um processo ordenado e sistemático de teorização nos permitirá ir passando, dos conhecimentos e impressões dadas pelo senso comum, ao descobrimento e elaboração de conceitos que nos permitam a compreensão concreta e viva das leis históricas e sociais.

Não se trata de "entregar" a teoria como um conjunto de categorias que precisam ser aprendidas, mas de gerar um processo ativo e crítico de *apropriação dos conceitos*. Ao irmos fazendo nossas próprias deduções e genera-

lizações, chegaremos a descobrir os conceitos como categorias vivas de interpretação da realidade e não como frias deduções.

O desafio consiste em conduzir ordenadamente este processo de abstrações sucessivas, no qual cada novo conhecimento estará articulado com o conhecimento já existente e será um aprofundamento deste.

Trata-se, pois, de gerar uma dinâmica de reflexão coletiva, onde os conhecimentos existentes, sejam ativamente reafirmados, aprofundados, modificados ou abandonados de maneira consciente. Numa palavra, apropriados, apossados pelos participantes.

Em nossa experiência, impulsinando este processo, temos nos encontrado com companheiros que fazem observações como estas: "Agora entendo o que significa..."; "Foi como se víssemos nossas idéias desfilar..."; ou: "o mais importante é que fomos nós mesmos que chegamos a essa conclusão". Porque estes novos conhecimentos não foram "transmitidos por ninguém, mas, sim descobertos por nós, ao longo de um processo de ensino — aprendizagem coletivo e dinâmico, que nos exigiu um esforço de teorização por vezes, muito grande. Indubitavelmente, isto garante a continuidade da apropriação crítica da realidade, porque junto dos novos conhecimentos, nos apropriamos da *capacidade de teorizar*.

Realizar um processo ordenado de teorização, nos leva a obter uma atitude permanente de questionamento sobre os fatos, o qual nos leva a aprofundar, ampliar ou atualizar constantemente nossos conhecimentos. Daí nasce a exigência de uma permanente reelaboração dos elementos de interpretação teórica, para adequá-los a novas circunstâncias.

É por isso que, em determinados momentos e níveis de nossa própria teorização, torna-se necessário confrontar nosso conhecimentos com o conhecimento de outras práticas, acumulado sob forma de teoria que as sintetiza e generaliza. Aqui torna-se oportuno e necessário proporcionar elementos adicionais de informação, textos e documentos, cujo debate costuma ser muito rico e profundo porque responde a inquietações teóricas que o próprio grupo já tenha chegado a colocar-se. Estes elementos teóricos não serão assumidos como a resposta final e definitiva que tem que ser memorizada, mas como contribuições para aprofundar na reflexão, e como formulações que deverão ser reinterpretadas à luz de nossa própria prática.

● *Fazer da teoria uma guia para a ação transformadora*

O descobrimento, elaboração e apropriação de conceitos devem nos permitir fazer análise particulares sobre situações concretas, com o fim de orientarmos para ações práticas.

O conhecimento das leis da história e da sociedade, não o obteremos para formalizá-lo e absolutizá-lo em dogmas universais, mas para fazer mais eficaz e racional nossa ação, organizada sobre essas mesmas leis, impulsinando conscientemente o processo histórico, em função dos interesses das classes populares.

O conhecimento teórico deixará de ser uma mera "compreensão do que acontece", para converter-se num instrumento ativo de crítica das classes populares, em função de dirigir a história "até o que deve acontecer", de acordo com os interesses do povo. Isto quer dizer que todo processo de teorização deve voltar à prática inicial, sobre a superfície dos fatos concretos que nos serviram de ponto de partida, para atuar agora sobre eles com uma visão mais rica e complexa, que nos permita intervir lucidamente em sua transformação. Desta maneira, a teoria não responderá somente às exigências e necessidades colocadas pela prática já existente, mas também à necessidade de formular um projeto alternativo de uma prática ainda inexistente e que precisamos criar.

Esta prática, de retornar-se com os elementos teóricos como guia para a ação, não fecha o círculo da concep-

ção metodológica dialética, mas o abre a um novo aprofundamento. Não se trata, pois, de descobrir ou formular um "modelo" de interpretação da realidade, mas sim ir, permanentemente, encontrando, nas novas práticas, uma fonte inesgotável de conhecimentos teóricos, em função de novas e inéditas condições que iremos criando.

Assim, *o conhecimento objetivo será uma criação que se descobre e se conquista de maneira ativa e laboriosa, numa dinâmica teórico-prática em que cada conclusão conceitual se confirma prática e historicamente para adquirir plena validade teórica*. A prática social e histórica será, portanto, a fonte e o critério de uma verdade objetiva onde se unem, dialéticamente, o pensamento ativo com a ação, refletida de maneira permanente, organizada e coletiva. Nesta dinâmica as classes populares vão assumindo seu papel de sujeitos históricos, conscientes dos limites e possibilidades que devem assumir em cada conjuntura.

Concluindo, implementar uma concepção metodológica dialética, tanto na pesquisa participante, como na educação popular deve ter como objetivo a aquisição, por parte de amplos setores das massas populares, da capacidade de pensar e decidir por si mesmos. Assim, assumindo suas próprias convicções, não terão que estar esperando de outros a "correta" interpretação dos acontecimentos, aceitando-a passiva e dogmáticamente.

A aplicação desta concepção, ao fazermos desencadear um processo sistemático, teórico-prático de conhecimento e ação transformadora de situações concretas, nos levará a pensar sempre dialéticamente, e a enfrentar as novas situações que a prática nos exigirá conhecer e transformar.

Por isso, afirmamos que o fortalecimento das organizações populares e o desenvolvimento da consciência de classe, somente serão impulsionados por um processo investigador e formador, na medida em que se realiza *uma teorização da prática, sobre a prática, a partir da prática e em função dela*. ■

Uma reunião de família

Hélio e Selma Amorim

José e Maria estão casados há mais de vinte anos. Sentem-se plenamente realizados, como homem e mulher, como casal e família. Desde a juventude estão metidos até o pescoço em muitas atividades fora de casa. Já atuaram em diretório acadêmico, em associação de bairro, sindicato e movimentos de Igreja. Têm estado presentes nas lutas em favor da justiça e assumido a causa dos que estão à margem dos benefícios do progresso e da civilização. Como leigos cristãos, assumem essas lutas numa perspectiva de fé, sabendo que se trata da edificação do Reino de Deus.

Desde que se casaram participam ativamente da missão da Igreja, no trabalho de humanização dos homens e do mundo.

O seu casamento tem sido, desde a celebração religiosa, sinal e sacramento do amor de Deus. Amor de doação e compromisso com o crescimento e plena realização de outro como pessoa humana. Amor fiel e fecundo, fundado no reconhecimento da igualdade fundamental do homem e da mu-



lher, criados à imagem e semelhança de Deus.

Essa relação de amor é celebrada, ao longo dos anos, por sua expressão sexual, vivida de forma intensa e arrebatadora. Sua vida íntima realimenta o amor que exprime e o entusiasmo de viver e servir.

Os filhos foram um dos frutos saborosos desse amor. O respeito dos pais pela sua individualidade e autonomia permitiu que formassem suas próprias identidades, de tal modo que a transmissão da fé e de valores nunca foi acolhida como imposição. Suas opções e crenças, os modelos de comportamentos e estilos de vida são hoje distintos daqueles de seus pais. Valores provisórios foram às vezes substituídos ou descartados. Valores novos de sua geração foram assumidos. É verdade que os valores permanentes da justiça e do amor foram profundamente enraizados nos filhos, pelo exemplo de vida dos pais.

Agora, chegando à meia idade, Maria recorda e rememora o que tem sido sua vida. Não pode evitar comparações. Pensa nos pais e irmãos. São vidas bem diferentes.

O velho Antonio Oliveira e sua dedicada esposa, D. Mariana, pais de Maria, ainda vivem na Fazenda Margarida, um pouco afastada da cidade em que nasceram. O casal é respeitadíssimo na cidade. Uma família exemplar. O patriarca já foi prefeito duas vezes e até perdeu a conta das homenagens que recebeu ao longo da vida.

D. Mariana, sempre discreta, poucas vezes se afasta da fazenda, na qual educou seus dez filhos. Casou-se muito nova, de um arranjo muito conveniente de seus pais, e se adaptou facilmente ao estilo autoritário e exigente de



marido. Para isso havia sido educada. Sempre soube que o papel da mulher, no casamento, é servir discretamente ao marido, na mesa e na cama, procriar os filhos que Deus lhe desse e cuidar da casa para que marido e filhos se sentissem bem. Não deveria desejar mais que isso. As relações sociais devem ser subordinadas aos interesses e bom nome da família e à posição do marido.



Aprendeu que é santificado o sacrifício da esposa e mãe pelo bem do marido e dos filhos e compreende a superioridade social do homem, provedor do lar e chefe indiscutível da família.

O amor não esteve ausente do seu casamento, mas a relação pessoal esteve sempre marcada pela clara superioridade, fortaleza e experiência de vida do marido, combinadas com a dócil submissão feminina que lhe dava segurança e tranquilidade.

O relacionamento sexual foi bastante difícil para ela, no princípio. Depois de algum tempo integrou-se às demais rotinas do serviço ao marido, à família e à casa, sem exigências de prazer ou gratidão. A satisfação decorreu sempre da consciência de estar se desempenhando a contento das funções para as quais foi preparada. O que seu marido não deixa de reconhecer, ao mesmo tempo que exalta suas virtudes de fidelidade, austeridade e discreção, próprias de uma grande senhora. Digna companheira de um homem de reconhecida projeção social. Sente orgulho da esposa, por tão deli- ▶

cadavirtudes, admirada por todos.

As vésperas das bodas de ouro, D. Mariana rememora, também, a sua própria história. Seu pequeno mundo tem os limites da fazenda e da cidade tradicional em que nasceu. As vezes em que ultrapassou esses limites, o fez sempre como a visita efêmera de outros mundos, os mundos dos seus filhos, em cidades grandes e distantes.

Sente um misto de satisfação e frustração. Satisfação porque nunca esperou mais do que tem e do que é. Frustração pelo que adivinha de possibilidades nunca exploradas. Observa, à distância, os projetos de vida tão diferentes de suas filhas. Projetos impensáveis na sua geração.

Passa em revista o relacionamento com o marido. Ainda hoje questiona as suas infidelidades de juventude. Recorda que, então, aceitava esse comportamento como algo desagradável mas natural. Sua mãe a prevenira de que os homens precisam descarregar parte da sua virilidade fora de casa porque uma esposa recatada, como deveria ser, jamais seria capaz de atender o marido plenamente. Por isso, não deveria sentir-se magoada quando lhe chegassem aos ouvidos notícias de aventuras incosequentes, que a sociedade aceita com tolerante cumplicidade.

Mais tarde, D. Mariana começou a



se perguntar sobre as razões dessa dupla moral. Mas no princípio, jamais lhe passou pela cabeça questionar que as exigências morais, não fossem realmente distintas para o homem e a mulher. O machismo — palavra que aprendeu com suas filhas — sempre esteve tão introjetado em sua mente que todos os comportamentos de ambos se explicavam, com uma lógica perfeita.

Suas reminiscências se fixam, neste momento, em Júlia, a filha mais velha, a primeira a sair de casa para o mundo mais vasto.

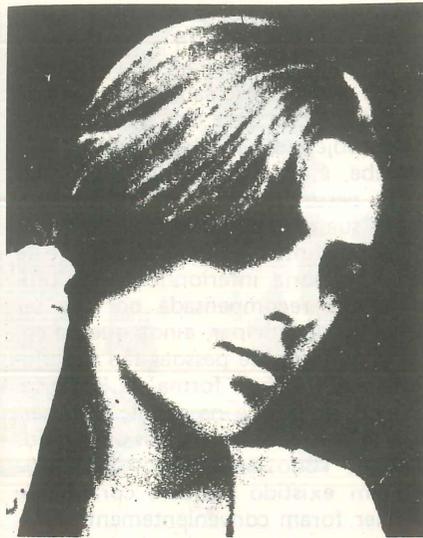
Júlia foi estudar na capital do Estado antes de completar dezoito anos. D. Mariana estava tranquila. Havia lhe dado uma cuidadosa educação. Transmitiu-lhe sua fé e seus valores, os mesmos que recebeu de sua mãe.

Júlia foi morar com os tios. O encontro com um mundo tão diferente mostrou o quanto era vulnerável a tantos apelos e possibilidades novas.

Um ano depois, contra tudo e contra todos, a família em pânico, Júlia se casa com Jorge, um pouco mais velho e de trato difícil, que anuncia ter encontrado finalmente uma mulher diferente dessas "promovidas" de hoje.

Personalidade dominadora e autoritária, Jorge começa proibindo Júlia de continuar seus estudos e nem pensar em trabalhar fora de casa. Lugar de esposa é em casa. Júlia estava preparada para aceitar seu papel de esposa doméstica, dócil e submissa ao marido. Aceita a nova ordem das coisas com naturalidade. Em nenhum momento lhe passa pela cabeça opor-se a decisões que cabem naturalmente aos chefes de família. Mas a vida íntima foi, desde o princípio, um enorme sacrifício. Sentia-se agredida pelo desempenho desastroso e a falta de sensibilidade do marido. Sua sexualidade permanecia bloqueada e sua passividade exasperava seu impulsivo parceiro, sempre insatisfeito.

Diante de uma personalidade forte, Júlia sente-se esvaziar-se como es-



posa e como pessoa. A relação torna-se insuportável. A infidelidade do marido, a princípio discreta passa a ser ostensiva e justificada pela "frieza" da esposa. Júlia começa a contabilizar as primeiras agressões físicas. Suporta. Mas, tornam-se frequentes. Já não pode tolerar. Reage. Jorge, então, a deixa. Desaparece de sua vida. Parece que tem outra mulher. Não chegaram a ter filhos nesses dois anos de casamento.

Júlia, surpreendentemente, reagiu corajosamente à nova situação de esposa abandonada. Apoiada pelos pais, retomou os estudos, conciliando horários para trabalhar e sentir-se independente.

Depois de cinco anos, já formada, casou-se com Fernando, seu colega de faculdade. Já estão casados há 15 anos. Ambos são professores, o que significa muito trabalho e pouco salário, para sustentar, a dois, uma família de três filhos adolescentes. A vida é dura, mas são felizes no seu casamento. Sentem-se realizados no seu trabalho.

A princípio, o segundo casamento não foi aceito pelos pais e repercutiu mal na sua cidade, quase abalando o prestígio da família. Com o passar do

tempo, todos se acostumaram com o fato consumado. A tranquilidade do casal e a alegria dos netos se encarregaram de derrubar as últimas resistências.

Júlia se recorda das dificuldades de manter relações com famílias que conheceu, enquanto permaneceu na condição de separada. Na única vez que uma amiga se dispôs a falar sobre isso, Júlia ficou sabendo que uma divorciada jovem e atraente é considerada uma ameaça que esposas zelosas preferem manter à distância.

Na nova união, socialmente aceita, essas barreiras desapareceram e a vida normalizou-se. Mais ainda com a chegada dos filhos, que assinalaram a consistência do projeto de vida a dois de Júlia e Fernando.

Mesmo a rejeição que, a princípio os afastou da Igreja, ficou atenuada ultimamente. Hoje participam de um movimento que ajuda famílias a enfrentarem, de modo mais adulto e seguro, seus muitos problemas. A experiência de Júlia contribuiu para o seu bom desempenho nas ações do seu movimento. É verdade que ainda permanecem barreiras difíceis de aceitar. Mas Júlia e Fernando se sentem envolvidos pela solidariedade e apoio de tantos amigos que qualquer mágoa se desvanece.

D. Mariana compara as vidas tão diferentes de Júlia e Vera. Júlia tem a experiência de dois casamentos. Vera permanece solteira, totalmente absorvida pela profissão exigente que escolheu. Quase não tem vida social e seus amigos pertencem ao seu mundo profissional. Percebe, mesmo, que não é facilmente aceita em círculos de pessoas casadas. Suspeita que a explicação seja a que Júlia lhe passava, de suas próprias experiências de mulher separada. Sente-se mais facilmente aceita por amigas solteiras, divorciadas ou viúvas. Porque têm problemas comuns, as mesmas dificuldades de pertença a outros grupos que lhes facilitam



tasse o lazer, por exemplo. Como mulheres sós, é difícil frequentar alguns ambientes e diversões nas quais a presença do homem, marido ou companheiro, é socialmente exigida. Assim, seus espaços são limitados.

No próprio mundo profissional, Vera percebe que é duplamente desvalorizada. Como mulher e solteira. Os postos de chefia na empresa são ocupados de preferência por homens. A remuneração também é diferente. Para funções iguais, paga-se menos à mulher. Por isso conseguiu o atual emprego. Soube depois que o departamento de pessoal foi instruído para contratar mulheres, que são mais baratas. Homens somente para funções estritamente reservadas a eles, as de comando e decisões, naturalmente.

Vera, por sua competência e capacidade de trabalho vai passando por cima dessas discriminações e se afirma profissionalmente. É uma mulher emancipada e independente. Ou quase. Talvez por não ter constituído sua própria família, sente-se fortemente ligada aos pais. Corre a eles quando surgem dificuldades. D. Mariana segue sendo sua única confidente e melhor amiga.

São cinco horas. Sofia vem servir o chá de D. Mariana. Há quase vinte

anos faz o mesmo. Começou a trabalhar na cozinha aos 14 anos. Sempre foi bem tratada. É agradecida e devotada aos patrões. Não sabe o que seria de sua vida, não fosse D. Mariana. Seu único objetivo na vida é servi-la. Não percebe, é claro, mas deixou-se anular como pessoa e mulher para viver através de sua idolatrada patroa e benfeitora, tão distinta e amável. Sabe que é de uma categoria inferior. Sente-se promovida e recompensada por lhe ser permitido participar, ainda que na cozinha, da vida de pessoas tão superiores a ela. De certa forma ela "é da família", ainda que na condição de serviçal sempre disponível e às ordens dos patrões. Todos os impulsos que talvez tenham existido naquele coração de mulher foram convenientemente sufocados, nesses anos todos de dependência e esquecimento de si.

Seus pais vivem na fazenda. São colonos rudes e trabalhadores. Nunca saem dos limites das terras da família Oliveira. Mal conhecem a cidade e não chegaram a ser alfabetizados. Sentem-se parte da fazenda, como o gado, o paiol de milho, o gerador — propriedades da família. Nada possuem de seu. A casa e seus pertences são da fazenda. Seus filhos e filhas não lhes pertencem. Nasceram para servir aos seus donos e benfeitores.



A filha mais nova, Aparecida, aos quinze anos foi oferecida pelos pais ao filho mais velho de D. Mariana, que administra outra fazenda da família, não muito distante de Margarida. É que ela já ficou mulher e seu pai acha que precisa conhecer um homem e quem melhor do que o doutor patrão, se ele aceitar? Aceitou.

Aparecida vai morar na outra fazenda e D. Mariana fica sabendo que é para ajudar na limpeza da casa. Só muitos anos depois a história lhe é revelada e até hoje guardada em cuidadoso segredo.

Pouco tempo depois de estar a serviço do seu filho, Aparecida é discretamente levada para um conveniente aborto, fora da cidade. As coisas se arranjam rapidamente. Tudo facilitado para que Aparecida saia da fazenda, para um lugar distante, afastando o risco de revelações embaraçosas.

Com ótimas referências, Aparecida é oferecida a uma família que está de férias na cidade e vai precisar de empregada ao voltar para casa.

Aparecida viaja com seus novos patrões para a cidade grande. O emprego é duro mas não há opções. E certos atrativos da cidade maior já tornam agora impensável voltar a viver a rotina sem graça da Fazenda Margarida.

O tempo passa, a escola noturna

abre algumas possibilidades, ampliam-se as relações, amigos, namorados... e Aparecida se descobre novamente grávida. O jovem namorado não tem a menor condição de assumir a paternidade. Aparecida está assustada. Depois de alguns dias para tomar coragem, resolve expor a situação à patroa. A resposta é seca. Com filho, sai do emprego.

Passa a procurar outro. Apresenta-se como se já tivesse um bebê e é repetidamente recusada. Não sabe o que fazer. Não será despedida até encontrar novo emprego. É a cota máxima de generosidade que consegue da patroa.

Aparecida está decidida a assumir o filho. A experiência anterior foi terrível. Procura apoio no posto médico, pergunta por creches, mas vagas são raras. Nas filas do INAMPS, conhece Rosa. Têm quase a mesma idade. É simpática e comunicativa. Seus problemas são parecidos. Rosa tem um filho, é mãe solteira. Também não conseguia emprego. Não tem parentes que possam ajudar. Mas agora está bem. Não sabe se deve contar. Sabe, não é o ideal mas não tinha saída. Um amigo a apresentou na casa. Outras como ela trabalhavam lá. Uma senhora que todas chamavam de mamãe ofereceu uma oportunidade, se ela quisesse, é claro. Depois não vai dizer que foi forçada. Se quiser, fica. Ficou.

Aparecida custa a entender. Rosa explica melhor. Ela se assusta.

D. Mariana faz tempo não tem notícias de Aparecida. Não sabe que fim levou. Tem pena dos pais. Conhecendo o segredo, sente-se culpada, em nome da família.

O irmão de Aparecida vive na mesma cidade mas também não sabe o que é feito dela. Na última vez que apareceu trouxe o filho e disse que ia trabalhar numa fábrica que tem creche.

Mas não tem tempo nem cabeça para tomar conta da irmã. Já tem problemas de sobra. Tem mulher e uma filha na Fazenda Margarida, mas veio para a cidade grande tentar a vida. Deu



no que deu. O custo de vida é maior que o salário. Até na favela é difícil conseguir casa. Aguentou firme viver sozinho alguns anos, mandando dinheiro pouco para a família. Trazer a família para a cidade seria loucura. Mas a solidão é difícil de levar. Pensa em voltar mas desiste. Quando menos espera, tem uma companheira na modesta casa, o melhor que conseguiu.

Mas Joana é trabalhadeira e tem iniciativa. Na sua visão das coisas é absolutamente irrelevante se João é casado ou não. Essas convenções não são levadas muito em conta por aqui. Em pouco tempo, a casa modesta tem outro jeito, os dois se dão bem, trabalham muito e João deixou de procurar outras mulheres. É uma mudança de vida radical. João continua mandando dinheiro para a esposa, em Margarida. Tem agora duas famílias. Sente-se responsável por ambas.

Alguns anos se passam. João e Joana estão firmes e têm um filho. A esposa, Conceição, na Fazenda, já sabe das coisas e está conformada. Compreende que não podia ser diferente. A vida é assim mesmo, pensa com seus botões, antes de dormir.

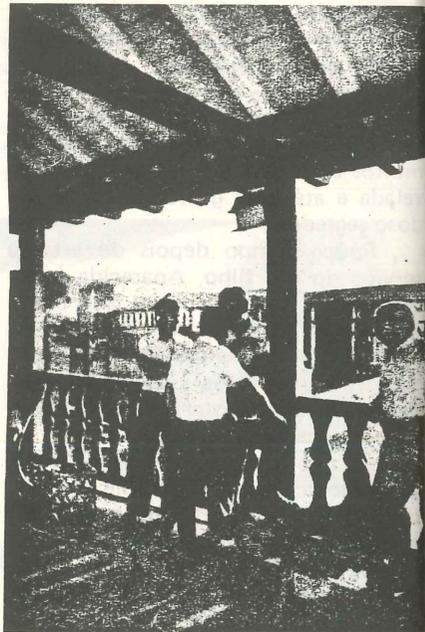
A família Oliveira está reunida em festa. Antonio e Mariana celebram suas Bodas de Ouro. Todos os filhos viajaram de véspera e estão hospedados na Fazenda Margarida.

A noite, os homens se reúnem na varanda. As mulheres tomam chá na sala de visitas. Têm muito o que conversar.

D Mariana olha com doçura e compreensão — talvez com alguma inveja — Júlia, Maria e Vera. Sofia serve biscoitos feitos em casa, ajudada por Conceição, convocada para o serviço das bodas.

Vera pede a Sofia notícias de sua irmã Aparecida, que assim lembrada, também se faz presente naquela sala em que se encontram tão diferentes destinos.

Talvez não se dêem conta da riqueza de experiência e situações de vida que se cruzam nesta prosaica reunião de família.



... vamos comentar as histórias que se cruzam, na Fazenda Margarida.

1. O casamento e o modelo de família de José e Maria são viáveis? Existem? Quais os valores que se destacam? Quais desses valores estão presentes ou ausentes em nossas vidas?

2. Que influências exerce ainda sobre nós o estilo de família tradicional vivido pelo casal Antonio e Mariana? Valores e contra-valores. Que dizer da dupla moral?

3. Que comentários poderíamos fazer sobre as experiências de Júlia? Seu casamento precoce? Seu segundo casamento? E sobre as reações sociais a essas experiências? São reais?

4. Conhecem casos como o de Vera? Suas dificuldades são comuns? É real a discriminação da mulher no mercado de trabalho? Como você analisa o atual movimento de promoção da mulher?

5. Que pensar do destino de Sofia? É o caso mais comum da empregada doméstica? Que oportunidades são dadas ou recusadas à empregada doméstica para se promover? Poderíamos comparar o trabalho dessas pessoas com o trabalho na indústria, por exemplo?

6. A história de Aparecida ainda pode estar se repetindo hoje? Há discriminação contra a mãe solteira? Que tipo de dificuldades enfrentam? Essas dificuldades podem ser motivação para o aborto? E a prostituição, a saída de Rosa?

7. É comum o caso de Conceição e Joana, duas esposas de um mesmo marido? Como encarar o problema das migrações para a cidade grande? Você conhece como se vive nas favelas de sua cidade, os valores e anti-valores desse mundo marginalizado?

E agora, se desejarem...



O nascer de um novo dia

José e Beatriz Reis

PARALITURGIA PARA UM ENCONTRO DE PAIS E FILHOS

(Sentam-se todos em semi-círculo, os pais de um lado, os filhos jovens e adolescentes do outro, estando o celebrante entre as duas alas)

Celebrante:

Às vezes é bom a gente parar
às vezes é bom a gente se encontrar
fora das correrias de todos os dias
deixando de lado necessidades e
desejos.

Parar como caminhantes
que juntos procuram,
no meio da floresta,
o caminho da fonte.
E que, ao fim da tarde,

68

não o tendo ainda encontrado,
sentam-se, como parceiros,
conversam, como irmãos,
revendo caminhos percorridos,
procurando indícios dos dias de
amanhã.

Filhas:

Quantas vezes chegamos em casa,
loucas para contar
coisas que descobrimos,
experiências que fizemos,
pedras em que tropeçamos,

Filhos:

e encontramos os grandes ocupados,
demasiado ocupados com seus
próprios problemas,
com os problemas da profissão,
com os problemas de um mundo
que ainda não conseguimos descobrir.

Pais:

Brincadeira tem hora,
a vida é coisa muito séria,
"o tempo não pára no porto,
não apita na curva,
não espera ninguém. !!

Mães:

Vida sufocante!
Vida monótona!
Trabalho em casa, trabalho fora de
casa!

Exigências em casa, exigências fora de
casa!

E um bando de jovens,
a tudo revirar, de pernas para o ar!

Filhos e Filhas:

Queremos escutar nosso som,
queremos descobrir horizontes
queremos abrir caminhos
ou andar por trilhos inexistentes,
queremos andar pela noite,
surpreender o dia que nasce,
queremos cantar com os pássaros,
a alegria de mais um renascer.

(Momento de silêncio)

Música: (todos cantam)

*"Irmão sol, irmã lua,
trazendo o dia pela mão.. !!*

(Momento de silêncio)

Filhos:

Será que teremos
que colocar nossos pés
nas mesmas marcas
de onde tiraram
nossos pais os seus?

Filhas:

Será que teremos que sorrir
de acordo com o bom tom?
Será que teremos que vestir,
que pensar, que caminhar,
como vocês caminharam,
há 20 anos atrás?

(Momento de silêncio)

Mães:

Sempre sonhamos em transmitir a
vocês
que amamos mais que a nós mesmas,
o resultado das experiências que
fizemos.

Sempre quisemos alertá-los
sobre o perigos de correr como quem
brinca

sobre a loucura de tudo querer
começar.

Alguns Pais:

Sempre quisemos guiá-los
para que não ferissem os pés.
Existem pedras nos caminhos
—mesmo naqueles que procuramos
limpar—

que procuramos cuidar e aplinar,
para alegrar a vida de vocês.

Outros pais:

É verdade.
Foi sempre em vocês que pensamos,
quando procuramos a vida construir.
Foi sempre vocês que amamos
quando os cercamos de regras,
princípios e proibições.

Música:

"Se esta rua fosse minha. .."

Filhos:

Que faziam vocês
dos nossos desejos imensos
de descobrir por nós mesmas,
o mundo, a vida, o amor,
de descobrir nosso lugar
no espaço tão grande percebido?

Filhos e Filhas:

Onde escondiam vocês
nossa capacidade de opção?
nossa capacidade de nos situarmos?
ante realidades recém-descobertas,
ante desafios novos e imprevistos?
ante descobertas que se abrem
a novas descobertas,
e levam a novas experiências?

(Momento de silêncio)

Música:



*"Águas de Março" – Tom Jobim.
(Momento de silêncio)*

Filhos:

Pai, mãe, vejam,
estamos descobrindo, agora,
o que vocês um dia descobriram,
aquilo que hoje se esqueceram,
esmagados pela rotina,
pelas exigências do dia a dia.

Filhas:

Pai, mãe,
a vida recomeça cada manhã
e nós renascemos no dia que desponta.
O sol nos descobre sempre um mundo
novo,
e, diante dessas descobertas,
esquecemo-nos, muitas vezes,
do trabalho que tem que ser feito,
das camas a serem estendidas,
das gavetas a serem arrumadas.

Filhos e Filhas:

Ainda não fomos desgastados
pela repetição dos gestos e palavras
e em cada situação nos sentimos
como Adão e Eva, descobrindo o
Paraíso.

Parecemos irresponsáveis
quando somos apenas disponíveis
ante os apelos da vida,
quando nos perdemos no
encantamento
ouvindo músicas perdidas
no silêncio triste e distante
do cotidiano empobrecido.
(Momento de silêncio)

Música:

*"Cotidiano" – Chico Buarque
(Momento de silêncio)*



Filhos e Filhas:

Partimos, é verdade, de pontos opostos, por isso nos desencontramos, por isso não conseguimos ser aquilo que vocês esperam.

Filhas:

Sentimos pesar sobre nossos ombros, como os barrancos que despencam com as chuvas, as expectativas de vocês as esperanças de que sejamos respostas que vocês mesmos não encontraram.

Filhos e Filhas:

Lembrem-se, por favor, enquanto vocês se instalam, para melhor poder trabalhar, nós nos desinstalamos para melhor poder escutar, para melhor poder perceber os apelos que vocês não percebem, os desafios que hoje são nossos, as palavras, as ações que vão ser nossa resposta -resposta calcada, talvez, nas respostas de vocês, mas abertas a novas perspectivas, a novas possibilidades, a experiências com que vocês jamais sonharam.

Pais e Mães:

Vida nova para tempos novos, vida explodindo e desmanchando velhas estruturas, hoje sem função.

Celebrante:

Alguém já disse:
Impossível é guardar
vinho novo em odres velhos.
(Momento de silêncio)

Música:

"Grito de Alerta" – Gonzaguinha.
(Momento de silêncio)

Celebrante:

Do mundo de cem anos atrás,
com casas iluminadas por lampiões,
fogão a lenha, transporte a cavalo,
passamos para o nosso tempo,
do rádio, do som, da TV,
do carro, do avião, dos foguetes,
e dos computadores e robôs.
É impossível esperar que a vida do lar
que as relações entre os membros da
família

possam permanecer imutáveis.

Filhos e Filhas:

É praticamente impossível
que nos reunamos todos para jantar
que programemos atividades comuns,
à noite, depois da refeição.

É praticamente impossível
que nos deitemos todos à mesma
hora,
para dormir.

Filhas:

Como pretender
que vejamos juntos,
os mesmos programas de TV,
e nos levantemos juntos, pela manhã,
que saíamos juntos,
para o trabalho ou para a escola,
e nos reunamos, de novo, no fim da
tarde?

Pais:

Assim viveram os homens, durante
séculos,
assim nos ensinaram a orientar nossas
vidas.

E assim nos pareceu ser
o modo certo de viver

Mães:

Pareceu-nos certo este modo de viver
e nos decepcionamos ao perceber
que nossos filhos não o desejam
que nossos filhos o rejeitam.

Irritamo-nos, então.

frustradas em nossas expectativas,
questionadas em nossas convicções,
renegadas, na vida tão dura,
que sempre vivemos.

Pais e Mães:

Tememos adaptar-nos à nova realidade
temos medo das mudanças
-faca de dois gumes-
podem ferir irremediavelmente
aqueles que mais amamos.
Celebrante:

Talvez possamos juntos tentar
trilhar juntos o mesmo caminho:
Viver juntos a mesma esperança,
descobrir juntos,
mãos nas mãos,
ombros nos ombros,
os novos caminhos,
pelos jovens pressentidos.
com eles procurando,
com eles questionando,
com eles criticando
e procurando construir,
um mundo que responda
às nossas esperanças.
(Momento de silêncio)

Música:

"Aprendizes da Esperança"
(A voz de Fafá de Belém cantando a
estrofe:

"São homens, mulheres,
aprendizes da esperança..")
(Momento de silêncio)

Pais:

Juguemos fora nossas bagagens.
Podem prejudicar a caminhada.

Mães:

Desfaçamo-nos de nossos sonhos
infantis.

Podem levar-nos a confundir
a luz de um vagalume
com a estrela da manhã.

Filhos:

Deixemos de lado
nossas certezas tão incertas.
Podem, em sua agressividade, destruir
o nascer de um novo dia.

Filhas:

Abramos nossos corações
à vida que nos espera.
Assim poderemos perceber
que ela é mais exigente,
mais ampla e mais bela,
do que tudo que havíamos imaginado.

Celebrante:

Nascerão, assim, comunidades novas,
onde todos – velhos e jovens,
procurarão os caminhos de hoje,
precursores dos caminhos de amanhã.

Todos:

E nos descobriremos,
não como pais, mães, filhos e filhas,
mas como gente convivendo com gente,
como amigos e como irmãos.
(Momento de silêncio)

Todos:

E juntos partiremos,
sem medo, sem desconfianças.
E juntos cantaremos,
os tempos novos que nascem.

Pais e Mães:

Juntos trilharemos
caminhos recém-descobertos.
E no caminhar em comum
encontraremos o Espírito do Senhor.

Filhos e Filhas:

E Eles nos lembrará,
durante o próprio caminhar,
a amplitude da Boa Nova,
suas ressonâncias em nossas vidas.

Todos:

Nos mostrará, sobretudo,
como são provisórios nossos caminhos,
e que todos os caminhos nascem
na experiência do próprio caminhar.

Celebrante:

Dando graças ao Senhor,
por esse convívio fraterno
a Ele pedimos
que nos abençoe e nos guarde,
que nos mostre a sua Face,
que nos conduza em sua Paz.

Todos:

Amém! Assim seja! Aleluia!

Música:

"O que é o que é" – Gonzaguinha.
Se no final de um Encontro ou dia de
reflexão de pais e filhos, depois de uti-
lizada essa paraliturgia, havendo inte-
resse dos participantes e ambiente fa-
vorável, poderia celebrar-se a Missa, a
partir do ofertório, dispensando-se a
homilia e liturgia da Palavra, já realiza-
das, de certa forma, pelo texto dialo-
gado e pelos demais trabalhos e refle-
xões do Encontro.

“Vocês leram no jornal?”

Carlos — Vocês devem ter lido, mas eu trouxe o jornal de hoje pra quem não leu. Fico impressionado com essas notícias da guerra do tóxico. Eles tem armas que só o exército usa! Nem a polícia!

Fernando — Eu também vi o jornal de manhã. Tem fotografias de três traficantes com cada arma que você não acredita. E dão entrevista pros jornais com as armas na mão! Como é que eles conseguem essas armas?

Pedro — Também li tudo. Mas o que me impressionou foi outra coisa: o chefe do bando que foi morto pela outra quadrilha teve enterro com 2 mil pessoas da favela, muita gente chorando! Não é qualquer político ou artista que tem um enterro desse tamanho.

Carlos: O sucessor do chefe morto disse para o repórter que a liderança passa agora para um triunvirato da paz, que está unido e só pensa em defender os interesses da comunidade. É uma coisa incrível! Quem manda na favela de Santa Inês são eles. Eles fazem a lei e a justiça. Julgam, castigam, ajudam quem precisa, socorrem, investem na segurança e no bem estar da comunidade.

Pedro — Governo lá não manda e polícia não entra. E o povo está do lado deles. Mas não é difícil a gente entender como é que isso acontece.

Juca — Tinha é que ter mais polícia e bem armada! Com bandido, só bala!

Carlos — Vai com calma, Juca. Não é por aí. O traficante só existe porque tem consumidor. Se não

existisse o viciado, que paga quanto eles querem pela droga, não haveria traficante!...

Pedro — Eu acho que é por aí. O fenômeno não é que existam bandos e quadrilhas do tóxico. O que espanta é a quantidade de viciados que sustentam os traficantes. Eles então ganham muito dinheiro. E com dinheiro, eles garantem sua segurança, é claro.

Carlos — Eles montam um esquema de serviço social na favela ou no bairro pobre onde se escondem e onde também trabalham, vendendo a droga. Então a população fica do lado deles, considera eles benfeitores, e dá proteção aos bandos. Escondem, avisam quando a polícia vai chegar e consideram que eles são os seus defensores.

Joana — Diante da brutalidade da polícia, até que dá pra entender por que eles sentem a coisa assim!..

Carlos — É verdade!

Pedro — Mas o que a gente não pode esquecer é que quem sustenta esse esquema todo é o viciado, que geralmente é filho de papai rico. Que só vai no morro pra comprar o seu vício. Pobre, quando vê esses filhos de papai rico nessa de tóxico, olha com desprezo, e quer mesmo que ele se arrebente!

Carlos — Que é o que acontece mesmo, com o infeliz, mais cedo ou mais tarde!

Fernando — Por que é que tem tanto jovem entrando nessa? Mesmo sabendo que entrar é fácil e sair é difícil!

Maria — E sabendo que se entrar e não sair está perdido! Eu acho que costuma ser por medo da vida. É fuga da realidade.

Pedro — Às vezes é. Outras vezes o garoto começa brincando. Por curiosidade, levado por outros. E na brincadeira, acaba entrando num buraco que depois pra sair é uma parada!

Carlos — Eu estive uma vez numa fazenda, no interior de São Paulo, onde ficam internados viciados que querem tentar se livrar da droga. Fui pra acompanhar o filho de um primo do



meu pai. Não esqueço nunca mais. Ver a cara de um garoto viciado que já chegou a um ponto longe demais é uma coisa dura de esquecer.

Pedro — O pior é que quando chega nesse estado, ninguém quer mais saber do cara, e ele amarga uma bruta solidão. Justamente na hora que ele mais precisa de um amigo e apoio.

Fernando — É!... Esse problema está ficando muito sério!

Maria — Dá pena ver tantos jovens entrando nesse buraco.

Juca — Eu continuo achando que é um problema de polícia! Pra traficante e pra viciado!

Pedro — Vai devagar, Juca!

PERGUNTAS PARA A REUNIÃO:

- Como você julgaria as opiniões e atitudes de cada um dos personagens deste diálogo? Juca? Maria? Joana? Carlos? Fernando? Pedro?
- Quais as suas próprias opiniões sobre esse tremendo problema social? Como você encara a questão do tóxico, do viciado e do traficante?

- Vamos tirar conclusões: em que concordamos? — em que discordamos?
- O que podemos fazer concretamente para não embarcar nessa aventura sem esperança? E para ajudar a quem caiu nessa rede?

REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA SALVAÇÃO-LIBERTAÇÃO

A vida é dom gratuito do amor de Deus.

Qualquer ofensa à vida será, assim, uma ofensa ao Senhor.

E mais ainda; ser imagem e semelhança de Deus confere, ao Homem, uma dignidade indeclinável e inalienável.

Isto quer dizer que nenhum homem tem o direito de abrir mão de sua dignidade de pessoa humana, nem atingir a dignidade dos outros homens.

■ É O MOMENTO ADEQUADO PARA UMA REFLEXÃO, EM EQUIPE, SOBRE ESTA MENSAGEM

(Extraído do temário “Preto no Branco”, do MFC, para Grupos de Jovens).

Fim-de-semana com jovens

SÁBADO

14:00 — Chegada. Inscrições. Crachás.

14:20 — Plenário: Boas vindas e uma pequena explicação sobre esse fim de semana.

14:30 — Dinâmicas de apresentação em grupos (8 a 12 por grupo).

15:00 — Plenário: Cada grupo se apresenta aos demais, apenas informando o nome de cada um; apresentação a cargo de um dos membros do grupo. Explicação sobre o levantamento das questões que serão tratadas neste fim de semana. Formação dos grupos para o levantamento.

15:30 — Grupos: O Animador propõe que todos digam:

- que temas gostariam de tratar?
- que perguntas gostariam que fossem respondidas?
- quais os principais problemas que os incomodam atualmente?
- quais as grandes questões que os jovens desejam discutir hoje?

Cada participante deve dar a sua opinião ou idéia e justificar por que escolhe esse tema ou problema. Todas as idéias que surgirem devem ser cuidadosamente anotadas num quadro ou papel. Em seguida, propõe-se a discussão das prioridades do grupo. Cada um deve dar a sua opinião e defendê-la. Finalmente, organiza-se a votação. Apurados os resultados, os três assuntos, questões ou temas mais votados são anotados numa folha grande de papel, para ser levada ao plenário. Ou cartaz.

16:30 — Lanche. Música. Preparo de cartazes para o plenário, com recor-

tes de revistas, tesoura e cola.

17:00 — Plenário: Apresentação dos cartazes de cada grupo, com explicações sobre a escolha de prioridades do grupo. Escolha dos assuntos a serem tratados no domingo. Cada grupo pode indicar um ou dois jovens para defenderem prioridades propostas pelo grupo, para encaminhar a votação. Depois de esgotadas as possibilidades de argumentação, passa-se à votação. Os temas mais votados vão ser reunidos, pela ordem de votação, nas duas unidades de trabalho do domingo.

18:00 — Para-liturgia.

18:30 — Encerramento. Convite à pontualidade na manhã seguinte.

DOMINGO

09:00 — Chegada. Identificação dos grupos do domingo.

09:15 — Plenário. Música. Oração. Breve explicação sobre a dinâmica do dia.

09:30 — Grupos: 1ª Unidade de Trabalho. — Levantamento do saber do grupo. Cada um deve ser convidado a expor tudo o que pensa, julga, acha, entende ou aprendeu a respeito do tema desta unidade de trabalho. O Animador motiva a participação de todos, para que ninguém fique calado e à margem da discussão. O Animador vai destacando as concordâncias e discordâncias de pontos de vista e estimula o debate, para esclarecer as divergências. Se lhe ocorrer alguma observação ou informação que possa por em dúvida alguma opinião ou conceito, deve apresentá-la, como questionamento, para despertar a consciência crítica e aprofundamento da reflexão do grupo, fornecendo matéria para prolongar e dar mais consistência à discussão. Os 20 minutos finais devem ser dedicados a preparar o informe ao plenário: dois ou três membros do grupo ficam encarregados, por eleição, de preparar o cartaz ou papel com as principais conclusões e expor ao plenário as idéias surgidas no grupo.

10:30 — Café. Música. Convivência.



PEDRO MARTINELLI

11:00 — Plenário: Apresentação das conclusões de cada grupo. Um dos Animadores apresenta comentários sobre as conclusões dos grupos, destacando as convergências e as divergências. CABE-LHE, AGORA, APRESENTAR DUAS BREVES COLOCAÇÕES:

1. Quais são os possíveis mecanismos e interesses sociais, econômicos, culturais, políticos que podem estar por trás dos problemas tratados?

2. Elementos da fé cristã que podem iluminar a busca de soluções para os problemas analisados. Como situar esses problemas frente ao plano de Deus para o homem e o mundo.

11:45 — Grupos: Revisão das conclusões anteriores, depois do confronto do Plenário: 1. com as opiniões dos outros grupos; 2. com os comentários sobre os mecanismos socio-econômicos políticos e culturais. 3. com a iluminação da Palavra de Deus.

Os 10 minutos finais serão destinados a uma tentativa de síntese grupal ou, se o grupo preferir, cada membro do grupo escreverá numa folha de papel suas conclusões pessoais sobre tudo o que foi discutido nessa unidade de trabalho; essa folha será lida para os demais e entregue ao Animador do grupo, para a avaliação final.

12:30 — Almoço.

14:00 — Lazer. Jogos. Música.

14:30 — Grupos: 2ª Unidade de Trabalho (como na unidade anterior).

16:00 — Plenário (como na unidade anterior).

16:45 — Grupos (como na unidade anterior).

17:30 — Plenário de avaliação. Palavra livre para os que quiserem dar um depoimento sobre o fim de semana: os temas e conclusões; a dinâmica; o relacionamento interpessoal; as possibilidades e interesse em continuar, para abordar os assuntos que não houve tempo de tratar; sugestões de programas para a continuidade. PROPOSTA AOS JOVENS: FORMAÇÃO DE GRUPOS QUE SE REUNEM REGULARMENTE PARA CRESCER, COMO COMUNIDADE DE PESSOAS, AMIGOS QUE SE QUEREM E SE AJUDAM MUTUAMENTE. Constituição dos grupos para aqueles que o desejarem.

18:30 — Missa Comunitária, intencionalmente participada, com recursos litúrgicos adequados a uma viva participação, lembrando-se os temas tratados no fim de semana. Valorização máxima dos gestos simbólicos que ajudem a entender a Missa como celebração da vida e da aceitação da missão do cristão no mundo. O sentido da presença de Cristo no pão e no vinho partilhados.

19:30 — Encerramento. Despedida.

● Na página seguinte, algumas orientações para os Animadores.

Fim-de-semana com jovens.

• LEVANTAMENTO DO SABER DO GRUPO

Estilo de perguntas que os animadores dos grupos podem fazer, para o levantamento das opiniões dos jovens, a serem preparadas a partir da escolha dos temas, realizada no sábado:

Relacionar-se com os outros é uma necessidade do ser humano? Por que sim ou não? Há pessoas que não relacionam com outras? Você conhece algum caso? Existem? Se existem, por que não conseguem se relacionar? Medo? Falta de maturidade? Problemas psicológicos? Falhas da educação? Justifique a sua opinião.

Como são as pessoas que se isolam?

As relações entre pessoas podem ser apenas "funcionais": professor-aluno, médico-cliente, vendedor-comprador, motorista-passageiro, etc. Quer dizer: as pessoas se relacionam por suas funções, e não como pessoa-com-pessoa.

As relações podem ser interpessoais profundas, de pessoa-com-pessoa, sem levar em consideração as funções de cada uma. O que vale é a pessoa como pessoa.

Qual o tipo de relações que realmente satisfazem essa necessidade humana? Relações interpessoais profundas ou relações funcionais?

Analisem as relações pais e filhos: costumam ser funcionais ou interpessoais? Como devem ser? Quais as condições para que haja relações interpessoais?

Em que tipo de relações pode haver amor? O que significa amar? Que diferentes formas de amor você percebe que existem? Que características ou qualidades devem estar presentes no relacionamento interpessoal para que se possa dizer que é um relacionamento de amor?

Qual o sentido da sexualidade humana? Que tem a ver sexo com relacionamento interpessoal? Qual a relação entre sexo e amor?

Que exigências você aponta para que uma relação sexual seja plenamente humana? Um relacionamento sexual pode ser desumanizante? Em que condições? Como você julga os dois extremos: a tradicional repressão sexual e a liberação sexual sem limites? Onde parece a você que deve estar a liberdade sexual? Por que?

Como você define esse conceito de violência? Dê exemplos concretos da manifestações de violência. Há outros menos claros? Quais destes fatos você também consideraria como violência tão grave como as que já foram citadas o baixo salário; a fome; a miséria; o desemprego; a brutalidade policial; não dar terras para o agricultor que quer plantar para sustentar a família.

O que é o egoísmo?

Quais as causas da violência?

Que relação pode haver entre violência e o contraste entre ricos e pobres, entre violência e as comparações entre miséria e ostentação?

Como acabar com a violência? Só polícia? Justiça social? Expliquem bem o que pensam e procurem dar exemplos concretos.

Quanto ao tóxico: como você vê a situação atual? Você conhece viciados? Alguém que conseguiu se libertar? Como conseguiu? Como corneaça a experiência que acaba em dependência, geralmente? Como se vacinar contra o tóxico? O que leva alguém a procurar deliberadamente o tóxico? Você saberia como ajudar um viciado que quer se libertar? Como seria essa ajuda?

Quais os interesses que estão por trás dos tóxicos? Você calcula o tamanho desses interesses?

Vocês acham que um grupo de jovens poderia realizar um trabalho sério para atacar as causas da violência? Para ajudar viciados a se libertarem? Alguma proposta?

Ser Igreja hoje

MUDANÇAS DECORRENTES DA VISÃO DE IGREJA DO CONCÍLIO

O MFC reuniu uma grande assembleia, em Niterói, RJ, para analisar o que deve mudar nos comportamentos dos cristãos e nas estruturas eclesiais, a partir da visão da Igreja que emana do Concílio Vaticano II.

As conclusões foram tão ricas e abrangentes que devem merecer a leitura atenta de todos. São indicações que afetam diretamente nossas vidas e nossas ações na família, na Igreja e no mundo.

As mudanças mais significativas na Igreja poderiam ser assim lembradas:

• Mais que lugar de salvação, a Igreja se define por sua missão no mundo, no qual é fermento, sal e luz, para anunciar e participar da edificação do Reino de Deus, desde aqui e agora, mediante a justiça e o amor.

• Mais do que proteger os cristãos do contágio com o mundo adverso, o importante é prepará-los para mergulhar nas estruturas do mundo e transformá-las, em confronto com todas as ideologias.

• As relações de comunhão e participação entre os que formam o Povo de Deus substituem o autoritarismo e cega obediência dos leigos à hierarquia.

• Além da fé em Jesus, o cristão é aquele que assume a fé de Jesus, no seu seguimento, na continuidade da sua missão, como expressão e vivência de sua própria espiritualidade, encarnada e comprometida.

Dessas mudanças decorrem outras, que aquela assembleia propõe à reflexão de todos. Certamente, aqueles que lerem atentamente essas indicações, descobrirão outras que enriquecerão este estudo.

1. MUDANÇAS NA FAMÍLIA — IGREJA DOMÉSTICA (que toma a Igreja como modelo)

— Relações entre os membros da família, entre pais e filhos, passam a ser marcadas pela participação de todos nas decisões, com menos autoritarismo e mais comunhão.

— A educação dos filhos busca mais o desenvolvimento da consciência crítica que lhes permite enfrentar o mundo com segurança e coragem para promover mudanças, assumindo riscos para o anúncio de uma sociedade mais justa e fraterna (Reino de Deus), e a denúncia de tudo que se opõe à justiça. O importante já não é proteger os filhos numa redoma, mas prepará-los para a missão de transformar estruturas injustas e opressoras em estruturas humanizantes e igualitárias.

— A família passa a ser mais aberta e livre de preconceitos, aceitando o diálogo com todas as famílias, questionando-as mas deixando-se questionar por elas.

— Mais do que para o sucesso social, educa-se para o amor-serviço, a responsabilidade, a liberdade.

— A espiritualidade é vivida de modo mais encarnado e comprometido com a humanização dos homens, como seguimento de Jesus, como fidelidade à missão de evangelizar (anunciar o Reino) própria de toda a Igreja. Isto supõe ser sinal, ser sal, fermento, luz no mundo. Cabe à família preparar seus membros para essa função.

— Redescobre-se o valor da afetividade como base das relações familiares agora caracterizadas pela comunhão e participação e não mais pela obediência cega e o autoritarismo imposto pelos pais sobre os filhos.

2. MUDANÇAS NA PASTORAL DA IGREJA

— Maior participação da comunidade cristã na elaboração e na eleição das prioridades pastorais, através de equipes ou conselhos diocesanos ou paroquiais, com ampla participação dos leigos nas responsabilidades pasto-



rais.

— A preparação para os sacramentos (batismo, crisma, eucaristia, matrimônio) não pretende mais facilitar para que todos tenham cômodo acesso a essa prática. Ao contrário, o acesso aos sacramentos passa a ser exigente, como celebração de opções adultas de fé e compromisso. Compreende-se que nem todos estão chamados para pertencer ao Povo de Deus e celebrar sacramentalmente essa opção.

— A pastoral se despoja dos sinais de riqueza e poder e faz a opção pelos pobres.

— Valoriza-se a formação dos leigos, que passam a ser mais valorizados e dispor de maior autonomia na ação pastoral.

— A pastoral se orienta para a integração fé e vida, fé e compromisso transformador do mundo, fé e política, fé e ação concreta na sociedade.

— Há maior incentivo à leitura e ao estudo da Bíblia, formam-se círculos bíblicos.

— A pastoral se descentraliza, não mais se limita ao espaço paroquial em torno do templo. Surgem e se multiplicam as comunidades cristãs, comunidades eclesiais de base (CEBs), como nova forma de ser Igreja ou retomada da forma original de ser Igreja, como

nos primeiros tempos do cristianismo.

— São bem acolhidos movimentos de leigos em comunhão mas não subordinados à hierarquia da Igreja.

— A liturgia se torna mais acessível ao povo, participativa e compreendida pelos que celebram suas opções e compromissos de fé. As celebrações não se fazem somente no templo mas nas casas das famílias e nos locais em que se reúnem ou trabalham as pessoas e comunidade cristãs.

3. MUDANÇAS NOS MOVIMENTOS DE LEIGOS — E NO MFC.

— Os movimentos devem, agora, ser missionários, evangelizadores, atuantes na sociedade, formando seus membros para agir no mundo, com disposição para transformá-lo. A formação passa a ser fundamental.

— As relações entre os membros de um movimento de leigos, devem ser de comunhão e participação, superadas as tentações de poder, de dominação e o autoritarismo.

— As relações com a hierarquia serão de comunhão, sem subordinação. Sem perder a autonomia de cristãos adultos, integram-se nas atividades de pastoral e participam de sua elaboração.

— Devem ser mais abertos e integrar-se nos movimentos populares, fazendo efetiva opção pelos pobres.

— O MFC deve centrar-se nas suas equipes-base, simplificar sua linguagem, formar seus membros numa pedagogia mais participativa e libertadora, preparando-os para uma inserção crítica na sociedade, na qual serão uma presença profética.

— O MFC, para viver a comunhão e participação que é a marca da Igreja pós-conciliar, deve integrar os jovens, os filhos, os membros de cada uma das famílias, motivando-os a assumir a missão comum de evangelizar, de anunciar a Boa Nova.

4. QUE TIPO DE LEIGO SERVE A ESSA VISÃO DE IGREJA?

— Consciente, criativo, responsável, comprometido com a missão da Igreja: evangelizar, anunciar o Reino de Deus e denunciar o que se opõe ao projeto de Deus.

— Capaz de integrar-se na ação conjunta da Igreja, em comunhão com a hierarquia, sem perder sua autonomia.

— Em permanente esforço para crescer em consciência crítica, em maturidade afetiva, social, política e maturidade na fé, superando o infantilismo religioso inconsequente.

— Capaz de viver uma espiritualidade encarnada e comprometida, como seguimento de Jesus.

— Persistente, crítico, solidário, coerente, engajado, comprometido com a justiça.

5. COMO SERÁ A ESPIRITUALIDADE DO LEIGO NESTA VISÃO DE IGREJA?

— Uma espiritualidade que integra fé e vida, oração e ação, prática do amor fundado na justiça, prática da caridade como ação transformadora no mundo, numa opção de fé. Espiritualidade que é serviço aos homens, espe-

cialmente aos mais pobres.

— Prática dos sacramentos como alimento dessa espiritualidade encarnada, que mantém e renova a coragem e a segurança das opções assumidas segundo o projeto de Deus.

— O estudo e a reflexão sobre o Evangelho para descobrir suas aplicações práticas para o desempenho da missão do cristão no mundo.

— Atuar no mundo iluminado pela dimensão transcendente do Projeto de Deus para o homem, compreendendo que o Reino começa mas não se esgota na história. Uma espiritualidade comprometida com a transformação do homem e do mundo mas que não perde a perspectiva da vida depois da morte, do encontro definitivo com o Deus vivo, quando o Reino se realizará em plenitude.

6. COMO DEVEM SER AS PARÓQUIAS, ESCOLAS E UNIVERSIDADES CATÓLICAS?

— Devem ser espaços de formação de cristãos para atuar no mundo, preparados para o diálogo com outras ideologias e crenças, diferentes concepções do homem e do mundo, para que possam ser agentes da construção do Reino.

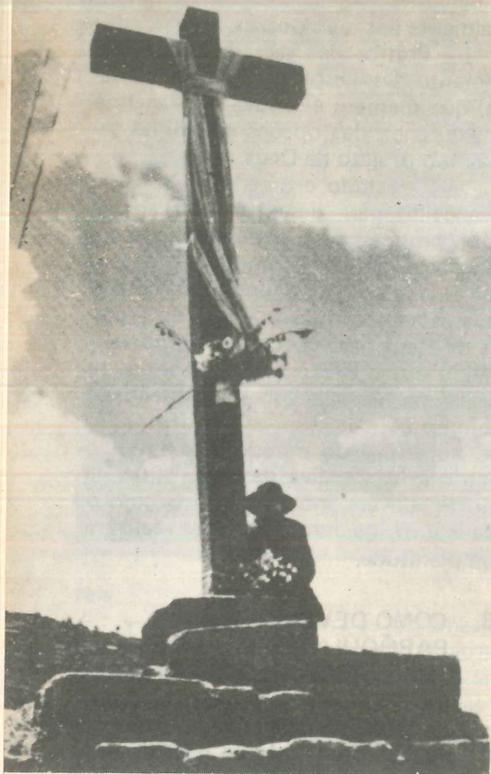
— Abertas a todos, não elitistas ou restritas a minorias privilegiadas.

— Devem ser polos de evangelização, comunidades de serviço, diferentes de empresas de prestação de serviços nos moldes do sistema vigente.

— Devem ser instrumentos de evangelização explícita, e não simples estabelecimento de ensino convencional.

— Devem ser escolas e universidades democráticas, participativas, capazes de desenvolver a consciência crítica e o compromisso político e social iluminado pelo Evangelho.

— Não podem ser reproduzidas do modelo social vigente preparando futuros opressores comprometidos com a manutenção de uma sociedade estruturada em classes, que representa o anti-Reino.



Confidências de Deus

"Tenho a impressão, diz Deus, de que os meus cristãos estão em vias de compreender que só serão UM quando forem VÁRIOS.

Como nós somos Um, Eu, meu Filho e o nosso Espírito Santo.

Começam a compreender, diz Deus, que as suas comunidades morrerão se não falarem entre si...

E isto, é claro, supõe que as pessoas se falem em verdade; cada uma tem a sua parcela de verdade. A Verdade é o meu Filho.

Evidentemente, tudo isto, diz Deus, é da responsabilidade dos meus bispos e dos meus padres; mas é, antes de mais nada, da responsabilidade de todos os batizados.

O problema, diz Deus, é a lingua-

gem que utilizam!

Isto permite que funcionem, como dizem, mas nem sempre se fazem compreender muito bem pela multidão.

É necessário, diz Deus, que façam como Eu: não falo a cada um na sua língua? E o meu Espírito não inspirou quatro Evangelhos?

Isto supõe, diz Deus, que cada um se dirija ao outro sem renunciar à sua própria diferença.

E, depois, é preciso que as palavras deles sejam - como afirmam - concretas, incarnadas, voltadas para o povo. (Eles têm uma linguagem incompreensível, diz Deus, pergunto-me onde é que eles aprenderam tudo isto).

Dito isto, continua Deus, existe um certo mal-estar quando são os bispos que falam.

Na base, há muitos que protestam, muitas vezes exageram até um pouco, mas é preciso compreendê-los.

E, depois, é preciso ser honesto, diz Deus, há também pessoas que vivem contentes.

Mas é verdade: a Igreja é todo o meu Povo...

Seria preciso, diz Deus, que compreendessem que a instituição é necessária. O problema, diz Deus, é saber se a instituição é uma ajuda ou um tropeço... É um assunto que deve ser esclarecido.

Mas não podem fazer isto sozinhos.

É preciso que os bispos proclamem o meu Evangelho hoje enfrentando os graves problemas do mundo, mas é preciso que falem na hora "H" e não tanto muitas vezes...

E, depois, diz Deus, porque não preparar a proclamação da palavra por amplas consultas à base?...

Final, diz Deus, a Igreja é o meu Povo...

(Texto redigido no "forum" das comunidades cristãs (Lyon, 09-11.06.84), por iniciativa da "Union des Oeuvres catholiques de France", pela assembléia parcial consagrada ao tema "ceux qui parlent dans la communauté". "Confidências de Deus" escritas à maneira de Péguy).

LUÍS FERNANDO VERÍSSIMO

FÁBULA FISCAL

O Rei acordou com um ataque de ética e mandou chamar o Mago da Corte, Tecnocratus. Disse o Rei:

Quero uma Distribuição Mais Justa da Riqueza no Nosso Reino. Imediatamente!

O Mago Tecnocratus começou pelo mais importante.

Precisamos de uma boa sigla...

E foi criado o Plano Emergencial de Fortalecimento Tributário, ou PLEFT. Todos os súditos do Rei, ricos ou pobres, tinham que dar dois cruzados (+) (+) para o Tesouro Real. Os ricos, claro, sonegaram, mas os pobres, que eram maioria no Reino, pagaram.

EU! EU! OS MEUS! OS MEUS! CALMA, CALMA BCA, BCA

Depois de formado o Bolo, foi feita a Redistribuição. Cada súdito, rico ou pobre, recebeu um cruzado (+)

E o meu outro cruzado? quis saber um dos eternos insatisfeitos. E os Custos Administrativos do Plano?

respondeu Tecnocratus revoltado com tanta ignorância fiscal.